



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECÓ
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Carmen Lucia Porto de Castro

**UM ESTUDO DO PROGRAMA PDE/PR: ANOTAÇÕES SOBRE OS AVANÇOS,
LIMITES, E POSSIBILIDADES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO (2007 – 2015)**

Chapecó, SC, Maio 2017

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

**UM ESTUDO DO PROGRAMA PDE/PR: ANOTAÇÕES SOBRE OS AVANÇOS,
LIMITES E POSSIBILIDADES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO (2007 - 2015)**

Carmen Lucia Porto de Castro

Dissertação apresentada à Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE. Área de Concentração Formação de Professores, Produção do Conhecimento e Processos Pedagógicos. Para obtenção do título de Mestre.

Prof^a. Nadir Castilho Delizoicov, Dra. em Educação
Orientadora

Chapecó, SC, Maio 2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
I O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE/PR, NO CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	21
1.1 CONTEXTUALIZANDO O PDE/PR.....	21
1.2 ESTADO DA ARTE: PDE/PR.....	38
1.2.1 Análise dos Estudos sobre o PDE/PR.....	44
1.2.2 Elementos Inovadores, expressos Documentos PDE/PR.....	47
II PDE/PR: AVANÇOS, LIMITES E POSSIBILIDADES.....	52
2.1 CAMINHOS TEÓRICOMETODOLÓGICOS.....	56
2.1.1 Abordagem do Materialismo Histórico Dialético.....	56
2.1.2 Abordagem Teórico- Metodológica da Pesquisa.....	56
2.1.3 Identidade <i>Coordenador/Coordenação PDE/NRE/PR</i>.....	59
2.2 CONCLUSÃO ANALÍTICA: AVANÇOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DE NOVOS AVANÇOS.....	67
2.2.1 Elementos Sinalizados como Avanços.....	70
2.2.2 Elementos Sinalizados como Limites, possibilidade de qualificar o PDE/PR.....	71
2.2.3 Elementos Sinalizados como Inovadores, possibilidade de qualificar o PDE/PR....	72
III. Referências Bibliográficas.....	78
IV. Anexo	81

PREFÁCIO

NOSSO TEMPO

Carlos Drummond Andrade

Esse é tempo de partido,
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra.

Visito os fatos, não te encontro.
Onde te ocultas, precária síntese,
penhor de meu sono, luz
dormindo acesa na varanda?
Miúdas certezas de empréstimos, nenhum beijo
sobe ao ombro para contar-me
a cidade dos homens completos.

Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem explodir.

INTRODUÇÃO

A PRODUÇÃO E AS POSSIBILIDADES DO DISCURSO

O poema "*Nosso Tempo*", de Carlos Drummond de Andrade, proporciona um repensar, sobre o tempo sociohistórico, em que se vive. Um repensar que reflete sobre a efemeridade da vida de homens/mulheres na terra.

Do mesmo modo, que se evidenciam as vicissitudes, os momentos, os avanços, limites e, as possibilidades, os sujeitos humanos, percebem-se impulsionados a agir. E a agir, por um agir que os mova e, os provoque à ação, uma ação que realize inferências e, que é capaz de qualificar socialmente o caminhar pessoal e profissional de todos.

E, a partir da releitura do poema, percebe-se o esforço do poeta, em demonstrar que, os momentos sociohistóricos se reproduzem, revelando à fragmentação/recomposição, à resignação/protestação e à alienação/politização no qual o sujeito histórico se encontra. A vida aguarda-lhe e exige-lhe uma tomada de consciência/posição, de decisão/posição política.

Nesse viés, compreende-se a importância do estudo da temática, Programa de Desenvolvimento da Educação, o PDE/PR, a partir da determinação em se conhecer à visão/percepção que os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, têm do processo de formação continuada em serviço dos professores da educação básica paranaense. Portanto, o programa foi o objeto de investigação e os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, os representantes do PDE/PR, nos Núcleos Regionais de Educação.

Portanto, conhecer a trilha formativa do Programa de Desenvolvimento da Educação Paranaense, o PDE/PR, expressa no desenho do Plano Integrado de Formação Continuada, o PIFC, potencializou a produção de um novo conhecimento sobre o PDE/PR, a partir de uma importante representação do ato formativo, a sua matriz formativa: política, pedagógica, avaliativa, sociohistórica, dentre outras. Em síntese, a ação propositiva desse trabalho dissertativo foi a de analisar/compreender a política pública, o PDE/PR, direcionada especificamente, para os professores atuantes na educação básica da rede estadual paranaense, no marco 2003 a 2015, mais especificamente, na trajetória formativa das Turmas PDE/PR 2007 a 2015.

Nesse contexto, apresento-me, assumindo a condição de profissional da educação básica paranaense, reconhecendo humildemente situações de avanços, as de limitações e, as

de possibilidades de atuação nas atividades pessoal/profissional/pessoal que me são/foram atribuídas e/ou permitidas realizar no exercício nas funções pedagógica/gestão desempenhadas/desempenho na trajetória de vida. Agradeço pelas infinitas possibilidades de interação social, que me permitiram interagir em vários ambientes educacionais desde as primeiras experiências com a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio profissionalizante (Formação de Docentes, integrado ao ensino médio) e, sobretudo, na função de supervisora de ensino concursada no estado do Paraná, desde 1994. Todas essas experiências/realizações me possibilitaram aceitar o desafio de colaborar/aprender na função de técnica-pedagógica no Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos, - NRE/DV atuando com enfoque na gestão educacional, em suma, prestando serviços de apoio regional à Secretaria de Estado da Educação, - SEED/PR. Para a constituição dessa trajetória profissional percorri instituições de ensino na cidade de Quedas do Iguaçu e Dois Vizinhos, no Paraná.

Rememorar, essencialmente, torna-se um exercício reflexivo/avaliativo, sobre vários aspectos, dentre eles, primeiro me vêm em mente, à necessidade de agradecer. Agradecer a Deus, pelas maravilhosas oportunidades que me foram possibilitadas nesses quase trinta anos de exercícios profissionais, momentos, dedicados à educação paranaense. Nesse viés, reconheço a importância das escolhas que fiz, desde a primeira formação profissional, o Curso Magistério integrado ao ensino médio, no Colégio Estadual Padre Sigismundo, - CEPS na cidade de Quedas do Iguaçu, Paraná.

Relembrar, fatos vividos, nesse ínterim, traz-me uma feliz lembrança, não como um sentimento saudosista, mas como uma sensação de gratidão. Realizei a formação acadêmica em Pedagogia, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas, FAFI, na cidade Palmas no Paraná, onde foi nos possibilitado a participação em vários momentos acadêmicos.

Uma situação, que considero ímpar, é a oportunidade concedida de estando, ainda no primeiro ano do curso de pedagogia, ser convidada a substituir uma professora na disciplina de língua portuguesa. Essa experiência foi gratificante, principalmente trabalhar com as crianças da quinta série, ajudá-los a interpretar as questões. Em suma, poder trabalhar em uma escola pública de ensino fundamental, à Escola Estadual José de Anchieta, na época, pois, hoje se tornou colégio, na cidade de Quedas do Iguaçu, PR, era tudo o que mais queria. Lembro-me da acolhida e, de que recebi grande apoio da direção, equipe pedagógica, secretaria e, em especial, da própria professora regente à qual estaria substituindo, que me orientou por infinitas vezes até na sua residência, na elaboração dos planos de aula e, dos instrumentos de avaliação, dentre outros. Portanto, elementos, necessários à boa práxis

didático-pedagógica. Desse modo, chegar à docência em uma instituição pública de educação básica, reitero, era tudo o que almejava. A partir, dessa experiência, outras, mais se sucederam e foram constituindo-me, enquanto pessoal e profissional, levando-me a certeza, de que o ambiente escolar seria/é o meu espaço de anúncios e denúncias em prol da dignidade humana, da formação integral do ser pessoa/profissional/pessoa.

A participação universitária possibilita momentos de interação, de intervenção e de inserção nos contextos socioeducativo da práxis escolar e, nesse viés, as disciplinas de estágio supervisionado contribuíram para ampliação de uma visão crítica/criativa para os problemas socioculturais emergentes/reais e, sobretudo, para o enfrentamento/compreensão dos desafios, circunstâncias oriundas da prática didático-pedagógica no seu tempo/espaço, momento real. Portanto, decisões socioculturais, que nos fortalecem e, aprimoram/aperfeiçoam, enquanto pessoa/profissional/pessoa.

Em suma, toda trajetória pessoal/profissional regada de esforços, nos possibilita tomar boas escolhas/decisões, que naturalmente nos permitem contribuir com a constituição de elementos inovadores, portanto, esforços propulsores/potencializadores à transformação da realidade sociocultural, em que se vive/pertence, seja ela local/regional, dentre outras. E, por conseguinte, poder colaborar com a construção de uma realidade, uma sociedade mais justa e solidária, nos torna mais humano/profissional/humano.

Dentre as formações das quais participei, destaco duas: o curso de especialização em Controle Biológico na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, - UTFPR em Dois Vizinhos, PR e, a participação no Programa PDE/PR no período de 2008-2009. E, participar do Programa de Desenvolvimento Educacional, - PDE/PR, Turma PDE/PR 2008-2009, na Disciplina/Área Gestão Escolar, instigou o desejo de continuar aprendendo de forma colaborativa.

Em síntese, participar do PDE/PR é o reconhecimento pessoal/profissional/pessoal, que todo agente público, professor, deve conquistar/participar, pois, eleva os ânimos, proporcionando momentos diagnósticos/prognósticos qualificadores do Sistema Organizativo em que atua como profissional. A partir da participação no PDE/PR, compreende-se a importância do programa/política que idealizou a formação continuada em serviços para os professores da educação básica. Portanto, participar efetivamente de ricas possibilidades proporcionadas, a partir do desenvolvimento transversal dos eixos do PIFC/PDE/PR: ações interativas, interventivas, assertivas.

Tenho nesse momento, a grata satisfação em participar do curso, de Mestrado em Educação na Unochapecó, o qual me oportunizou vários momentos de diálogo, sobre a

formação docente. Em síntese, foi um momento de aperfeiçoamento profissional e aprimoramento pessoal, tornando-se um interstício importantíssimo, pois, foi um período reservado à reflexão da minha trajetória profissional, nos mais de vinte e cinco anos dedicados ao exercício do magistério paranaense.

Nesse ínterim, coloco-me, a exemplo, de como se sentiu o educador Paulo Freire, ao ser questionado, em um encontro realizado em Paris pela UNESCO, nos anos de 1970. Um dos participantes disse-lhe: - “representantes latino-americanos negam-lhe à condição de educador” (FREIRE, 1994). Nesse contexto, o desabafo de Freire, se transformou em exemplo, de que na trajetória da vida somos instigados, ou, questionados sobre nossas ações e atitudes: o porquê disso, o porquê daquilo, por que não fez isso e/ou porque deixou de fazer aquilo? Portanto, a modernidade, ou melhor, a condição pós-moderna nos impõe muitas situações nas quais mesmo sem querer e/ou devermos, temos que ter a coragem de assumir/superar as contradições.

As contradições tornam-se fatos históricos. E é a partir da superação de desafios, limites, que se desenvolve a capacidade de se reconhecer, de perceber que a caminhada continuará apesar dos limites que a vida nos impele e, que tudo faz parte da existência, da trajetória, e que se tivermos a sapiência dos humildes, das pessoas de bom coração, tudo concorrerá para o nosso aprimoramento/aperfeiçoamento pessoal/profissional/pessoal.

Por conta disso, o estar no mundo de forma consciente, responsável, concorre para o nosso aprimoramento/aperfeiçoamento pessoal/profissional/pessoal, porque em essência antes de escolhermos à profissionalização, somos sujeitos em formação humana/técnica e, por conseguinte, ao passarmos a exercer à profissionalização, instauramos um ciclo permanente de práxis, ou seja, de aprendizagem/ensinamento/aprendizagem para a vida toda. Nesse sentido, todo investimento formativo, voltará à sociedade numa proposição formativa da constituição de pessoas/profissionais melhores, cidadãos conscientes/comprometidos. Em suma, uma proposição cidadã que continuará ativa, em prol da reconstrução de uma nova sociedade, sobretudo, justa, solidária e inclusiva, mesmo com a chegada da aposentadoria.

Desse modo, se pode afirmar que, em todas as experiências, práxis, se aprende como nos diz o imortal jargão, dito pelo poeta modernista português Fernando Pessoa, nascido em 13 de junho de 1888, na cidade de Lisboa: “Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”.

Nesse ínterim, também fui questionada por muitos colegas, porque participar de um curso de pós-graduação, Mestrado em Educação, estando próxima à aposentadoria. Segundo, os questionamentos desses interlocutores: Em quê, essa formação poderia acrescentar-me algo e/ou do mesmo modo, como poderia contribuir com o sistema de educação paranaense?

Imaginei, que talvez estivessem referindo-se à questão financeira, visto que, não terei mais ao avanço na carreira/escala salarial, sobretudo, porque já ter participado do Programa PDE/PR.

Em síntese, em quase, toda a minha trajetória acadêmica, busquei compreender questões referentes às Políticas Educacionais, a gestão e a avaliação escolar. Nesse sentido, lembro-me, das frequentes discussões da Lei 5.592/71, de que essa estava ultrapassada, em função de novas e emergentes demandas sociais e, a constante busca pela leitura/compreensão em torno da nova LDBEN, a Lei 9.394/96, nos espaços formativos nos quais transitei.

Desse modo, a partir dessa dimensão reflexiva, sobre as contribuições valiosas que essa práxis potencializa (reinventar-se), concordo com os escritos do educador Doutor André Castanha (2011), que transita na leitura dos clássicos da educação, aprofundando-se, em conhecimentos sobre a trajetória histórica da legislação educacional brasileira, sobretudo, sobre as possibilidades reflexivas que esses legados possibilitam (CASTANHA, 2011, p.310).

Vale salientar, que em relação ao curso graduação em Pedagogia, nas experiências dos estágios, permanecem vivas na lembrança: a docência realizada na disciplina de Didática na turma de segundo ano do curso de pedagogia, na própria FAFI e, o estágio externo realizado na disciplina de Sociologia, aplicado no asilo de Palmas, PR, no Lar dos Idosos Nossa senhora das Graças (atendido pela ordem das Irmãs da Consolação, desde 1973). Ainda, em relação ao curso de pedagogia, naquela época se tinha a possibilidade de escolher concomitantemente uma especialização, escolhi a especialização em supervisão escolar, por identificar-me, com o conteúdo das disciplinas de estrutura e funcionamento de ensino e, didática. A temática do TCC e/ou que permeou o projeto de pesquisa foi: Qual é a função do Conselho de Classe na perspectiva da Avaliação Diagnóstica (estruturando-se em três momentos: pré-conselho de classe/conselho de classe/pós-conselho de classe). O tema avaliação continuou despertando interesse, portanto, trabalhei na primeira especialização, no final da década de 1980, onde auge era pesquisar sobre avaliação, com a temática: avaliação diagnóstica e sua metodologia.

Reiterando, Dando sequência ao relato da trajetória formativa/profissional, em 2008, participei do processo seletivo para ingresso no Programa PDE/PR, com o anteprojeto de pesquisa: A gestão democrática da escola pública e a implementação do Plano de Ação Escolar (PAE).

Instigada, nesse viés, por essas reflexões, em minha trajetória formativa/profissional, à temática da pesquisa/investigação, permeou nesse momento, da realização do Mestrado em Educação na Unochapecó, SC, com o tema/título: Um estudo do Programa PDE/PR:

anotações sobre os avanços, limites e possibilidades de sua implementação (2007 a 2015), na visão dos Coordenadores PDE/NRE/PR.

Em síntese, a escolha do tema/título foi se fortalecendo, também, por conta do clima de reivindicação nos últimos tempos, sobretudo, no segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016, onde à participação dos educadores paranaenses, foi bastante significativa e, com ampla divulgação nos meios midiáticos, dentre outros, ou seja, à constituição do “Movimento dos Educadores Paranaenses”, em defesa de seus direitos, junto à sociedade política, – Estado.

O fato, que motivou a deflagração da greve do professorado paranaense, se deu a partir das últimas medidas adotadas pelo governo com ampla repercussão social, a partir dos meios políticos e da mídia, sobre a suspensão do oferecimento do PDE/PR. Nesse contexto, não foi oferecida a Turma PDE/PR 2015, da mesma forma, que não ocorreu o oferecimento a Turma PDE/PR 2011. Por esses fatores, foi se definindo, que seria importante refletir sobre a temática PDE/PR como objeto de estudo.

Portanto, delineou-se o campo de estudo, o objeto de pesquisa, os sujeitos da pesquisa, desse modo, optou-se pela abordagem da práxis que permeia à educação paranaense, a mais de trinta anos, à Pedagogia Histórico-Crítica. Nessa perspectiva, os pressupostos sociohistóricos, se constituem nas concepções práxis do pensamento dialético, apresentam-se a partir das categorias, que são construções históricas que atravessam o desenvolvimento do conhecimento teórico-metodológico e da prática social (MINAYO, 2008, p. 174-181).

Entretanto, reapresentam-se categorias já estudadas por outros pesquisadores, portanto, categorias consagradas. Nesse sentido, as categorias nos possibilitam adquirir a compreensão de que com um novo enfoque, ou seja, um tema específico de pesquisa, se têm a necessidade de renovadas categorias: Formação de Professores, Políticas Públicas, Coordenadores PDE/PR, Avaliação Diagnóstica/Prognóstica. No entanto, após a definição das categorias básicas, considerou-se representá-las em três dimensões, conforme proposição da pesquisadora Minayo, 2002:

1. **Categoria Operativa:** Considerando as Dimensões de implantação de uma política pública; de implementação; de avaliação; Proposição do Redesenho do PIFC/PDE/PR.

2. **Categoria Analítica:** Considerando as Dimensões das percepções/visões dos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, experiência da práxis; Documentos orientadores do PDE/PR; Proposição da Constituição de Diagnóstico-Prognóstico.

3. **Categoria Práxis:** Considerando a Dimensão dos Impactos interativos, interventivos, assertivos do PDE/PR; Proposição à Indicação de Resultados.

Com a definição, das categorias: operativa, analítica, e da práxis delinear-se, a estrutura conceitual do trabalho dissertativo, ou seja, o delineamento dos parâmetros conceituais do programa/política PDE/PR. Em suma, o delineamento dos parâmetros conceituais/estruturantes, possibilitou a reflexão sobre duas dimensões: política de formação continuada de professores e a política qualificadora para a educação básica paranaense. Em suma, dimensões que se tornam pilares, pois, dimensionam-se em duas ações que, intrinsecamente, estabelecem uma relação de interdependência.

A partir da constituição dos parâmetros, permeados pelo estudo e aprofundamento das teorias educacionais e da prática que inspiraram todo o processo da produção, desde a escolha da temática de pesquisa à dissertação, bem como, a determinação das categorias teórico-metodológicas e analítico-criativas: operativas, analíticas e práxis. Desse modo, a reflexão diagnóstica da práxis dos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, empreendeu-se por meio de uma ação compreensiva das situações-avanços, situações-limites e, situações-possibilidades, permeada por uma postura dialética reflexiva.

Nesse contexto, considerando às dimensões política de formação de professores e política de qualificação da educação básica e, sobretudo, a sua relação de interdependência, têm-se como elementos potencializadores à análise diagnóstica, os indicadores que expressam os resultados, sobre as situações de avanço, as situações de limites e, as situações de possibilidades. Portanto, a análise compreensiva possibilitou a definição dos indicadores de avanço (elementos potenciais), dos indicadores de limite (elementos desafios/problemas) e, dos indicadores de possibilidades (elementos potenciais inovadores). Em síntese, têm-se a seguinte estrutura conceitual teórico-metodológica e prática para análise do PDE/PR: Parâmetros/Indicadores/Elementos Inovadores.

Em suma, ao considerar-se às dimensões Política de Formação de Professores para atuação na Educação Básica Paranaense, e as Política de Metas Qualificadoras do Sistema de Educação Básica Paranaense, compreende-se, que essas dimensões se constituem em diretrizes indissociáveis à melhoria qualitativa dos resultados apresentados. Nesse contexto, à análise da Política Pública o PDE/PR, como um exercício intenso para repensar/refletir sobre a existência de tênues fios que estabelecem entre si, estrutura organizativa, prognóstica, à indicativa dos *elementos inovadores*, potencializadores e qualificadores do PDE/PR e, por conseguinte, do Sistema Estadual de Educação Básica Paranaense.

Em síntese, o presente trabalho dissertativo, tem como premissa convocar à análise o PDE/PR, com vista à constituição de *elementos inovadores*, que possam apresentar os impactos da sua implementação, ou seja, o atendimento das dimensões (formação continuada de professores e a melhoria do sistema de educação básica paranaense). Contudo, duas dimensões, que no processo tornam-se uma única dimensão, na busca contínua pela qualificação da educação básica paranaense.

Reitera-se, que o objetivo apresentado na dissertação é considerar a trajetória histórica do PDE/PR, os seus avanços, limites, possibilidades, e, sobretudo, que esse triplé dará à sustentação necessária a produção de novas compreensões. Portanto, a dissertação apresenta o PDE/PR, no marco 2007 a 2015, na perspectiva conceitual teórica do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), que dá sustentação a constituição da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e, das influências da Psicologia Histórico-Cultural (SAVIANI, 2012, p.76-78).

Essas concepções teórico-metodológicas vêm sendo debatidas e, com inúmeras tentativas de implementação, conforme apresenta a trajetória conceitual da constituição/produção das DCEs do Paraná, de acordo com os documentos orientadores publicados pela SEED/PR, desde os anos de 1990 até hoje.

Desse modo, a análise sociocultural deve dar conta da coerência e da força criadora que os indivíduos e, os seus coletivos estabelecem sobre a realidade objetiva, sobretudo, pautadas por uma relação dialógica (consciência individual/coletiva). Portanto, ao entrevistar os participantes do Programa PDE/PR, os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, considerou-se, também, à análise e produção de sínteses, os pressupostos intrínsecos nos documentos orientadores do PDE/PR, como ressignificadores de percepções da realidade à compreensão dos dados analisados.

Em síntese, a partir do desenvolvimento nos processos de pesquisa/investigação, elaboraram-se uma análise diagnóstico/prognóstica das questões, dimensões que permearam o objeto de pesquisa: o PDE/PR.

Desse modo, a análise contribuiu para a determinação dos parâmetros estruturantes e, que em consequência possibilitaram na definição dos indicadores (situação-avanço, situação-limite, situação-possibilidade). Portanto, processo que possibilitou a compreensão de que os *elementos inovadores*, potencializadores, do PDE/PR, constituem a sua característica formativa. Em suma, a compreensão da matriz formativa PIFC/PDE/PR permite à constituição de ações avaliativas diagnósticas/prognósticas, com potencial quiçá para

aprimorar a política pública PDE/PR, bem como, a política qualificadora à melhoria da educação básica de modo geral.

Por fim, a trajetória do trabalho dissertativo partiu de um posicionamento teórico-metodológico que buscou analisar dialeticamente o PDE/PR e, por conseguinte, se apresentam os elementos inovadores, que de modo criativo contribuem com a instauração de um processo reflexivo à compreensão de fatores ligados a realidade dos fatos a obtenção de respostas, inferências a melhoria qualitativa do atual processo formativo do PDE/PR e, por conseguinte, da educação básica paranaense. Contudo, outros pesquisadores, investigadores, contribuirão fortalecendo e/ou refutando os argumentos ora apresentados, nessa dissertação, sobre a política pública, o PDE/PR.

Outro recurso à análise do PDE/PR foram os estudos sobre o PDE/PR, em artigos, dissertações de mestrados, teses de doutorados e, dentre outros, observou-se, que as questões que nos inquietavam, ainda, permaneciam invisíveis nas produções e análises dos pesquisadores. Desse modo, definiu-se por um plano de estudo, destacando a necessidade de se repensar a problematidade da temática. E, a partir do delineamento, sobre a essência, ou seja, os elementos inovadores que permeiam o objeto de estudo: PDE/PR e da ação práxis dos sujeitos da pesquisa, os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, tornou possível o estabelecimento de reflexões contínuas e profícuas.

Vale destacar, que o investigador cuidadoso, não toma por essência aquilo que é fenômeno, pois, o fenômeno é apenas manifestação da essência, e/ou, dito de outro modo, manifestação de um problema, ou seja, de uma situação-limite. Nessa lógica, a compreensão da essência do problema perpassa pela compreensão das necessidades reais dos sujeitos, nesse caso, compreensão real dos sujeitos da pesquisa nos aspectos subjetivos, ascendendo ao plano consciente. Em suma, o que perpassa por ascender ao plano consciente? Perpassa por ascender o grau de responsabilização, de humanização, sobretudo, de tomada de consciência ética do pesquisador com a situação real de entorno do seu objeto de pesquisa. Entretanto, exige-se dos sujeitos da pesquisa, uma conscientização real sobre a necessidade de compreensão dos aspectos objetivos, pois, os fenômenos não apenas revelam a essência como as podem ocultar (SAVIANI, 2004, p.13-17).

Nesse contexto, o fenômeno ou processo socioeducativo do Programa de Desenvolvimento da Educação, o PDE/PR, precisam ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos (MINAYO, 2002, p. 23-25). Desse modo, refletiu-se, quais as condições objetivas que possibilitam o desenvolvimento, análise e a compreensão dos impactos da implementação de uma política pública, ou seja, tornam-se parâmetros à análise.

Em suma, buscou-se responder no processo a pergunta de pesquisa que orientou a produção do referido trabalho dissertativo: *Quais avanços, limites e possibilidades emergem da implementação do PDE/PR, no marco 2007 a 2015, na visão dos Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR?*

O problema de pesquisa sinaliza uma situação complexa: identificar avanços, limites, desafios e, potencializá-los em indicadores de análise, e ao mesmo tempo, produzir uma análise diagnóstica e prognóstica, para as dimensões que se revelam: compreender a política de formação de professores e a política qualificadora da educação básica paranaense sem fragmentá-las no contexto. Portanto, propositou-se responder:

1. *Em que condições objetivas acontecem à análise da implementação de uma política pública e, em especial do PDE/PR?* Para a análise da execução das etapas de uma política pública, precisam-se considerar os desafios/limites que impedem de ver com clareza à materialização das condições objetivas. Questão que precisa ser enfrentada no tempo/espaço presente, no entanto, o que ocorre na maioria das vezes, é que às condições objetivas daquele caso específico não se revelam, passando despercebidas da nossa mente consciente. Outro exemplo, *hipótese*, é de que mesmo que as condições objetivas estejam dadas, por vezes não se têm clareza sobre os elementos inovadores de modo consciente, para percebê-los e/ou despertá-los. Portanto, resta-nos no processo, assumir com responsabilidade desafios, superando limites à constituição um novo conhecimento, nova compreensão, uma nova produção.

2. *Os implementadores de políticas estão preparados para realizar as análises da política que implementam? Os Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR podem ser chamados de implementadores da política PDE/PR?* Os implementadores de políticas têm preparo teórico-metodológico e práxis para realizar análise da política, e do mesmo modo, os implementadores do PDE/PR os têm. No entanto, *hipótese*, falta na maioria das vezes o empoderamento desses agentes/agências públicas para a elaboração dos parâmetros basilares (planejamento, implantação, implementação e avaliação das ações diagnóstica/prognóstica) necessários para a análise. Em suma, *hipótese*, constata-se situações-limites, que perpassa por uma questão de não autonomia da gestão do trabalho realizado.

3. *As condições objetivas (avanço/limite/possibilidade) podem ser visualizadas a partir da definição das categorias operacionais, analíticas, práxis?* As categorias operacionais, analíticas, práxis podem, *hipótese*, ser visualizadas a partir das condições objetivas, aqui definidas como indicadores de avanço, de limite, de possibilidades. Em síntese, as categorias são determinadas conceitualmente pelo pesquisador que conhece o seu

objeto/sujeitos de sua pesquisa, portanto, as categorias passam a ser elementos fontes de energia, de luz, de compreensão. Nesse viés, as categorias que iluminam o referido trabalho dissertativo, são as categorias: Categorias Operacionais, que projetam luz para o processo de criação de um novo Redesenho para o PIFC/PDE/PR. Categorias Analíticas, que possibilitam a constituição de um processo avaliativo que apresente elementos Diagnóstico-Prognósticos. Categorias Práxis, a partir da tomada de consciência, assumem-se de forma responsável o compromisso da Indicação de Resultados.

4. *Como que os Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR, sinalizaram os elementos inovadores da práxis? Como identificaram/definiram/constituíram os parâmetros, e indicadores de avanço, limite, possibilidade? Os Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR, hipótese, puderam sim, sinalizar os elementos inovadores da política de formação PDE/PR, a partir das suas experiências práxis e, também, por terem compreendido no processo de coordenação do programa, os elementos que sinalizavam avanço, limite e, sobretudo, novas possibilidades de continuar qualificando o PDE/PR e, por conseguinte, a educação básica paranaense. Em síntese, os agentes/agências públicos detém um conhecimento exponencial, sobre as suas áreas de atuação, portanto, os governos precisam aprender a trabalhar com essas fontes de conhecimento, racionalizando os recursos disponíveis e cumprindo com o seu papel de investir em ações profícuas e seguras.*

Quando se analisa a problematidade, que perpassa por um problema de pesquisa, é fundamental o despertar para uma atitude reflexiva. Portanto, uma atitude conscientizadora, ou seja, de responsabilidade do pesquisador perante a realidade que interage. Nessa lógica, o pesquisador desafia-se no enfrentamento da realidade, na resolução do problema. Desse modo, o repensar, a busca de significados, o examinarem detidamente, são interfaces necessárias entre o pesquisador e o objeto/sujeitos da sua pesquisa/dissertação final. Em suma, refletir filosoficamente sobre a realidade é uma ação radical, em profundidade, que precisa ser assumida individual e coletivamente (SAVIANI, 2004, p.16-20).

Em síntese, reitera-se o relato da construção metodológica da pesquisa, por compreender que é um processo que se faz, sobretudo, no caminhar do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, tendo o objeto da pesquisa como elemento, potencializador de novos conhecimentos. Portanto, ações que antecedem a produção dissertativa, são exigências salutares, acadêmicas do Programa de Mestrado em Educação da Unochapecó.

Nesse viés, partimos de alguns questionamentos, sobre a formação dos Professores PDE/PR, questões que se vêm refletindo desde os primeiros momentos, da minha participação

no Programa PDE/PR, Turma 2008-2009, portanto, desses questionamentos, destaco um em particular, que perpassam, pela reclamação dos colegas Professores PDE/PR, participantes da Turma PDE/PR, bem como, da turma anterior e das turmas posteriores a minha. Em suma, as reclamações pairavam na questão da gestão cronológica do trabalho pedagógico desenvolvidas no PDE/PR, ou seja, sobre o acúmulo de atividades e tarefas que os participantes teriam que desenvolver expressas no Plano Integrado de Formação Continuada, o PIFC do PDE/PR. Portanto, o referido questionamento, permaneceu em minha memória, por longo tempo, como um problema e/ou limite que precisa ser enfrentado/superado.

Em suma, com base nos parâmetros propostos, pode-se visualizar/compreender os elementos que sinalizam os *avanços* do programa/política PDE/PR, os *limites* apontados com o intuito de se encontrar alternativas/possibilidades de solucioná-los, ou seja, na síntese do pensamento reflexivo diagnóstico/prognóstico, apresentam-se às ideias, portanto, à *possibilidade* de se redesenhar o PIFC/PDE/PR, em benefício da educação básica paranaense e/ou quiçá brasileira.

Considerando-se, ainda, que os indicativos que permeiam à implementação de uma política pública estatal, são pautados pelos princípios democráticos. Ou seja, os princípios de uma gestão democrática que necessita de participação, para se qualificar, aprimorar-se. Desse modo, cumprindo as tendências atuais, a partir de exigências feitas pela modernidade. Portanto, os ditames, os elementos, da administração pública, e/ou dos sistemas educativos, são analisados dentro de uma visão dinâmica, considerando-se, também, os conflitos e as tensões como princípios da democracia (BARBOSA, 2000, p. 90-91).

Reitera-se, que ao considerarem-se para análise os indicativos necessários à implementação de uma política pública, ao mesmo tempo, têm-se, uma retrospectiva sociohistórica de elementos, resultados apontados, como favoráveis ou desfavoráveis para o contexto atual, considerando-se o princípio democrático. Nessa lógica, adotou-se uma concepção de contexto sociocultural, sobre os conhecimentos, que permeiam uma dita realidade, anseios das pessoas e da sociedade de modo geral.

[...] As possibilidades de organização da sociedade civil, a elevação das demandas por melhor qualidade de vida e a compreensão mais ampla da educação como um direito e dever de todos abrem perspectivas para o fortalecimento do sistema educacional. [...] Entretanto, um sistema de educação descentralizado só tem condição de funcionar a favor da democracia e da cidadania, da qualidade dos serviços públicos e, da transparência administrativa (que evita a corrupção) na medida em que conta com uma sólida estrutura de participação efetiva da população (BARBOSA, 2000, p.94).

Reitera-se, que a partir da opção teórico-metodológica, propôs-se uma análise compreensiva sobre a trajetória do PDE/PR, portanto, ao identificarem-se os elementos essenciais que representam a realidade de entorno, determinaram-se os parâmetros com o objetivo central, de compreender toda a complexidade que envolve à dinâmica formativa do PDE/PR, sinalizadas a partir de uma visão dinâmica junto aos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, bem como, de um estudo minucioso do desenho formativo do programa, o PIFC do PDE/PR. Portanto, analisaram-se às dimensões (Política de formação de professores, Política de qualificação da educação básica) que sustentam a análise de implantação/implementação do PDE/PR, desde a sua gênese e a trajetória do período das sete Turmas PDE/PR, no marco sociohistórico de 2007 a 2015.

Reforçando a ideia de que toda política pública precisa ser avaliada, acompanhada, dentre outras, apresenta-se o recorte contextual, abaixo, onde os autores, estudiosos da avaliação de políticas públicas esforçam-se para defender suas concepções. Desse modo, sinalizam-se, algumas categorias operativas e analíticas que podem ser, também, verificadas, com o PDE/PR.

Acompanhamento ou monitoramento é uma atividade gerencial interna, realizada sistematicamente durante o período de execução e operação, para saber como uma intervenção evolui ao longo do tempo, através de dados da gerencia do projeto sobre as metas iniciais: indicadores e resultados associados aos programas. Ela é necessária para dimensionarem as metas de um projeto, os caminhos que uma intervenção percorre e as métricas potenciais para medir os efeitos na população-objeto (RAMOS & SCHABBACH, 2012, p.1279).

Portanto, toda investigação, pesquisa, produção deve responsabilizar-se de forma ética com a verdade, valorando os aspectos humanísticos instaurados a partir de uma ação social responsável. Quando o pesquisador tem consciência das consequências socioculturais da sua descoberta e o domínio intelectual, do sentido e da natureza de seus achados, contribui com o *estado da arte* e, com o campo de estudo. Nesse contexto, o presente texto dissertativo, buscou apresentar novos conhecimentos sobre Formação de Professores, Avaliação de Políticas Públicas, Educação Básica, dentre outros, tendo como objeto central o PDE/PR.

Reitera-se, que metodologicamente, elegeram-se categorias já consagradas, por outros pesquisadores, na tentativa de explicitarem os processos que se interrelacionaram com a temática PDE/PR: formação docente; formação inicial, formação continuada; implantação e implementação de políticas públicas; gestão de políticas públicas; avaliação de políticas públicas; diagnóstico/prognósticos; interação/intervenção de ações educativas; análise dos

resultados/impactos de uma política pública; métricas potenciais/inovadoras: indicadores de efeitos e impactos (RAMOS &SCHABBACH, 2012, p. 1277-1279).

O referido trabalho dissertativo não objetivou avaliar e/ou mensurar o PDE/PR, a partir de resultados estatísticos pontuais, e/ou, que expressem resultados de avaliações internas e/ou externas, e/ou, de outras formas de representação do impacto da melhoria efetiva e eficaz da educação básica paranaense. Buscou-se, portanto, refletir sobre as ações e determinações da práxis vivenciadas pelos agentes/agências públicas, os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*.

Em suma, mesmo que, se quisesse apresentar os dados sobre o impacto da Política PDE/PR sobre a melhora da educação básica paranaense, ainda, seriam dados incipientes. Com base nessa premissa, criaram-se, alguns momentos, para que os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, analisassem a partir de suas experiências, práxis, à política pública estatal PDE/PR.

Os dados da análise, proporcionada pelos sujeitos da pesquisa, os três *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, tecida de forma concomitante com as sínteses emergidas das leituras minuciosas dos documentos oficiais sobre o PDE/PR e, do estudo das produções acadêmicas/científicas, que caracterizam o *estado da arte* da Política PDE/PR. E, por conseguinte, a análise sobre o PDE/PR, proporcionou de forma objetiva à possibilidade, de se conhecer as dimensões que envolvem a complexidade de uma política pública, passando pelos processos de: formulação, implantação, implementação, de avaliação, accountability, publicização de resultados, dentre outros.

A abordagem dialética percorreu todo o processo de produção dissertativa, desde a investigação à análise dos dados dos questionários/entrevistas e, escolhas metodológicas/considerações finais. Em suma, buscou-se a todo tempo/espço o estabelecimento de uma comunicação dialética, sobre as anotações da práxis dos agentes públicos e de suas agências. Nesse sentido, atribuiu-se a terminologia, agente público, aos *Coordenadores PDE/NRE/PR*, e a terminologia, agência pública, as *Coordenações PDE/NRE/PR*.

Portanto, as inferências foram pautadas num processo interativo que visou à troca de experiências, da práxis pautadas nos valores socioculturais da ética profissional. Nesse contexto, os indivíduos utilizaram-se da linguagem cotidiana, para descrever as categorias empíricas, da sua práxis, considerando suas experiências no desempenho de suas atividades, pois, o cotidiano é o lugar por essência da investigação (BERTICELLI, 2010, p. 147-197).

Desse modo, refletiu-se sobre as dimensões do *estado da arte* que se constitui no estudo do PDE/PR, por esse ser uma política pública que precisa ser avaliada e reavaliada, considerando responsável e eticamente os avanços, limites e as possibilidades de avanço.

Reitera-se, que se utilizou de uma abordagem dialógica, pois, dentro do pensamento dialético, onde os conceitos, as noções, as categorias, são construções históricas que atravessam o desenvolvimento do conhecimento e da prática social (MINAYO, 2014, p.177-178).

As inferências produzidas pelos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, agentes/agências públicas, responsáveis pela implementação do PDE/PR, bem como, à ação crítica e criativa da pesquisadora possibilitaram à compreensão das dimensões conceituais/ pedagógica/administrativa que permearam à sua trajetória no marco 2007 a 2015.

O Capítulo I: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE/PR NO CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

O Capítulo I traz uma apresentação geral do PDE/PR, no contexto das políticas públicas de formação continuada de professores, contextualizando-o, no marco 2007 a 2015, nos pressupostos de sua constitucionalidade, enquanto política de estado. Nesse ínterim, se insere uma revisão das produções sobre o PDE/PR.

O Capítulo II: PDE/PR: AVANÇOS, LIMITES E POSSIBILIDADES.

O Capítulo II oferece para reflexão os indicadores sinalizados a partir da análise das situações avanços, limites e as possibilidades, considerando a ação social dos agentes/agências públicos como elos propulsores, instauradores de uma responsabilidade ética, essencialmente humanística, que prima pela coletivamente dos sujeitos envolvidos com o PDE/PR, *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* e, a partir desse processo coletivo repensa-se e propõem-se possibilidades de superação dos limites apresentados. Em suma, propositou-se ações, pautados em elementos de diagnóstico/prognósticos dialógicos, que necessitam oferecer uma nova compreensão da Política PDE/PR, ou seja, novo redesenho do PIFC/PDE/PR com base nas necessidades educativas emergentes do estado paranaense, atual.

Nesse sentido, chegou-se a compreensão de que muito tem que ser feito e conquistado, nas instâncias da gestão democrático-participativa, para que de fato, os sujeitos educacionais, tenham autonomia e possam contribuir com a qualificação dos espaços sociopolíticos em que atuam. No entanto, a falta de autonomia, na maioria das vezes não é nem percebida, por todos os participantes da sociedade, pois a burocracia da estrutura/sistema

os impede que tenham esse despertar de consciência e, por conseguinte, o despertar de ações responsáveis.

Acredita-se que, de modo consciente, podemos propor reflexões a partir da função/cargo profissional que desempenhamos, portanto, pode-se contribuir com a melhoria qualitativa dos Cursos de Formação de Professores, inicial ou continuada, no entanto, precisa-se assumir posição política em prol de uma sociedade fraterna, justa, solidária, inclusiva, dentre outras. Nesse viés, podendo contribuir com a melhoria qualitativa da educação básica.

I O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE/PR, NO CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1.1 CONTEXTUALIZANDO O PDE/PR

Não existe realmente nenhuma limitação quanto ao que podemos realizar se apreciarmos, de verdade, todas as oportunidades que a vida nos oferece (LUCKESI, 1996, p.156).

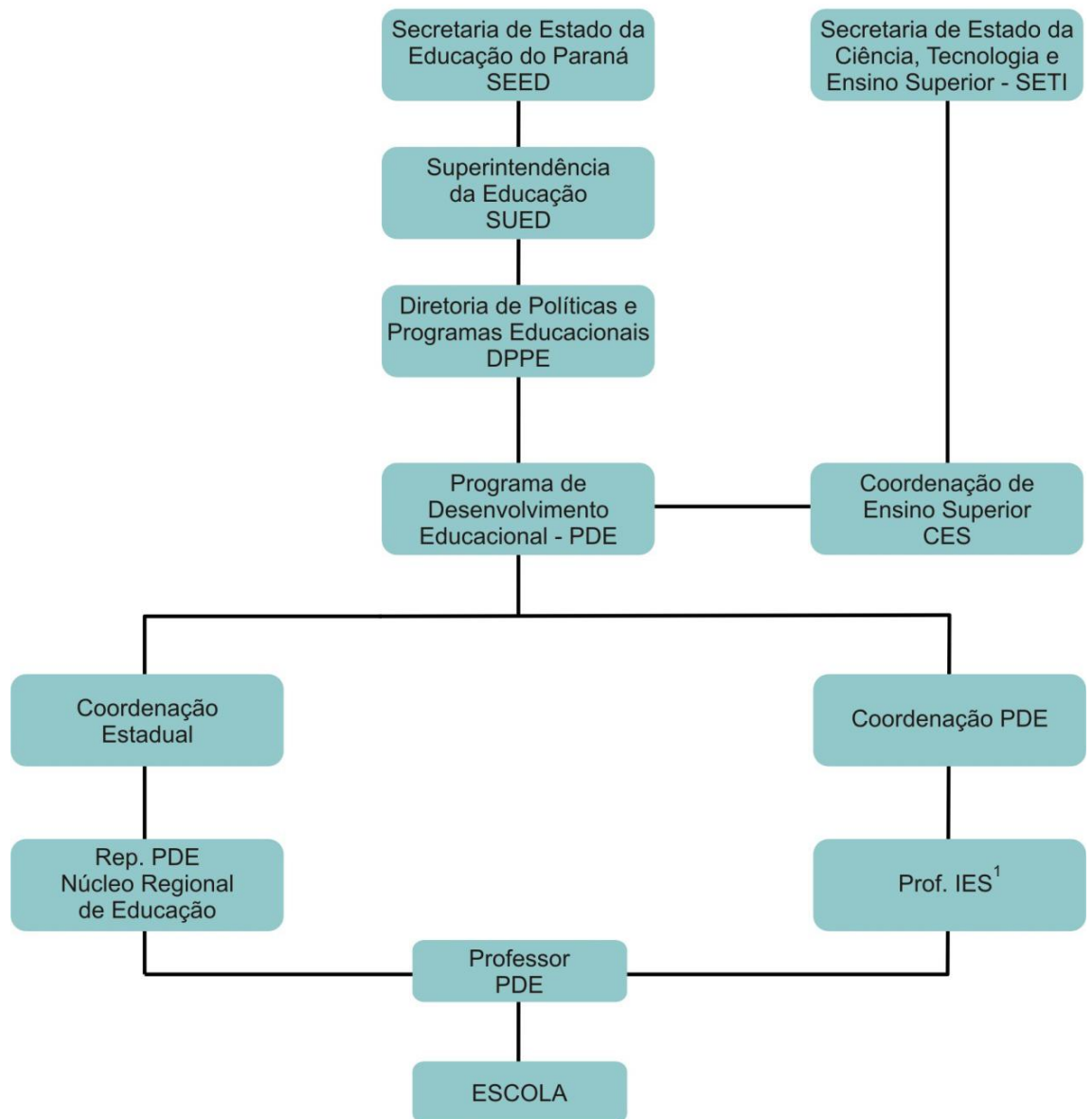
O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE/PR trouxe inovação para a formação continuada de professores, garantindo autonomia intelectual, participação reflexiva, produção científica, comparada com outras modalidades de formação continuada ofertadas pela SEED/PR anos atrás (SEED, 2014; MORAES; GOMES; TERUYA, 2011; BERGMANN, 2012).

Todas as produções sobre PDE/PR sejam nos documentos oficiais e/ou relatos/depoimentos de pesquisadores, afirmam que, é uma importante e inovadora política direcionada à formação continuada de professores da educação básica paranaense em serviço. No entanto, diretamente vem beneficiando a poucos professores, pois, o profissional precisa estar no nível II, classe 8, da carreira para poder inscrever-se (Lei nº130/2010).

O PDE/PR é uma formação que envolve a interação com a universidade, visando atender aos pilares do processo acadêmico: ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, o desenho formativo do PDE/PR, o PIFC do PDE/PR, garante a integralidade formativa, com o desenvolvimento do PIFC, a partir dos seus três eixos integrados (SEED, 2014).

E para dar conta da implementação do PDE/PR, que configura como uma ação potencializadora/inovadora, à coordenação estadual do PDE/PR, pensou o seguinte Organograma da Gestão do PDE/PR. Nesse ínterim, considerando as ações interativas entre as duas Secretarias de Estado, a Secretaria de Estado da Educação - SEED/PR e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, onde cada uma das Secretarias de Estado mantém, suas atividades específicas no cumprimento de suas demandas e atendem colaborativamente entre si o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/PR (PARANÁ, 2014, p.58).

Quadro 1: ORGANOGRAMA DA GESTÃO DO PDE/PR



Fonte: Equipe de Desenvolvimento do Programa (PARANÁ, 2014).

O organograma apresenta o arranjo organizacional da gestão e execução do Programa PDE/PR. O Programa/Política PDE/PR tem Coordenadores em cada um dos 32 NREs, os quais são denominados de Representantes PDE/PR. No entanto, determinou-se chamá-los de *Coordenadores PDE/NRE/PR*, agentes e agências públicas, que atuam junto às Instituições de Educação Básica da Rede Pública Estadual (IEB) e à Coordenação Regional do PDE/PR junto as IES designadas pela CES/SETI.

Em suma, a SEED/PR é a responsável pela Coordenação e administração geral da execução do PDE/PR e mantém parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e

Ensino Superior (SETI), que é responsável para cumprir as demandas de formação dos Professores PDE/PR junto às Instituições de Ensino Superior (IES) sob sua coordenação. Desse modo, muito são os esforços para garantir o desempenho qualitativo proposto pelo arranjo organizacional para a gestão e execução do Programa Formação de Professores, o PDE/PR (PARANÁ, 2014, p.53-62).

[...] O PDE/PR possui Coordenação Estadual pertencente à Diretoria de Políticas e Programas Educacionais (DPPE), a qual busca propiciar a integração entre as ações dos departamentos, coordenações e demais segmentos de atuação da SEED, articulando suas políticas e programas educacionais, de modo a garantir uma educação básica pública de qualidade (PARANÁ, 2014, p. 57-58).

A Diretoria de Políticas e Programas Educacionais (DPPE) está vinculada à Superintendência de Estado da Educação (SUED), que administra a política educacional do Estado, buscando assegurar a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino. A SUED é responsável pela organização do trabalho pedagógico e administrativo do Sistema de Ensino no Estado Paranaense. E para atender a essa demanda pautaram-se nos seguintes princípios:

[...] defesa da educação como direito de todos os cidadãos, valorização dos profissionais da educação, garantia da escola pública de qualidade, atendimento à diversidade cultural e gestão escolar democrática, participativa e colegiada (PARANÁ, 2014, p. 57).

A operacionalização do PDE/PR recebe suporte interno de diferentes segmentos da SEED, a saber: Grupo de Planejamento Setorial (GPS), Diretoria de Tecnologias Educacionais (DITEC), Grupo de Recursos Humanos (GRHS), Coordenação de Formação Continuada (CFC), Grupo Financeiro Setorial (GFS), Departamento de Educação Básica (DEB), entre outros segmentos se estendem as Coordenações Regionais do PDE/PR, nos Núcleos Regionais de Educação (NREs) e nas Instituições de Ensino Superior, bem como, as Coordenações PDE/PR locais às Instituições de Educação Básica (IEB). E, por conseguinte, também, conta com a parceria Estadual da SETI e da sua Coordenação de Ensino Superior (CES), por meio da qual se estabelece o compromisso com faculdades e universidades estaduais para atenderem aos Professores PDE/PR. Essa ação conta, ainda, com a parceria de duas universidades federais presentes no Estado do Paraná (PARANÁ, 2014, p. 57-59).

A Coordenação Estadual do PDE/PR reconhece a importância da participação da sociedade civil nas discussões acerca dos processos que envolvem a dinâmica de desenvolvimento do programa/política PDE/PR. Dessa forma, a APP Sindicato, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, como órgão de representação da categoria, vem contribuindo para as discussões desde o momento da idealização do PDE/PR, inclusive quando este passou a ser consolidado como *Política Pública*, firmado pela Lei 130/2010. (PARANÁ, 2014, p.59).

Desse modo, no processo de qualificação do PDE/PR a APP Sindicato se mantém presentes. Nesse sentido, a APP Sindicato organizou um Encontro para discussão sobre a análise da trajetória do PDE/PR junto as Coordenações/Coordenadores Gerais das IES, nesse encontro não houve participação da SEED e da SETI, o Evento que se realizou em no dia 25 de novembro de 2015, em Curitiba.

Nesse contexto, tanto a SEED, quanto a APP Sindicato, tem possibilidades de fomentar espaços de discussão, sobre proposições de novos encaminhamentos para o PIFC/PDE/PR, dentre outros (PARANÁ, 2014, p. 60).

Toda política, necessita de recursos financeiros para efetivar com qualidade seus processos de formulação/implementação/implantação/avaliação/reorganização.

O PDE/PR, enquanto, política pública recebe financiamento do Banco Mundial. E, nesse contexto, precisa atender às Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial (Marco de Gestão ambiental, Marco de Referencial da Política de reassentamento, Relatórios de Acompanhamento do Cumprimento das Orientações das Políticas de Salvaguardas à Unidade Gestora do Projeto (UGP). Em suma, precisa emitir relatórios a respeito do efetivo cumprimento das recomendações expressos no documento, Termo de Acordo com o Banco Mundial (BM) (PARANÁ, 2014, p.1-163).

Os relatórios são encaminhados, a cada seis meses, ao Banco Mundial para análise, sendo que este poderá bloquear, integral ou parcialmente, os desembolsos previstos, caso os relatórios forem considerados insatisfatórios. Portanto, o Estado precisa comprovar que no mínimo 50% das despesas executadas são elegíveis para que o Banco Mundial desembolse o valor previsto para o período (PARANÁ, 2014, p.1-163).

O Plano de Monitoramento e Avaliação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná apresentado pelo Estado e aprovado pelo Banco Mundial foi elaborado/implantado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), sendo utilizada a Metodologia do Modelo Lógico. Ao referido instrumento de análise agregam-se outros indicadores selecionados a serem acompanhados especialmente

pela equipe do Banco Mundial, através dos quadros de resultados e de monitoramento (PARANÁ, 2014, p.1-163).

A partir de 2003 a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, - SEED/PR realizou uma análise do ensino público paranaense, por uma necessidade imprescindível de desencadear políticas para qualificar a educação no Estado. Como parte das demandas por reformulação das políticas públicas no Estado, foi pensado/criado o Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná, o PDE/PR, idealizado durante a elaboração do Plano de Carreira do Magistério, com a promulgação da Lei Complementar nº103/2004 e, implementado pelo Decreto nº 4.482/2005. Em 2010 o PDE/PR passou a ser regulamentado pela Lei Complementar 130/2010, tornando-se uma Política de Estado para a Formação Continuada dos Professores da Rede Estadual do Ensino do Paraná (PARANÁ, 2014).

Reitera-se, o PDE/PR surgiu de duas dimensões/proposições: qualificar a educação básica e a formação integral dos que dela fazem parte (professores, alunos) e, de forma indireta sociedade. A partir desse delineamento afirma-se que, o programa tem como base o movimento contínuo de aperfeiçoamento de formação de professores no espaço escolar, fortalecendo a articulação entre Educação Básica e o Ensino Superior. Com referência a esse contexto formativo, instaurou-se a ênfase no Currículo Básico, projetado pelas Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE); na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outras. Em suma, para que o conhecimento escolar possa a ser repensado em função daqueles a quem se destinam, com ampla participação da comunidade escolar (SEED, 2014).

O professor da educação básica teve a oportunidade, com o PDE/PR, de retornar à universidade e continuar aperfeiçoando-se na área de sua formação inicial, nas disciplinas que compõem o currículo, ou ainda, inscrever-se para participar da formação por área, Gestão Escolar, Educação Especial, Pedagogia, Educação Profissional, dentre outras. (SEED, 2007).

O Professor PDE/PR, mantém contato acadêmico com uma Instituição pública de Ensino Superior (IES/PR), jurisdicionada ao seu Núcleo Regional de Educação (NRE), por um período de quatro semestres de atividades didático-pedagógicas integradas, perfazendo um período total de dois anos. Os pressupostos conceituais da formação PDE/PR, estão pautados nos pressupostos teóricos do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), bem como, da Psicologia Histórico-Cultural (PHC), possibilitando a compreensão de que, todo sujeito tem um nível de desenvolvimento real que pode ser ampliado na medida em que as aprendizagens são mediadas pelo ambiente sociocultural, requerendo acompanhamentos e interações (SEED, 2014).

As normativas vigentes brasileiras, sobre formação continuada de professores da educação básica, têm a preocupação de contemplar a sua abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, com a proposição de uma educação escolar inscrita e, necessária, para uma sociedade que se instaura como emergente de saberes políticos, econômicos, sociais, culturais (CNE, 2015, p.1-2).

O Plano Integrado de Formação Continuada, o PIFC do PDE/PR concebe a formação como uma dinâmica permanente de reflexão, discussão e construção de novos conhecimentos. Portanto, um processo de formação continuada construída socialmente, onde o Professor Orientador das IES atua como um interventor pedagógico para consolidação de novas aprendizagens (SEED, 2014, p.13).

Nesse contexto, para garantir a realização do Plano Integrado de Formação Continuada, o PIFC do PDE/PR, estabeleceu-se uma parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI/PR). Portanto, o objetivo da parceria é o consolidar apoio em relação à formação junto às 14 IES públicas do Estado do Paraná, sendo dessas, duas instituições de ensino superior federal (UFPR, UTFPR: mediante assinatura de contrato), e com 12 instituições estaduais (UEM, UEL, UENP, UNICENTRO, UNIOESTE, UEPG, FAP, EMBAP, FAFIPAR, FAFIUUV, FAFIPA, FECILCAM: mediante assinatura de Termo de Movimentação de Crédito Orçamentário – MCO (PARANÁ, 2014, p.55).

Nesse contexto, a aproximação da pesquisadora com o objeto de pesquisa: o PDE/PR e os sujeitos da pesquisa: os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* possibilitou verificar que entre as instituições de educação básica e as de ensino superior, ocorreram ricos momentos de interação, de aprendizagem. Portanto, o ápice dessa implementação pautou-se no diálogo que foi consolidando-se, a partir do desenvolvimento do PIFC/PDE/PR, sobretudo, do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, o PIPE do PIFC/PDE/PR.

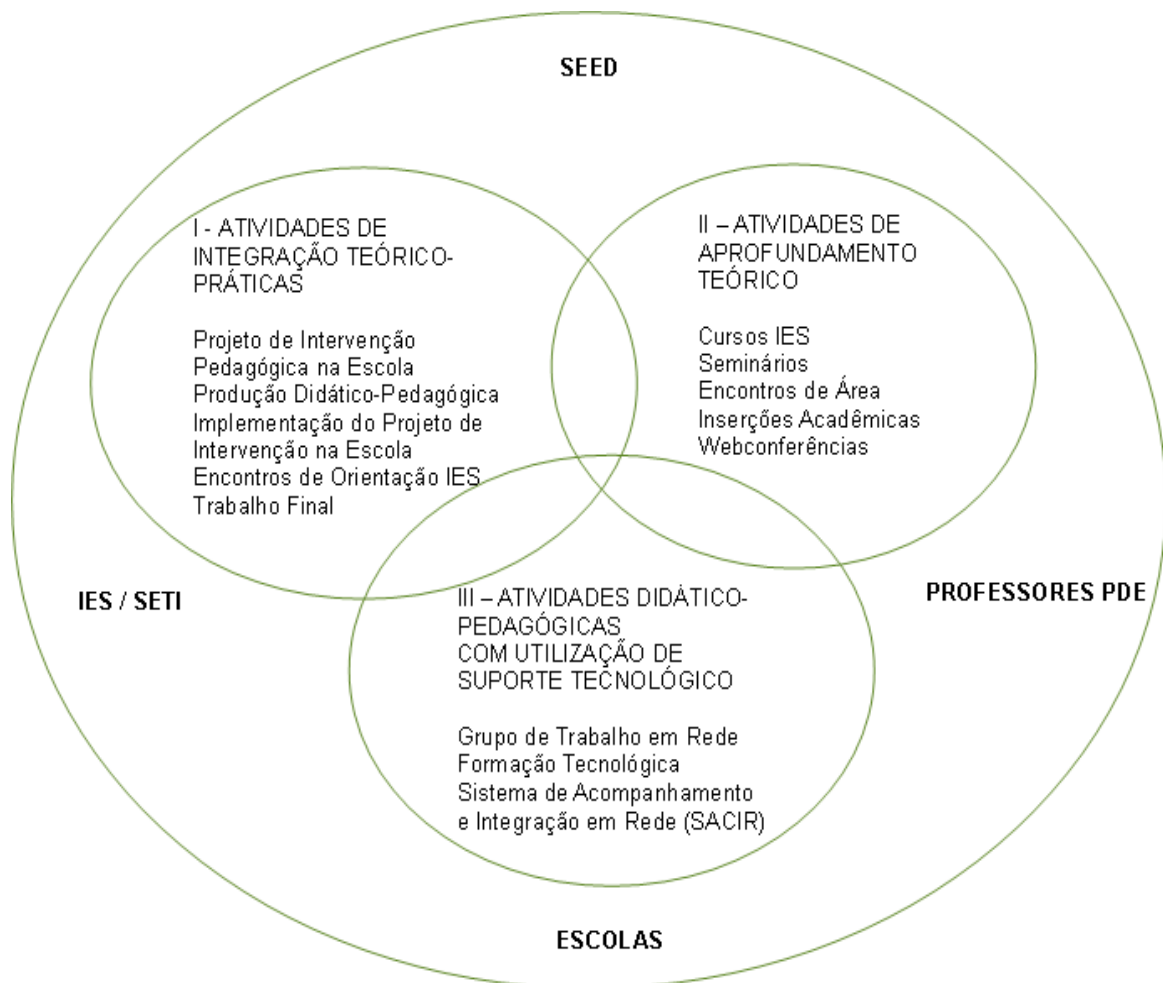
A pesquisa foi desenvolvida com três Núcleos Regionais de Educação (NREs), de Pato Branco, de Francisco Beltrão e de Dois Vizinhos. Estabeleceu-se dialogo, também, com os representantes PDE/PR, da IES, a Unioeste de Cascavel e Francisco Beltrão, os quais se denominaram de Coordenadores PDE/IES/PR.

Com o PIFC, o desenho, a matriz formativa do PDE/PR, instaurou-se o movimento dialético de ensinar e aprender. O PIFC/PDE/PR apresentada por três eixos com atividades articuladas, com ênfase na defesa das Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná (DCE/PR).

Em síntese, os eixos são ações articuladas, entre si, concretizando-se a partir de um movimento dialético de ensinar e aprender representadas, pelos seguintes eixos:

- I) Atividades de integração teórico-práticas.
- II) Atividades de aprofundamento teórico.
- III) Atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico (SEED, 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2014).

Quadro 2: PLANO INTEGRADO DE FORMAÇÃO CONTINUADA - PIFC/PDE/PR



Fonte: Documento Síntese SEED/2010

Ao analisar-se o desenho formativo do PDE/PR, expresso no Plano Integrado de Formação Continuada (PIFC), compreende-se, o processo formativo apresentado a partir do eixo integrador, movimento dialético de ensinar/aprender, determinantes dos parâmetros, indicadores, elementos inovadores, como recurso teórico/metodológico da práxis, que possibilitaram a elaboração da análise diagnóstica/prognóstica.

A implementação do PIFC/PDE/PR, é uma etapa que desenvolve várias funções: acompanhamento, de intervenção, de interação, de orientação, dentre outras. Nesse contexto,

o processo avaliativo do PDE/PR, pode configurar-se na análise do desempenho dos professores PDE/PR, bem como na análise dos impactos e interações do programa. Portanto, a perspectiva de avaliação de uma política pública, constitui-se um elemento essencial para a reelaboração e de uma nova compreensão, ou seja, a possibilidade da proposição de uma nova matriz formativa, para continuar garantindo os esforços em prol da melhoria dos tempos/espços formativos (SEED, 2014).

Outro elemento, essencial é a possibilidade de apresentar alternativas de diagnóstico sobre a realidade, limites, nos quais se encontram a educação básica paranaense, bem como, a proposição de encaminhamento teórico-metodológico para superação das dificuldades sinalizadas, como alternativas de busca/soluções, para que os limites possam ser superados de forma dialética, prognóstica.

As contribuições sobre o PDE/PR, expressas a partir das categorias operativas, analíticas, práxis, determinadas como orientação metodológica para produção da citada dissertação, são de suma importantes, na perspectiva de que se indiquem os parâmetros da implementação do PDE/PR. Portanto, contributos à qualificação da educação básica. Parâmetros, estruturas, que dão sustentação para o despontamento dos indicadores de avanço, limite e, possibilidade. Em síntese, a partir da definição dos delineamentos empíricos de análise, constitutivos da práxis, pautados na experiência/conhecimento dos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*.

Em síntese, toda avaliação tem potencial para indicar os elementos inovadores oriundos de sua implementação. Ainda, salienta-se como, indicador de avanço o caráter inovador do PDE/PR, no quesito da criação de tempo/espço, ao professor da educação básica para qualificar-se. Outra contribuição, também fundamental, mesmo que represente uma indicação de limite, é a de que houve falta de destinação orçamentária suficiente (fundos específicos destinados a sua manutenção), e/ou, nesse contexto, de uma projeção gradativa/equilibrada de investimentos para atender a uma demanda formativa crescente do programa, pois, segundo os entrevistados, esse dado/fato, apresentou-se como um desafio, sinalizado a partir dos primeiros anos de sua implementação, pois, a cada nova versão, houve redução de direitos e, dos benefícios aos participantes PDE/PR.

Reitera-se, almejou-se compreender como vêm se efetivando o desempenho performativo do PDE/PR, no marco 2007 a 2015 na visão dos *Coordenadores/Coordenação PDE/NRE/PR*. Portanto, a identificação dos pressupostos conceituais, que se instauraram no marco constitucional do PDE/PR, trajetória sociohistórica 2003 a 2015, revelam os impactos e

as interações, que se efetivaram tendo como referência os princípios da gestão democrático-participativa, conforme o quadro abaixo.

Quadro 3: MARCO CONSTITUCIONAL DO PDE/PR

Marco Temporal	Marco I: 2003/2006 <ul style="list-style-type: none"> • Formulação e Implantação do PDE/PR. • Gênese do PDE/PR. 	Marco II: 2006/2007 <ul style="list-style-type: none"> • Implantação e Implementação do PDE/PR. • Introdução do Programa/Política Pública do PDE/PR. 	Marco III: 2007/2015 <ul style="list-style-type: none"> • Continuidade da Implementação do PDE/PR. • Análise Diagnóstica e Prognóstica do PDE/PR.
Marco Legal	Marco conceitual – Abordagem Teórico-Metodológica e prática: Documentos Gênese do PDE/PR 2003-2006 LC 103/2004 Decreto nº 3.149/04 Resolução nº 1457/04 LC/106/2004 Decreto nº 4.482/05 - SEED Resolução 2007/2005 - SEED	Marco conceitual – Abordagem Teórico-Metodológica: Documento Síntese PDE/PR: 2007 Resolução nº 4.341/07 Resolução nº 1.905/07 Resolução 2.637/07 SUED/SEED Resolução nº 1670/09 Resolução nº 4442/09 Instrução 002/09 SEED/SUED Lei 130/2010 (Diário Oficial/PR nº 8266/10 - CNE/CEB/BR) Resolução nº 4128/11 - DG/SEED Resolução 334/11 – SEED/GS/PR Resolução nº 5.544/12 - SEED/GS/PR	Marco conceitual – Abordagem Teórico-Metodológica: Documento Síntese PDE/PR: 2014
Marco Conceitual I: Categorias	Categoria Operativa Elementos de Interação	Categoria Analítica Elementos de Intervenção	Categoria Práxis Elementos de Inserção/Asserção
Marco Conceitual II: Parâmetros	Situação-Avanço <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de avanços 	Situação-Limite <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de limites 	Situação-Possibilidade <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de possibilidades
Marco Conceitual III: Elementos Inovadores	Impacto <ul style="list-style-type: none"> • Dados • Achados 	Novas Possibilidade <ul style="list-style-type: none"> • Ações Potenciais • Replanejamento 	Ações Transformadoras Elementos Inovadores <ul style="list-style-type: none"> • ADE/BR - PNE/Lei 13.005/2014 • Gestão Democrática Participativa

Fonte: Elaborado pela autora, com base na definição da Abordagem Teórica da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2004; 2012) e, nos Documentos Síntese do PDE/PR (SEED, 2010; 2014).

A definição de analisar e compreender a trajetória do PDE/PR, a partir do seu marco implementativo no período compreendido entre, 2007 a 2015, considerou as várias possibilidades que os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, agentes/agências públicos, têm para interagirem com os professores PDE/PR, sobretudo, oferecendo subsídios, elementos inovadores, que a sua práxis compreendeu/assimilou, a partir das análises diagnósticas na tentativa de contribuir com a qualificação das tarefas propostas pelo programa.

Em suma, possibilidades criadas e recriadas na tentativa de reinventar-se, enquanto agente/agência pública. Nesse sentido, é possível pensar no processo formativo dos egressos do PDE/PR, prevendo a continuidade formativa e colaborativa com o sistema estadual. No entanto, há uma necessidade crucial, da criação de uma agenda com ações presentes/futuras para que não se percam as várias dimensões de investimentos constituídas ao longo da trajetória PDE/PR. Nesse ínterim, surge uma valiosa oportunidade para o sistema continuar acompanhando a competência profissional de seus agentes/agências.

Nessa lógica, cogita-se, como possibilidade a configuração de uma gestão democrático-participativa, onde os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* pudessem a partir de suas práxis analisarem/diagnosticarem/prognosticarem ações para o PDE/PR com o intuito de encontrar alternativas viáveis para superação dos limites apresentados.

A proposição formativa do Plano Integrado de Formação Continuada, o PIFC do PDE/PR, trouxe no seu bojo, a preocupação com os princípios educacionais proclamados nas normativas vigentes C.F/1988, LDBEN/9.394/1996, PNE 13.005/2014, DCE/2008, dentre outras. Atendendo, portanto, aos aspectos conceituais teórico-metodológicos e práticos, que permeiam o Sistema de Educação pública paranaense. E nessa lógica, as abordagens conceituais do PDE/PR que perpassam, pela compreensão das abordagens teóricas da pedagogia histórico-crítica, consolidadas nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná.

Nesse contexto, reitera-se, que se buscou compreender o PDE/PR, a partir da análise das contribuições de vários pesquisadores sobre categorias que convergiam, para pensá-lo e em suas demandas emergentes: Formação Continuada de Professores em Serviço; Análise da Política Pública o PDE/PR; O Espaço Funcional de Ação dos *Coordenadores/Coordenação PDE/NRE/PR*, portanto, questionamentos inerentes a uma revisão bibliográfica do *estado da arte* sobre um tema de pesquisa e/ou de produção de novos conhecimentos. Em síntese, os recursos teórico-metodológicos de análise forma se constituindo no processo, dentre elas: Terminologias; Identificação das Dimensões; Parâmetros definidores; Potencialização dos elementos inovadores; Indicadores das situações-avanço, a situações-limite, a situações-possibilidade.

Nesse sentido, reafirma-se, que a produção do conhecimento sobre o PDE/PR, fruto dessa dissertação, resultou da análise do conteúdo dos textos de documentos oficiais, do material produzido com os sujeitos da pesquisa em dois momentos: aplicação de questionários, nas entrevistas, tendo como premissa compreender a visão que os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, produziram na práxis sobre os impactos do PDE/PR, no marco 2007 a 2015.

Desse modo, o presente estudo sobre o programa PDE/PR, a partir dos seus documentos orientadores, iluminam de modo específico as questões que permeiam o seu entorno, favorecendo a compreensão de sua estrutura formativa e, com essa premissa, os conteúdos foram tratados como unidades de análise possibilitando a apreensão dos discursos comunicados sobre o programa.

Nesse viés, torna-se necessário utilizar instrumentos, que possibilitem o desvelamento da essência dos fenômenos, sobretudo, considerando as buscas na relação dialética existente entre a essência e o fenômeno. Nesse contexto, ao analisarem-se os documentos de política educacional, PDE/PR, houve à necessidade de considerar a realidade emergente, compreendida dialeticamente, como um todo estruturado, organizado, que se desenvolve recriar, considerando os limites apontados. Os documentos analisados são produto e produções de orientações políticas no campo da educação e, são resultantes de uma complexa relação, em que sujeitos e demandas são perpassados por contradições, confrontos e conflitos. Contexto, que nos aproxima da política pública, o PDE/PR (NOMA; KOEPEL; CHILANTE, 2010, p.67-68).

O Documento Síntese do PDE/PR, é um subsídio para orientar as ações de todos os envolvidos no processo formativo, nesse viés, a cada oferecimento de nova Turma PDE/PR, havia esforços para que esse fosse rerepresentado em nova versão, e/ou, reeditada com a inclusão de acréscimos ditadas em reunião com os representantes e/ou *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, no entanto, conservavam-se os princípios basilares que foram expressos desde a sua formulação inicial.

Em síntese, a estrutura investigativa, teórico-metodológica, permeou-se no presente trabalho dissertação, estabeleceram-se para a sua organização os parâmetros, os indicadores, os elementos inovadores, portanto, frutos do diagnóstico das situações de avanço, das situações limites e, das situações de possibilidade na implementação do PDE/PR.

Na tentativa de apresentar as sentenças, ou seja, os indicadores de avanço, limites, possibilidades, vale relembrar as palavras de Paulo Freire:

[...] Ao terem a percepção de como antes percebiam, percebem diferentemente a realidade, e, ampliando o horizonte do perceber, mas facilmente vão surpreendendo, na sua “visão de fundo”, as relações dialéticas entre uma dimensão e outra realidade. [...] Promovendo a percepção da percepção anterior e o conhecimento do conhecimento anterior, a decodificação, desta forma, promove o surgimento de nova percepção e o desenvolvimento de novo conhecimento (FREIRE, 1984, p. 109-110).

Em suma, o diagnóstico de cada situação, seja ela, considerada como situação de avanço, situação de limite ou situação de possibilidade, foram aqui separadas para que se possam visualizar didaticamente, os indicadores, que possibilitaram a definição dos elementos potencializados como elementos de avanços. Portanto, têm-se:

D) Indicadores de Avanço

a) O PDE é um programa inovador, de dimensões consideráveis, com propósitos formativos, qualitativos significativos para consolidação da qualidade da educação básica estadual paranaense (SILVA, 2009).

b) Inovador, potencializador, em relação à permissão para o afastamento remunerado das suas atividades profissionais para a dedicação exclusiva nas atividades formativas do programa: no primeiro ano em cem por cento de sua jornada diária de trabalho da docência, e no segundo ano, liberação de vinte e cinco por cento de sua carga horária total (SEED, 2014).

c) Interação entre os níveis de ensino IEB e IES.

d) O governo de Estado paranaense aplicou um montante considerável de recursos financeiros para a manutenção do programa PDE/PR.

e) O governo do Paraná firmou convênio de apoio financeiro com o Banco Mundial, e em contrapartida foram estabelecidas políticas de salvaguardas.

e) Construção do prédio para instalação do Centro de INTEGRAR – PDE/PR

f) Produção dos materiais didático-pedagógicos e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – as TICs.

g) Criação dos GTRs – Grupo de Trabalho em Rede.

h) Programa PDE/PR encontra amparo legal, na Constituição Federal 1988; LDB 9394/96; Já sinalizadas anteriormente na Lei do PNE – nº 10.172/2001, e reiterada no atual PNE, Lei nº 13.005/2014; Lei Complementar 103/2004; Instrução 004/2008; Lei Complementar 125/2010; Lei nº 130/2010; dentre outros, mais específicas.

i) Infraestrutura financeira do PDE/PR, pagamento de bolsas para os professores PDE/IES/PR, para os Professores Orientadores e Coordenadores (OTTO, 2009).

Nesse trabalho, atribuiu-se a mesma nomenclatura aos agentes públicos que desempenham a função de representar o PDE/PR, no desempenho de suas funções nas instâncias estadual, regional ou local. Portanto, elegeu-se a conceituação *Coordenadores PDE/PR* para aqueles que coordenam de alguma forma o programa/política PDE/PR.

II) Indicadores de Limites

a) Um dos impasses apresentado, é que faltou no PDE/PR uma avaliação sistemática capaz de diagnosticar se os propósitos da Formação Continuada desenvolvidos pela SEED/SETI estão atendendo a real necessidade de formação dos professores da rede pública estadual paranaense, portanto, “analisar até que ponto ela está sendo eficaz no enfrentamento das deficiências da formação inicial e continuada e, no enfrentamento/entendimento das circunstâncias dos problemas que afligem a educação básica (BERGMANN, 2012, p. 57)”.

b) Não ocorreram encontros presenciais para os GTR (s), conforme previsto na fase inicial do Plano Interno de Formação Continuada. Encontros presenciais para organização de atividade de EAD. (BERGMANN, 2012).

c) Atraso no repasse das bolsas tanto para os Coordenadores e Orientadores das IES, bem como, para os Professores das IEB participantes do programa (ORSO, 2010).

d) Os Coordenadores locais e regionais não receberam formação específica para exercerem essa função, nas dimensões de gestão administrativa e didático-pedagógica. Formação específica e/ou para Coordenar a implementação do PIFC/PDE/PR (ORSO, 2010).

e) O tempo direcionado no terceiro semestre, no 2º ano do programa, torna-se escasso para dar conta de toda demanda de atividades previstas no PIFC/PDE/PR (ORSO, 2010). Acredita-se que a partir dessa pesquisa com os *Coordenadores PDE/NRE/PR* outros elementos poderão ser indicados como prováveis limites.

III) Indicadores de Possibilidades

A dimensão possibilidades insere a concepção possibilidade-potencialidade. Na medida em que a realidade nos apresenta situações existenciais às novas possibilidades que nos oferecem tornam-se possibilidades plurais de análise. Sinalizando-se os seguintes indicadores avaliativos de possibilidades:

a) Devido ao alcance e à abrangência do Programa/Política PDE/PR, a sua tendência é de redimensionar o processo de capacitação em curso, desencadeando, portanto, uma reflexão teórica e prática, sobre a formação inicial e continuada realizada pelas IES. Processo de avaliação diagnóstica/prognóstica (BERGMANN, 2012).

b) Grande abrangência do Programa PDE/PR. Envolvimento professorado da rede estadual de educação básica paranaense, de forma presencial e ou a distância (ORSO, 2010).

c) Permitir reflexão teórica sobre a prática didático-pedagógica, possibilitando mudanças no cotidiano da escola (BERGMANN, 2012).

d) Incentivar a continuidade de ações interativas das IES com as IEB – na utilização racional do Centro INTEGRAR – PDE/PR (BERGMANN, 2012).

e) Instituir uma ação, em que os professores com vistas à aposentadoria possam continuar colaborando com suas experiências e conhecimentos para o aperfeiçoamento e aprimoramento das ações teórico-metodológicas, junto aos professores inexperientes.

Desse modo, a docência, integra às equipes pedagógicas e disciplinares da SEED/PR, NREs, IEBs e, sobretudo, nas Coordenações Regionais de Tecnologia Educacional (CRTEs), colaborando com as equipes multidisciplinares ao ter como apoio um profissional de cada área do conhecimento; fazer parte das ações das equipes multidisciplinares, dentre outras (BERGMANN, 2012).

Argumenta-se sobre a possibilidade, de haver um maior envolvimento da sociedade no controle das etapas de implementação de uma política pública, assim, sugere-se um maior envolvimento em torno do PDE/PR.

Atualmente, muitas ações governamentais estão descentralizadas, desse modo, tornaram-se fundamentais a elaboração do planejamento estratégico, do diagnóstico, da formulação, da implementação, do monitoramento, da avaliação, da análise das políticas públicas em âmbito local/regional (PEREIRA & PINTO, 2012).

Portanto, fazem-se necessário instrumentalizar, os agentes públicos para que possam compreender como deve estar preparados para tomar decisões, como proceder na escolha de um indicador, caso contrário, a escolha inadequada de um indicador pode afetar o planejamento, o diagnóstico, a formulação, o monitoramento, a avaliação, a análise de políticas públicas (PEREIRA & PINTO, 2012).

Os autores questionam como confiar nos indicadores, da educação básica, que parecem não conseguir captar toda a complexidade dos fenômenos a que se propõem. Nesse sentido, sugere-se apropriar-se de reflexões a cerca da necessidade de melhor qualificar os indicadores, a fim de que se possa mensurar toda a complexidade da educação, formação continuada de professores, avaliação de políticas públicas, entre outras (PEREIRA & PINTO, 2012).

No contexto, os esforços para compreender os impactos e as interações do PDE/PR, nos levaram, também, a questionar como foram pensados, escolhidos os indicadores que impulsionaram a escolha por esse tipo de formação. Considerando, nesse viés, o seu desenho formativo que é apresentado em três eixos integrados que se transversalizam na perspectiva de

uma formação omnilateral, propostas pelo Plano Integrado de Formação Continuada do PDE/PR (DUARTE, 2012, p 25).

Em suma, os indicadores estabelecem um padrão normativo por meio do qual é possível construir um diagnóstico para subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas. Nessa lógica, se questionou, quais indicadores permitiriam um melhor diagnóstico da efetividade sociocultural do programa PDE/PR? (PEREIRA & PINTO, 2012, p. 364).

Os indicadores têm alcances limitados, no entanto, uma vez que os construímos eles se esforçam para captar num simples dado a complexidade da realidade sociocultural.

Do mesmo modo, que se exigiram esforços para construí-los, precisamos ser acompanhados com muito esforço, permeados por uma análise detalhada dos fenômenos que envolvem a essência dos fatos. Nesse contexto, de produção um indicador deve possuir as seguintes propriedades: (PEREIRA & PINTO, 2012).

[...] a validade (para representar o fenômeno que pretende medir), a confiabilidade (em circunstâncias similares), a sensibilidade (refletir mudanças em fenômeno de interesse), a especificidade de refletir mudanças em fenômenos específicos, a relevância (para a discussão da agenda política em questão), o grau de cobertura populacional adequado, a simplicidade (para o devido entendimento dos agentes das políticas e do público-alvo dessas políticas), a atualização periódica, a desagregação (em termos socioeconômicos e demográficos), historicidade (PEREIRA & PINTO, 2012, p. 365).

Em suma, segundo estudiosos de avaliação de políticas públicas, um indicador deve possuir como propriedades: validade, confiabilidade, sensibilidade, especificidade, relevância, grau, simplicidade, atualização, dentre outras (ALA-HARJA & HELGASON, 2000; ARRETICHE, 2003, FARIA, 2005; PEREIRA & PINTO, 2012, p. 365; RAMOS & SCHABBACH, 2012, p. 1271-1294).

Nesse sentido o PDE/PR, por se tratar de programa/política pública de formação continuada de professores pode ser pensado pela sua *eficiência* devido à grande quantidade de recursos despendidos à sua manutenção: a logística, o Prédio Integrar PDE/PR, os convênios com as IES em formato de Arranjo de Desenvolvimento Educacional (ADE), os recursos midiáticos, dentre outros; *eficácia* na implementação e avaliação dos princípios filosóficos, psicológicos, sociológicos, históricos expressos na matriz curricular do PIFC do PDE/PR, que representam em essência as normativas expressas no PPP, PPC, PAE elaboradas pelas IEB e, sobretudo, pelas DCEs que trazem no seu bojo todos os pressupostos para a formação integral, omnilateral, materialização da realidade humana.

Em suma, *eficácia* no cumprimento das metas e dos benefícios à educação básica. *Efetividade*, atendendo aos aspectos sociais da formação de professores. Nesse ínterim, a *avaliação*, no sentido de oferecer diagnósticos analíticos do processo de implementação e, de seus prováveis impactos sociais e econômicos. Em síntese, o crescente interesse pela temática de políticas públicas está diretamente ligado as mudanças na sociedade brasileira.

Nesse contexto, destacam-se também, o intenso potencial inovador e de experimentação que permeiam os programas de governos, quiçá as denominadas políticas públicas. Na mesma proporção se revela o grande desconhecimento sobre as etapas do ciclo de vida de uma política, desde sua formulação a análise de seus impactos efetivos (ARRETCHE, 2003, p.7-9).

Ainda, nesse quesito, a pesquisadora afirma fundamentada em outros estudos, que as pesquisas em geral sobre políticas públicas denotam: a ausência de uma agenda de pesquisa que articule a comunidade de pesquisadores da área, em um grande e necessário desafio. Desafio que precisa ser enfrentado, devido à leveza metodológica; falta de clareza dos pesquisadores de modo geral sobre a perspectiva teórica em que está inserido o seu trabalho e de outras, que lhe confrontam; há mais pesquisas em relação ao processo decisório de políticas, em detrimento de estudos sobre a sua implementação (ARRETCHE, 2003, p.7-9).

Reconhece-se a necessidade de se contribuir para o aprimoramento do desenvolvimento da ciência ou campo disciplinar Políticas Públicas, que venha tratar especificamente do PDE/PR, enquanto fonte de conhecimento sobre a formação continuada de professores em serviço. Esse campo possui um caráter recente, inovador e com uma propositiva interdisciplinar e, curricular sociohistórica que possibilita a abordagem e o aprofundamento de temáticas diversas sobre o universo educativo, tendo a escola como lócus privilegiado de conhecimento.

Portanto, a compreensão, do PDE/PR, perpassa pelo entendimento da sua criação/formulação, pelas necessidades de formação continuada em serviço dos professores da rede estadual paranaense em 2003/2004 e, em 2005 com o decreto nº 4.482 de 14/05/05, e a sua materialização em 2007, com a primeira Turma PDE/PR, trazendo em seus princípios formativos, a inovação, a ciência, a tecnologia, a valorização, o respeito, dentre outros.

As reflexões de Adolfo Sánchez Vázquez (2007) corroboram com esses princípios, da sociedade de direito, que precisa se instaurar, promovendo ações concretas pautadas em uma práxis crítica, práxis reflexiva, práxis criadora, práxis reiterativa, que se apodera nos ambientes educativos dos espaços/tempos para denúncia e, sobretudo, para o anúncio das boas iniciativas.

Nesse contexto, José Carlos Libâneo e Victor Henrique Paro apresentam os pressupostos da gestão/administração democrático-participativa/coletiva, indispensáveis à materialização/reconhecimento do esforço humano e, dos esforços pela constituição da qualidade para a educação básica. (SEED, 2014, p.1-14; VÁZQUEZ, 2007, p.11-18; LIBÂNEO, p.456-458; PARO, 1999, p.165).

A gênese do PDE/PR consolidou-se a partir da elaboração do Plano de Carreira do Magistério do Paraná, instituído pela Lei Complementar nº. 103/2004, e sua implementação Decreto nº 4.482/2005. No entanto, essas determinações normativas, e os vários manifestos dos movimentos sociais organizados, tiveram marco inicial em 2003.

Os primeiros encontros de discussão entre a SEED/PR e o Sindicato dos professores ocorridos entre os anos de 2003/2004, foram determinando a gênese do PDE/PR, enquanto um programa de formação continuada de professor.

Faz-se necessário pensar, refletir e agir sobre os mecanismos que incidem sobre o processo de democratização da educação pública no Brasil. Nesse contexto, a autora trabalha com algumas categorias importantes:

(...) *mecanismos*: alternativas, perspectivas, estratégias, ações, possibilidades, entre outros; (...) *estender*: é garantir a oferta/qualidade de um programa/política a todos os professores, e/ou, da possibilidade de estendê-lo as outras redes de ensino; (...) *assegurar*: maiores recursos para a escola pública; (...) *transformar*: com saltos significativos de qualidade a Educação Básica (SPÓSITO, 2002, p.46).

Em 2010, através da Lei Complementar nº 130/2010, o programa PDE/PR tornando-se uma Política de Estado para a formação continuada de professores da rede pública de ensino do Paraná consolidando um caminhar, uma relação humanizadora, produtora, interativa entre as Instituições de Ensino Superior e as Instituições de Educação Básica para o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas.

O Programa PDE/PR trouxe várias expectativas para o professorado paranaense, hoje está instaurado o esforço político em manter a conquista do PDE/PR, como política pública que de fato vem contribuindo com a formação de professores atuantes na educação básica paranaense, de forma direta e com os professores docentes do ensino superior de forma indireta.

1.2 ESTADO DA ARTE: PDE/PR

Os procedimentos utilizados para realização para produzir o quadro, partiram da necessidade de saber que tipo de conhecimento havia sido produzido sobre o PDE/PR, ou seja, consultaram-se os bancos de dados das Universidades; Sites/revistas de Eventos de Educação; utilizou-se, também a pesquisa em sites de busca, procurando por temas que tivessem a palavra o nome do programa PDE/PR de modo particular e/ou associado a outra temática correlata, por exemplo: Formação de professores; Educação Básica; PDE/PR; Avaliação; Política Pública; dentre outros.

A proposição que permeia o estado da arte do PDE/PR perpassa pela compreensão socioeducativa que envolve o todo formativo, portanto, exige-se uma discussão dialética, sobre o desenho formativo, o Plano Integrado (PIFC), de Formação Continuada. Do mesmo modo, uma discussão dialética sobre a implementação do PIPE, projeto de intervenção pedagógica na escola, sobretudo, uma análise compreensiva sobre os desafios a enfrentar e os limites a serem superados.

Quadro 4: ESTADO DA ARTE DO PDE/PR

Nº	Título/Tema principal	Autoria	Síntese	Endereço on-line
01	Formação docente continuada na relação universidade e escola: construção de referências para uma análise a partir da experiência do PDE/PR	GABARDO, Cleusa Valério; HAGEMEYER, Regina Cely C.	O presente artigo analisa as demandas da formação continuada na relação universidade e escola, considerando as necessidades presentes no contexto atual. A partir dos estudos e pesquisas propostos no Projeto “A qualidade da formação de professores no contexto atual: escola, universidade e políticas educacionais”. Prioriza-se a avaliação da política de formação continuada do Programa de Desenvolvimento Educacional Formação Continuada em Rede – PDE/PR – Estado do Paraná, Brasil, proposta ao Setor de Educação, pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. A pesquisa, fundamentada em pressupostos da avaliação emancipatória.	http://www.scielo.br/pdf/er/n37/a07n37.pdf Educar, Curitiba, n. 37, p. 93-112, maio/ago. 2010. Editora UFPR

02	o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Paraná na visão do professor participante	ANA Claudia Biz Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Email: anaclaudiabiz@yahoo.com.br	O artigo traz alguns aspectos significativos sobre o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) de Geografia, que se desenvolve no estado do Paraná, a partir do ano de 2007, como formação continuada dos professores da Educação Básica. Apresentamos alguns posicionamentos dos professores participantes. Os sujeitos foram quarenta e sete (47) professores de Geografia da rede estadual de ensino, participantes do PDE, entre 2007 e 2012. Serviram de instrumentos de coleta de dados questionários com os professores. Constatamos que o principal motivo que leva os professores a realizar o PDE, é o afastamento da sala de aula, que proporciona o desenvolvimento de pesquisa, leitura e retorno à universidade.	XI – ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE a diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação de 9 a 12 de outubro
03	O PDE: NOVO MODO DE REGULAÇÃO ESTATAL?	KRAWCZYK, Nora Rut	O artigo discute o papel do Estado, as relações que se estabelecem entre as diferentes esferas de governos federais e a instituição escolar, bem como as diferentes formas de regulação contidas no Plano de Desenvolvimento da Educação. Para isso analisa a gestão educacional proposta no plano e o potencial e as limitações da escolha do município como “território” privilegiado no modo de regulação educacional.	http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n135/v38n135a13.pdf Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 135, p. 797-815, set./dez. 2008
04	PDE do Paraná: uma política de formação continuada e de valorização da carreira docente na rede pública estadual	MORAES, Denise Rosana da Silva – Unioeste/UEM TERUYA, Teresa Kazuko - UnB/UEM	O artigo apresenta as similaridades e as diferenças entre o PDE/BR e o PDE/PR. As siglas são as mesmas, mas uma representa o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE/BR e, a outra representa o Programa de Desenvolvimento Educacional –PDE/PR. O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE do Paraná. Trata-se de uma política educacional de formação continuada de professoras e professores da rede pública de educação do Estado. Para executar esta política, o PDE do Paraná promove uma interlocução entre a escola pública e a universidade visando à melhoria da qualidade da Educação Básica no Estado. Este Programa inaugura uma nova concepção de formação continuada que integra à política de valorização do professorado que atuam na Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná.	http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/files/pY7ZmO2.pdf Revista Histedbr on-line

05	Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná – PDE/PR: Uma Política Contrária à Ortodoxia Capitalista	SILVA, Otto Henrique Martins da ottohmatins@se.ed.pr.gov.br	O artigo faz uma análise das intencionalidades estabelecidas pelos organismos financeiros internacionais, como Banco Mundial. Destaca os aspectos político-pedagógico do PDE/PR em detrimento das concepções neoliberais constantes nas reformas educacionais implementadas no Brasil com a participação direta do Banco Mundial.	IX Congresso Nacional de educação – EDUCERE 26 a 29 de outubro de 2009 – PUC
06	O Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná – PDE/PR	SILVA, Otto Henrique Martins da ottohmatins@se.ed.pr.gov.br	O artigo aborda os aspectos conceituais, pedagógicos e de gestão. Destaca o PDE/PR em detrimento de uma formação concebida de forma homogênea, fragmentada e descontínua, centralizada na reflexão da própria prática pedagógica. Destaca também a estrutura dos prédios INTEGRAR PDE/PR. O apoio entre as IES e a IEB.	IX Congresso Nacional de educação – EDUCERE 26 a 29 de outubro de 2009 - PUC
07	O Programa de Desenvolvimento Educacional no Paraná (PDE): reflexões sobre os resultados do desenvolvimento dos projetos de intervenção pedagógica na área de história.	RODRIGUES Isabel Cristina EVANGELIST A Luciana de Fátima Marinho	O artigo apresenta o PDE e, visa promover trocas de saberes entre os professores do ensino superior e os da educação básica de maneira a produzir conhecimentos e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense. Ou seja, uma alternativa para preencher essa lacuna avaliativa, parcialmente, ao apresentar um diagnóstico fracionário do PDE, ou seja, fazer uma análise dos trabalhos realizados na área de História no Núcleo Regional de Ensino de Maringá em parceria com a Universidade Estadual de Maringá – UEM.	XXVIII SIMPOSIO NACIONAL DE HISTORIA Lugar dos Historiadores velhos e novos desafios Julho de 2015, Florianópolis
08	O PDE e a Formação Continuada de Professores no Estado do Paraná.	LOPES, Luis Fernando CORDEIRO Gisele Do Rocio	O objetivo deste artigo é analisar, a partir do referencial teórico marxista as políticas de formação continuada a distância de professores no Estado do Paraná, procurando evidenciar seus fundamentos. Assim, a partir das categorias de análise propostas (ontologia, gnosiologia/epistemologia e as dimensões ético-política e pedagógica), a questão principal que norteou a realização desta pesquisa foi: que princípios, ontológicos, epistemológicos, éticos-políticos e pedagógicos fundamentam as políticas de formação continuada a distância de professores no Estado do Paraná? Para tanto, foram analisados o documento Educação a Distância da SEED/PR (2010) e o Documento Síntese do Programa de Desenvolvimento Educacional, PDE (2007).	REUNIÃO CIENTIFICA REGIONAL DA Educação, movimentos sociais e políticas governamentais 24 a 27 de julho de 2016 – UFPR – Curitiba/Paraná

09	Políticas docentes e formação continuada no PARANÁ pelas pré apresentações sociais de professores egressos do PDE/PR	TEODORA, Romilda. SIQUEIRA, Ana Paula de Moraes de. BERTOTTI, Gisele Rietow	O artigo apresenta um Estudo das Políticas da década de 1990 preceitos neoliberais e, a tentativa de compreender se esses preceitos aparecem nas políticas PDE/PR.	I Encuentro latino Americano de Professores de Política educativa. UNIFESP, Guarulhos, SP. 6-7 de Julho de 2015.
10	Modelo de formação continuada do PDE/PR: o diálogo necessário entre a escola básica e ensino superior?	KADRI, Michele Salles El. CAMPOS, Alcione Gonçalves. SOUZA, Adriana Grade Fiori.	O artigo apresenta que as iniciativas da SEED/PR procuram promover a formação de professores - tanto em estágio inicial quanto continuado – têm sido objeto de políticas públicas recentes. O artigo objetiva compreender o PDE/PR, suas concepções de formação e os aspectos inovadores nele previsto. Esta pesquisa é de natureza interpretativa e utiliza como corpus a versão 2010 do documento síntese do programa PDE/PR. Para análise dos dados , utilizamos os pressupostos da análise documental (Bardin, 1977). Os resultados apontam que o programa apresenta indícios de avanço em relação à homogeneidade dos cursos tradicionais de formação continuada, permite que formadores reconceituem os currículos dos cursos de formação inicial, valoriza a produção coletiva do saber e a visão da escola como locus de formação e avança na sua integração com recursos tecnológicos e midiáticos, colaborando no desenvolvimento de novos paradigmas para a aprendizagem de professores. Contudo, necessita-e de mais pesquisas para que, de fato, possa se afirmar como tais indícios tem se concretizado.	Entretextos, Londrina, v.11, n.2, p.121-141, jul./dez.2011.
11	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFESSORAS: O PDE/PR	MORAES, Denise Rosana da Silva - UNIOESTE GOMES, Iara de Oliveira – Mestranda/UEM TERUYA, Teresa Kazuko - UEM	O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/PR foi lançado no ano de 2007. Trata-se de uma política educacional de formação continuada de professores/as da rede pública de educação do Estado. O objetivo deste artigo é compreender as diretrizes e encaminhamentos do PDE/PR. O referencial teórico metodológico baseia-se nos estudos da pedagogia crítica, para analisar os documentos oficiais disponibilizados no site www.diadiaeducacao.pr.gov.br . Como resultado dessa formação orientada pelos/as docentes universitários, os/as professores/as PDE estão produzindo material didático-pedagógico e artigos científicos, que são disponibilizados online. <u>Trata de uma proposta inovadora, apesar de incipiente para uma avaliação, e ainda não encontramos modelos públicos similares.</u>	https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/viewFile/3235/2867 Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.43, p. 183-201, set2011

12	INTERLOCUTORES ENTRE O ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	DUARTE, Luzia Franco & ALMEIDA, Janaina Aparecida de Mattos.	Como os conhecimentos e saberes universitários têm adentrado as instâncias escolares da Educação Básica no Brasil? Para responder a essa questão que privilegia a interlocução entre o Ensino Superior e a Educação Básica, busca-se compreender o movimento acadêmico que orienta a formulação de políticas educacionais para a formação em serviço de professores de escola pública, no século XXI. O PDE/PR.	REVISTA Inter-Ação, Goiânia, v.39, nº, p.413-429, maio/agosto.2014
13	PDE – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANÁ	HOCHULI, Elisângela Belniaki	O PDE/PR é um programa inédito no Estado do Paraná. Os professores participantes são afastados de suas atividades, recebendo o salário durante o período de afastamento, para se dedicarem exclusivamente à sua formação. Essa formação dura dois anos e é realizada através da parceria com as IES e a SEED/SUED.	UF/PR Especialização em Políticas e Gestão da Educação. 2011.
14	Análise da formação Continuada de Professores de Geografia no PDE: um estudo a partir dos orientadores da UNIOESTE – Francisco Beltrão, PR.	FARIAS, Sérgio André.	Análise do papel do estado na lógica capitalista e suas contribuições para as outras políticas educacionais de formação continuada da classe docente. Em relação ao Estado, entendemos que embora seja uma instituição a serviço da classe dominante, o mesmo não é uma instituição monolítica e há certa autonomia relativa. É nesse contexto que se apresenta o estudo do PDE/PR, no período de 2007-2010.	Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, PR, 2013.
15	O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE): REFLEXÃO SOBRE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DO PARANÁ	BERGMANN Si mone Rebello	O trabalho busca descrever, utilizando-se de procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental e do próprio testemunho memorialístico, o processo de formulação e implementação do programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Um formato inédito de formação continuada de professores no Paraná, e também no país. A ênfase do relato é no período de 2006 a 2007, época da implementação do Programa, que foi desenhado e implementado como política educacional na gestão do Secretário de Estado da Educação Mauricio Requião de Mello e Silva e do governador Roberto Requião, em seus mandatos de 2003 a 2006 e 2007 a 2010. Para sua consecução, a Secretaria de Estado da educação instituiu parceria com a Secretaria de estado da Ciência, tecnologia e Ensino Superior (SETI) e com as Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná. Foi consolidado como política pública de Estado por meio da Lei Complementar nº 130/2010.	Dissertação de mestrado. UEM/Maringá, PR 2012

16	POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO PARANÁ: REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES PDE/PR	BERTOTTI, Gisele Rietow	Apresenta as representações sociais dos professores PDE sobre a formação continuada no Paraná e de suas relações com as políticas educacionais que instituíram o programa. Trabalha a Teoria das Representações Sociais. Aponta contribuições, fragilidades e potencialidades do programa PDE/PR e dos processos de formação continuada desenvolvidos pela SEED/PR.	Dissertação de mestrado – PUC/PR. CURITIBA, PR, 2014.
17	A formação continuada dos professores de física do estado do Paraná por meio do programa de desenvolvimento educacional PDE/PR: análise das produções finais 2007/2008.	SILVA, Maycon Adriano	O PDE/PR apresenta-se como uma Política Pública e tem sua organização e desenvolvimento organizados pela SEED/PR, tendo como objetivo principal o diálogo entre os professores da educação básica e os professores do ensino superior. Esse trabalho tem por finalidade conhecer as atividades desenvolvidas no ensino de Física, através do projeto e da intervenção pedagógica do professor PDE.	Dissertação de mestrado. UFPR, Curitiba, 2014.
18	A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ (1995-2002)	MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti	Estuda a precarização do trabalho docente na gestão do governador Jaime Lerner, no período de 1995-2002. o objetivo é avaliar as configurações atribuídas aos docentes, tendo por base os elementos fundamentais que incidiram na política educacional paranaense, delimitando sua articulação com as políticas de cunho neoliberal e com os novos parâmetros de reestruturação produtiva nessa nova fase de reorganização capitalista.	Dissertação de mestrado. UEM/PR, 2011.
19	Investigação da proposta de implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) no Estado do Paraná: aspectos positivos e negativos.	FIORIN, Renato	Análise dos aspectos positivos e negativos PDE/PR. PDE/PR: Retorno a vida acadêmica, ascensão na carreira, pesquisa, aperfeiçoamento profissional, valorização da produção do conhecimento pelo professor, afastamento das atividades para cumprir as atividades do PDE, interações entre os participantes e em rede, bolsa - auxílio para os deslocamentos.	http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000151666 Dissertação de mestrado. UEL/Londrina, PR, 2009
20	O programa de desenvolvimento educacional do estado do Paraná e sua proposta de formação continuada: foco nos grupos de trabalho.	RAMOS, Samantha Gonçalves Mancini	O PDE/PR e as Proposta de Formação Continuada da SEED/PR. Investiga os GTR – Grupo de Trabalho em Rede.	http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000168376 Tese doutorado. UEL, Londrina, PR, 2011.

<p>O Processo de Consolidação do PDE na Rede Estadual de Ensino. (Vídeo). Produção: TV Paulo Freire Entrevista Duração: 8min34s Realização: 17/08/10</p>	<p>BERGMANN, Simone Coordenadora do PDE/SEED.</p>	<p>O Processo de Consolidação do PDE na Rede Estadual de Ensino. Programa exibido ao vivo, em com a convidada: Simone Bergmann (Coordenadora Estadual do PDE), fala sobre a turma PDE 2010 e o contexto geral do PDE. Palavras-chave: PDE.</p>	<p>http://www.educacao.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=15904 2010 – Vídeo - parte 1</p>
<p>O que é o PDE. Entrevista Paulo Freire Entrevista Duração: 10min33s Realização: 2007.</p>	<p>BERGMANN, Simone Coordenadora do PDE/SEED.</p>	<p>O que é o PDE, diferença entre o PDE e o mestrado tradicional, a participação de professores de outros estados e da rede municipal, como fica a progressão do professor depois do PDE, como se dará o afastamento dos professores e sua substituição. Palavras-chave: PDE. Formação continuada. Plano de carreira do magistério</p>	<p>http://www.educacao.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=15648 2007 – Vídeo - parte 2</p>
<p>Qual é a produção do final do PDE? Realização: 2007. Duração: 21min42s Entrevista Paulo Freire</p>	<p>BERGMANN, Simone Coordenadora do PDE/SEED.</p>	<p>Como se dará o processo de deslocamento dos professores PDE, PDE e novas tecnologias, como o professor retornará para o seu local de trabalho e como será feito o gerenciamento do programa PDE pelos núcleos. Palavras-chave: Programa de Desenvolvimento Educacional. PDE. Formação continuada. Plano de carreira do magistério. Grupo de trabalho em rede. GTR. Novas tecnologias</p>	<p>http://www.educacao.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=15650 2007 – Vídeo - parte 4</p>

Fonte: Elaborado a partir das produções conforme quadro acima. 2017

1.2.1 Análise dos Estudos Sobre o PDE/PR

O PDE/PR, por ser uma política de formação continuada de professores da educação básica em serviço, ainda recente apresentou pouca produção de trabalhos acadêmicos e/ou de pesquisa científica, em torno das temáticas que permeiam o seu *estado da arte*.

Em contexto geral, a produção em relação à perspectiva avaliativa, e/ou, de análise do programa e/ou política aparece sinalizada como uma possibilidade de pesquisa futura, em vários trabalhos. Sugere-se que ocorra a avaliação da política de formação continuada do Programa de Desenvolvimento Educacional Formação Continuada em Rede – PDE/PR – Estado do Paraná, Brasil, proposta ao Setor de Educação, pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. As exposições sobre avaliação se fundamentaram em pressupostos da avaliação emancipatória e, em reflexões de autores que teorizam sobre a formação docente na atualidade, analisando o processo do PDE/PR.

Nesse contexto, o PDE/PR, apresenta-se como proposição formativa recente para a formação dos sujeitos da educação básica paranaense. Desse modo por tratar-se de uma proposição formativa inovadora, ainda, esta se revendo e/ou analisando alguns elementos que possam delinear as análises diagnósticas, beneficiando a todos os participantes do programa.

Os estudos sobre o Programa PDE/PR que pudemos analisar referem-se ao seu formato; a sua abrangência logística e financeira; bem como, as sínteses dos depoimentos trazem com mais frequência estudos e entrevistas, da visão dos participantes no programa (Professores PDE/PR da IEB e, dos Professores Orientadores PDE/PR das IES) no quesito de sua validade e importância didático-pedagógica para a prática docente e/ou para instituição escolar.

O percurso do trabalho dissertativo centralizou-se na busca dos elementos reflexivos, inovadores, potencializadores, interativos, interventivos, dentre outros. Elementos que pudessem esclarecer sobre as ações práxis (experiência/desempenho) dos sujeitos da investigação, os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, agentes/agências públicas, que ao refletirem, inferem, permitindo emergência de dados sobre a configuração do processo de implementação do PDE/PR.

Os aspectos conceituais, pedagógicos e de gestão expressos no PIFC do PDE/PR, destaca a formação pelo seu formato e concepção de integralidade. O PDE/PR destaca-se em atualmente como formação que visa trabalhar com a totalidade do ser humano, em detrimento de uma formação concepção concebida de forma homogênea, fragmentada e descontínua. Portanto, o PDE/PR possibilita a reflexão da própria prática pedagógica, em interação com a IES e as IEB. Destaca-se, também a criação da estrutura dos prédios INTEGRAR PDE/PR, que foram construídos em função qualificar o do atendimento dos professores PDE/PR. O apoio entre as IES e a IEB.

Na gestão do governador Jaime Lerner, no período de 1995-2002, instaurou-se a proposição da pedagogia de projeto, o objetivo foi de avaliar as configurações atribuídas aos docentes, tendo por base os elementos fundamentais que incidiram na política educacional paranaense, delimitando sua articulação com as políticas de cunho neoliberal.

O processo de formulação e implementação do programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), tem um formato inédito de formação continuada de professores no Paraná, e também no país. A ênfase do relato é no período de 2006 a 2007, época da implementação do Programa, onde foi desenhado e implementado como política educacional na gestão do Secretário de Estado da Educação, Mauricio Requião de Mello e Silva e do governador Roberto Requião, nos mandatos de 2003/2006 e 2007/2010.

As concepções do PDE/PR apresentam aspectos inovadores. Esta pesquisa é de natureza interpretativa e utiliza como fonte a versão 2010 do Documento Síntese do programa PDE/PR. Para análise dos dados, utilizaram-se os pressupostos da análise documental Bardin (1977). Os resultados apontam que o programa apresenta indícios de avanço em relação

No marco 2007 a 2015 atendeu-se um total de sete turmas: 2007, 2008, 2009, 2010. Em 2011, não se abriu turma PDE/PR, justificando-se precisar de um tempo a mais para inteirar-se das ações e/ou da necessidade de se realizar uma análise dos impactos sociais e econômicos e, bem como, das interações propositivas projetadas para o programa, conforme relato no documento MOP -4 (PANANÁ, 2014).

A história volta a repetir-se, em 2015, não foi oferecida turma, segundo o governo estadual, através da SEED/PR, foram veiculadas informações de que não havia recursos financeiros para custear o programa, sobretudo, pelos momentos de crise financeira que circundaram/circundam o estado do Paraná, o país e o mundo. O ano de 2015 tornou-se atípico por conta da greve dos servidores estaduais da IEB e das IES e, do atraso no repasse das bolsas (salário) aos Professores Orientadores IES/PDE/PR” (APP SINDICATO, 2015).

Em agosto de 2015 foi publicada a suspensão da versão 2015 e, que a nova Turma PDE/PR iniciaria as suas atividades, no primeiro semestre de 2016 (SEED/PR, 2015).

Segundo a Resolução do Diário Oficial nº 9515 de 14 de Agosto de 2015 e, pela Resolução nº 1162/2015- GS/SEED Delegação de Competência ao Diretor-Geral, Edmundo Rodrigues da Veiga Neto e Resolução nº 2465, da SEED em 13 de Agosto de 2015, estabelece a Súmula: Prorroga o início das atividades de Formação Continuada ofertadas pelo Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE no âmbito do Estado do Paraná. (CASA CIVIL, 2015).

A Secretária de Estado da Educação (SEED), no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 30 e 45 da Lei n.º 8.485, de 03 de junho de 1987, do Decreto n.º 1.396, de 05 de setembro de 2007, e atendendo às disposições contidas na Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004, e na Lei Complementar n.º 130, de 14 de julho de 2010, bem como o contido no Protocolado n.º 13.717.170-8. Resolve: (CASA CIVIL, 2015).

[...] Art.1º Prorrogar o início das atividades de Formação Continuada ofertadas pelo Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE no âmbito do Estado do Paraná. § 1º A prorrogação de que trata o caput deste artigo incide sobre a turma PDE 2015, cujos participantes foram selecionados por meio do Edital n.º 92/2014 – GS/SEED, de 02 de outubro de 2014. § 2º Os professores selecionados serão convocados por meio de Edital próprio, conforme consta no item 8.1 do Edital n.º 92/2014. [...] Art. 2º Os professores que se submeterem ao Processo Seletivo Interno, regido pelo

Edital n.º 92/2014 – GS/SEED, têm a garantia de compor a próxima turma PDE, no início do ano letivo de 2016. [...] Art. 3º Revogar a Resolução n.º 546/2015 – GS/SEED, de 03 de março de 2015. [...] Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (CASA CIVIL, 2015).

O edital nº50/2015, no dia 13 de agosto de 2015, estabelece as normas para a convocação dos Professores da Rede Pública Estadual do Paraná que se classificaram dentro do número de vagas no processo seletivo do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/PR para a Turma 2015. Tendo três chamadas nos dias 9, 16 e 21 de outubro de 2015.

Vive-se, portanto, no final de 2015, os preparativos e expectativas para nova turma PDE/PR com atividades para o período de 2016/2017. A nova versão orienta que as atividades interativas junto à comunidade escolar exigirão um maior envolvimento do Professor PDE/PR, além da participação nas ações propostas pela SEED/SUED/PR, deverão envolver-se nas Semanas Pedagógicas, na Formação em Ação, nos Encontros/reuniões administrativos e pedagógicos realizados pela instituição escolar, e interagir com os organismos de representatividade da escola: grêmios estudantis, APMF, Conselho Escolar, Conselho de Turmas, dentre outras.

Em síntese, continua-se valorizando o Professor PD/PR, enquanto Professor produtor de conhecimento científico; aperfeiçoamento nas ações de inserção acadêmica e de interação com as IES/PR; elaboração do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola (PIPE) do PDE/PR; valorização ao uso/inserção as TICs; fortalecimento teórico-metodológico, reflexão sobre a práxis didático-pedagógica, tendo a escola como *lócus* privilegiado de aprendizagem/formação (ambiente potencializador de conhecimento para a IEB e a IES); reelaboração dos Documentos Orientadores do PDE/PR.

1.2.2 Elementos Inovadores, Expressos Documentos do PDE/PR

Os *Elementos Inovadores*, expressos nos Documentos Oficiais do Programa de Desenvolvimento Educacional do PDE/PR, nas produções do *Estado da Arte*, nos Achados na Investigação Empírica junto aos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, tornam-se indicadores significativos oriundos da reflexão sobre as ações da práxis administrativa e didático-pedagógica, possibilitando ao participante do programa adquirir uma nova postura diante de sua função, uma postura dialética frente à complexidade que envolve o processo formativo de crianças e jovens, sujeitos da educação básica. À “dialética permite enxergar,

por trás das aparências das coisas, os processos e inter-relações de que se compõe a realidade (KONDER, 1993, p.68)”.

Portanto, após o levantamento dos parâmetros, considerando-se os termos avanços, limites, possibilidades, eles foram analisados pelas dimensões de análise/operativa/empírica, simbolizaram, *elementos inovadores*, que representam a potencialidade do programa permitindo ao participante, o Professor PDE/PR, beneficiar-se dos avanços científico-tecnológicos e das abordagens teórico-metodológica progressistas, das interações, intervenções e, inserções (MINAYO, 2008).

A dinâmica da abordagem dos documentos orientadores iniciais apresentou uma perspectiva progressista de educação, no entanto, não havia impedimento e/ou orientação às IES para que as outras abordagens não fossem trabalhadas e/ou difundidas (MORAES, GOMES, TERUYA, 2011).

O desenho formativo, do PIFC/PDE/PR, envolve uma complexa dinâmica de atividades didático-pedagógicas que precisam ser realizadas em um período de dois anos. Esse período torna-se, estanque, pois, ao término do programa o participante, o Professor PDE/PR que passou por vários desafios acadêmicos e ao retornar, totalmente a sua IEB de lotação, retorna a zona de conforto (novo distanciamento do meio acadêmico), em suma, esse é um fator prejudicial a sua conquista acadêmica.

Assim a expectativa de vários professores egressos do PDE/PR era de que a SEED/SUED/PR e a SETI/CES/IES juntas pensassem em um formato de formação continuada, com critérios similares ao do PDE/PR, onde a visão a formação integral do ser, aparece e reaparecem em seus eixos formativos.

As ações interativas, que foram propostas ao Professor PDE/PR, lhe desafiaram a atuar na docência dos grupos de apoio à implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola (PIPE); participação presencial envolvendo os professores/colaboradores da IEB que o professor PDE/PR atuou com docente do grupo de estudos de apoio a implementação do PIPE, Tutoria dos Grupos de Trabalho em Rede (GTRs), participação à distância que contou com a participação dos demais professores/colaboradores da rede estadual paranaense, (que no âmbito contou com a participação dos trezentos e noventa e nove municípios paranaenses, cada professor da rede poderia optar pela participação em um GTR de seu interesse, respeitando o limite do número de inscrições por curso. Ainda, nesses últimos são aceitos as inscrições dos professores de contrato PSS.

Em síntese, o Professor PDE/PR, nos dois momentos de sua atuação docente, socializa com seus pares suas certezas/incertezas que permeiam o objeto de estudo o PIPE. O

Professor PDE/PR ao socializar a sua intenção de pesquisa desperta interesse de um coletivo colaborador, para a intervenção didático-pedagógica na escola, permeando ações sobre a temática de estudo, a formulação do problema, o levantamento de pressupostos/hipóteses, a elaboração de proposições, e das afirmações científicas produzidas. Portanto, o conhecimento sobre o desenho formativo sobre o PIPE/PIFC do PDE/PR, possibilita ao que atua na IEB uma busca coletiva por soluções dos problemas estudados/intervencionados.

O Professor PDE/PR, produtor de novos conhecimentos sobre a sua práxis. Das várias produções, destacam-se: elaboração do PIPE, produção didático-pedagógica (cadernos pedagógicos; softwares de conteúdos disciplinares/área de conhecimento de acordo com as orientações das DCEs e do PIPE/PIFC/PDE/PR; artigos científicos sobre a sua experiência como participante da formação PDE/PR), dentre outros. Em síntese, sobre a problemática geral que, envolve a produção de um novo conhecimento: a delimitação do campo de estudo, o seu *estado da arte*, a abordagem teórico-metodológica, dentre outras, efetivou-se um compromisso coletivo, com a elaboração de prognoses/possibilidades que materializassem ações em prol da qualidade social da Educação Básica.

Proposições a ações, considerando a análise da temática em fontes primárias e secundárias. A partir dessa premissa, oferecem-se as seguintes considerações a partir do estudo da temática em fontes primárias e secundárias. O estudo do programa/política PDE/PR possibilitou as seguintes reflexões: (SEED, PR, 2014, p.1-14).

1. Implementar de ações didático-pedagógicas para a inserção didático-pedagógica, para o uso das TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) e dos AVAs (Ambientes Virtuais de Aprendizagem), durante o período destinado a Formação em Ação.

2. Garantir o retorno dos professores da Educação Básica à vida acadêmica em cursos *Stricto Sensu*, sem prejuízo na sua avaliação de desempenho.

3. Incentivar o intercâmbio de educadores entre as redes de ensino, a exemplo: no caso do PDE/PR os professores da IES e os da IEB dialogando sobre suas práxis pedagógicas. Portanto, ações precisam ser mantidas, mesmo depois da participação do professor no programa/política PDE/PR.

4. Estender e ampliar a oferta de cursos para Educação Básica Municipal utilizando os espaços construídos, os Prédios INTEGRA PDE/PR, junto as IES públicas colaboradoras do PDE/PR.

5. Planejar ações em Regime de Colaboração, e/ou, em forma de Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), “em conformidade com os artigos 211 da Constituição Federal 1988 e oitavo da LDBEN nº 9.394/96, o artigo 7ª no parágrafo 7º do

PNE nº 13.005/14. A partir desse delineamento, investir em formação especializada para a gestão de programa/políticas públicas (ABRUCIO & RAMOS, 2012, p.7-9; 68; 72).

6. Admitir, que a forma em que estão organizados os Sistemas Escolares na Educação Básica, continua sendo uma instância burocrática, pois, envolvem uma grande complexidade de ações que necessitam ter um direcionamento mais ágil do Sistema/Estado.

7. Atribuir mais autonomia aos NREs, no quesito gestão dos recursos administrativos e pedagógicos. Entre eles a formação de professores, no entanto, para atingir esse parâmetro há necessidade de investir em formação para os profissionais que atuam nos NREs: implementação, gestão/execução, análise de políticas públicas, dentre outras.

8. Pouco tempo para a implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola (PIPE), pois, logo à implementação torna-se esquecida por todos, inclusive pelo Professor PDE/PR e pelo orientador da IES (mentores da proposição do objeto de estudo), por conta do ingresso de novos professores PDE/PR, dos novos PIPEs , dentre outras demandas.

9. A formação PDE/PR apresentou-se como uma proposição inovadora e ofereceu/oferece uma abordagem teórico-metodológica atual aos participantes. No entanto, um grupo reduzido de professores teve acesso à formação PDE/PR, havendo necessidade de estendê-la aos demais professores da rede pública paranaense.

10. Necessidade de qualificar o GTR no sentido desvinculá-lo do período formativo dos professores PDE/PR. Utilizando a proposição formativa estabelecida no seu processo de formulação, a gênese, do PDE/PR, no período de um ano letivo, estabelecimento de ensino do professor PDE/PR, permitir inscrição dos participantes com residência próxima a escola do GTR. Realizar, quatro encontros presenciais totalizando 32 horas e mais 8 horas de estudo totalizando 40 horas.

11. Ter se constituído uma referência significativa do Grupo de professores Pedeanos, como perspectiva de tornarem-se, referência à sua IEB ao seu NRE, no estabelecimento do fortalecimento/qualificação dos programas de formação em ação, semana pedagógica, hora atividade concentrada: tornando-se coordenadores disciplinares e/ou coordenadores de áreas de conhecimento, entre outras ações formativas.

Em síntese, durante todo o processo de investigação estabeleceu uma postura coletivo-dialética, junto aos sujeitos da pesquisa, na perspectiva de que se tornasse em anunciador das situações-possibilidades. Portanto, produtores científicos de uma visão que registrou a experiência do PDE/PR, tendo como finalidade a compreensão, dos *elementos inovadores* que foram implementados no processo de gestão/execução do programa PDE/PR.

Em suma, poucas são às alternativas analíticas que vêm sendo empreendidas para compreensão dos avanços, superação dos limites, das possibilidades de criação de novas alternativas de enfrentamento que infligem à educação básica e a formação omnilateral. Em caso específico poucos são os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* que sabem sobre assuntos relativos aos Acordos/Termos políticos que permearam/permeiam da formulação à análise diagnóstica/prognóstica do PDE/PR.

II PDE/PR: AVANÇOS, LIMITES E POSSIBILIDADES

O homem valoriza os elementos naturais, como objetos de transformação, de criação do mundo da cultura. Para transformar a realidade, ele tem que intervir na situação; isto já indica possibilidade do homem de, para transformar a realidade, destacar-se da própria realidade. Então, ele é um ser natural que é capaz de intervir na natureza modificando-a (SAVIANI, 2004, p.44).

Dentre as muitas possibilidades de pesquisa/investigativa, que a temática formação continuada de professores em serviço, possa ter acenado como campo/área de estudo, elegeu-se o Programa de Desenvolvimento Educacional, o PDE/PR, como objeto de estudo.

Nesse contexto, visualizou-se à possibilidade de dialogarmos com os agentes/agências públicos, os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* que atuam diretamente na implementação gestão/execução das atividades administrativas e pedagógicas do programa, em ações locais/regional.

Considerou-se os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, como sujeitos mediadores que permeiam à implementação do programa/política PDE/PR, nas instituições de educação básica jurisdicionadas ao seu NRE/PR.

Em suma, buscou-se identificar/compreender, o papel desses sujeitos sociohistóricos, agentes públicos, como àqueles que se envolveram com intensidade nas dimensões estadual/regional/local, no âmbito da implementação gestão/execução da política PDE/PR, mesmo sem terem participado do processo de sua formulação e/ou análise de seus impactos no tempo/espaço do marco 2007 a 2015.

Na medida em que, se propôs dialogar com os agentes públicos, constituiu-se o estabelecimento de uma ação dialógica, sobre as atividades que realizaram/realizam, junto ao PDE/PR. Portanto, teve-se a intencionalidade de captar desses profissionais, a essência de suas práxis, a partir de suas visões/percepções, que foram sendo apreendidas no processo.

O *Coordenador/Coordenação PDE/NRE/PR*, constatou que ao exercer a função na implementação gestão/execução do programa/política pública estatal, o PDE/PR, foi se aperfeiçoando e aprimorando-se no desenvolvimento de várias potencialidades, às quais foram sendo disponibilizadas a serviço do bem-estar social, dos participantes da formação PDE/PR.

Nesse contexto, foram ações que foram possibilitando no processo a compreensão de que a implementação de uma política de formação de professores requer de toda estrutura PDE/PR, uma dedicação e cuidado no cumprimento de todas as etapas do processo. Em suma, exige conhecer os pressupostos teórico-metodológico da política que se pretende implementar.

Quadro 5: ESTUDO DO PDE/PR: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS



Fonte: Elaborado pela autora

Nesse contexto, os pressupostos do estudo são representados na figura acima, se traduz em um movimento contínuo de vida de um programa/política pública, perpassando pela formulação (levantamento do problema/causas).

A etapa da implementação envolve as etapas de gestão/execução, análise que envolve o diagnóstico, impacto que envolve as causas e os efeitos da implementação.

O prognóstico é uma etapa do processo de análise e já aparece intrínseco no processo de diagnóstico. Em síntese, as etapas foram representadas na figura e descritas como processos separados, apenas como efeito didático, pois, eles ocorrem concomitantemente, no processo/ciclo de vida de uma política.

Reitera-se, que a função *Coordenador/Coordenação PDE/NRE/PR* foi consolidando-se, agregando conhecimentos que possibilitaram ao agente público, desenvolver um trabalho qualitativo no cenário de implementação gestão/execução do PDE/PR.

Registrou-se, que a partir do exercício da função *Coordenador/Coordenação PDE/NRE/PR* desenvolveram-se atividades significativas, orientação, acompanhamento, mediação, sobretudo, de transformação, junto aos Professores PDE/PR, pois, esforçaram-se para garantir o desenvolvimento de todas as etapas/dimensões do PIFC/PDE/PR: 1. Dimensão: Atividades de Integração Teórico-Práticas, resultando na implementação do Projeto de Intervenção Pedagógico na Escola (PIPE) junto a sua IEB. 2. Dimensão: Aprofundamento Teórico-Metodológico, resultando no Processo de Interação entre a IEB e as IES. 3. Dimensão: Atividades Didático-Pedagógicas com utilização de Suporte tecnológico, resultando na inserção ao uso das TICs, dentre outros.

De modo, sintético apresenta-se o quadro abaixo com as proposições analíticas o PDE/PR, pensadas a partir dos seus documentos orientadores e, de outros do governo do Paraná que apresenta a trajetória do PDE/PR, enquanto proposição formativa.

Quadro 6: PDE/PR: PLANO DE AVALIAÇÃO

Componentes <ul style="list-style-type: none"> ● C.F de 1988 ● LDBEN 9.394/96 ● DCE ● PEE ● PIFC/PDE/PR 	Dimensões <ul style="list-style-type: none"> ● Formação Professores. ● Educação Básica. 	ADE (Arranjos Desenvolvimento Educacional) <ul style="list-style-type: none"> ● Acordos, ● Convênios, ● Termos. 	Possibilidades de Novos Avanços: <ul style="list-style-type: none"> ● Redesenho do PIFC
Finalidades <ul style="list-style-type: none"> ● Formação Continuada de Professores para Educação Básica (Nível II, Classe 8 a 11). ● Melhorar os índices da Educação Básica (dados das avaliações externas e internas; censo escolar, outros.). Controle da evasão, reprovação e abandono, dentre outros. 	Coordenação/estrutura <ul style="list-style-type: none"> ● Estadual ● Regional ● Local. 	Colaborações/interações <ul style="list-style-type: none"> ● Internacional (Banco Mundial/BR) ● Estadual (SEED/SETI/PR) ● Municipal (NRE/IEB) ● Interinstitucional 	Pressupostos/categorias <ul style="list-style-type: none"> ● Seleção/Continuidade ● Interação ● Intervenção ● Inserção/asserção ● Análise ● Impacto ● Produção Exames Padronizados <ul style="list-style-type: none"> ● Criação/Aplicação de exames locais/regionais.
Implementação PDE/PR Marco 2007/2015	Turmas PDE/PR Tarefas/Identidades Conceituais teórico-metodológicas <ul style="list-style-type: none"> ● PIFC, PIPE ● GTR ● Artigos ● Professor PDE/PR 	Demandas/Envolvimentos <ul style="list-style-type: none"> ● Investimento Brasil e Banco Mundial (BR/BM) ● 02 SEED/SETI ● 14 IES ● 32 NRE ● 399 Municípios 	Finalidade Aperfeiçoar/aprimorar e ampliar a oferta do PDE/PR.
Público-Alvo <ul style="list-style-type: none"> ● Alunos, Comunidade ● Professores Egressos ● Escolas – IEB ● Professores Rede/PR ● IES/PR 	Planejamento/Controle <ul style="list-style-type: none"> ● Controle estatístico ● Controle interno ● Controle Constructo ● Controle externo 	Controles Observacionais <ul style="list-style-type: none"> ● Produto ● Resultados intermediários ● Resultados Finais ● Políticas de Salvaguardas 	Criação/recriação <ul style="list-style-type: none"> ● Inovação ● Valorização Professor ● Valorização IEB e IES ● Valorização conhecimento, ciência, tecnologia.

O quadro acima apresenta as dinâmicas do PDE/PR, bem como, as interações que se estabelecem em prol da execução do programa. Nesse viés, apresentam-se as possibilidades de avanço, atribuindo ao *Coordenador PDE/NRE/PR*, o papel de destaque na implementação do PDE/PR uma vez que precisa, a saber: supervisionar, acompanhar, analisar as atividades didático-pedagógicas propostas pelo PIFC/PDE/PR.

Nesse contexto, o *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, expuseram, que os Professores PDE/PR, precisam compreender a dinâmica de integralidade dos eixos formativos do PIFC/PDE/PR, para que possam cumprir as tarefas no tempo/espaço estipulados pelo programa.

Nesse contexto, os *Coordenadores/Coordenação PDE/NRE/PR* atenderam ao compromisso de colaborar com a gestão administrativa/pedagógica, do Projeto Intervenção Pedagógica na Escola (PIPE) do PIFC/PDE/PR, estando atentos às necessidades dos Professores PDE/PR. Acompanharam às atividades de inserções nas IES, verificando como se apropriavam dos subsídios teórico-metodológicos.

Verificaram, se houve na prática dos Professores PDE/PR à inovação para o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). E, sobretudo, de que forma os Professores PDE/PR vêm contribuindo com a formação dos seus pares disciplinares/área junto à IEB. Em suma, como os instigaram a co-responsabilizarem-se com as ações que visavam à promoção da qualidade social da educação básica paranaense. (PARANÁ, 2014).

Portanto, tornou-se uma determinação intelectual e uma exigência profissional para o bom desempenho da função/cargo, que o *Coordenador/Coordenação PDE/NRE/PR* esteja atualizando-se, que se torne um constante pesquisador, pois, a atividade coordenadora exige interação/intervenção junto às instituições de ensino IEB, IES, e, com as secretarias de estado SEED/SUED/NRE/PR SETI/CES/PR, em defesa do cumprimento e reavaliação das metas propostas pelo Plano Integrado de Formação Continuada do PDE/PR.

Em suma, o *Coordenador/Coordenação PDE/NRE/PR*, exerceu uma função com características, acentuadas de atividades gestoras/executoras. Enquanto, os Coordenadores/Orientadores das IES, e das IEB visavam/buscaram a integração, viabilização de articulação do trabalho pedagógico-didático, e do Projeto Educativo em relação direta e interdependente com os Professores PDE/PR.

2.1 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A formação dos educadores paranaenses caminha para uma formação progressista, voltada à defesa do conhecimento científico e a promoção de uma educação pública de qualidade. Percorrendo, as concepções teóricas do Materialismo histórico dialético, da Pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico cultural.

2.1.1 Abordagem do Materialismo Histórico Dialético

O embasamento teórico-metodológico, da pesquisa, fundamenta-se na corrente de pensamento do materialismo histórico dialético, numa perspectiva de abordagem dialética em relação aos fatos e circunstâncias do contexto sócio-cultural em que ocorrem. (DUARTE, 2012, p. 39; SAVIANI, 2002, 12-74; SAVIANI, 2012, p. 87-93).

Nessa perspectiva, concepção histórico-crítica, por conseguinte, dialética. Nesse contexto, o ser humano surge como ser social, considerando que todo processo evolutivo foi marcado ao longo da história da humanidade por avanços/retrocessos sociohistóricos. Portanto, o ser social é explicado por uma ontologia sociohistórica e, por sua constituição/especificidade de ser social, criador (DUARTE, 2012, p.37-39).

2.1.2 Abordagem Teórico-Metodológica da Pesquisa

Desde a elaboração do projeto de pesquisa, decidiu-se pelo tema: PDE/PR, tendo como sujeitos da pesquisa, os agentes públicos e suas agências públicas, portanto, os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*. E, em relação à implementação dos instrumentos de coleta de dados, manteve-se à intenção de utilizar dois instrumentos de coleta de dados: questionários semi-estruturados, e uma entrevista com os sujeitos da pesquisa. No entanto, em virtude de uma problemática detectada, ao se realizar a análise dos questionários semi-estruturados, percebeu-se um limite.

O limite enfrentado foi em relação à produção escrita (as respostas dadas aos questionários), os entrevistados/sujeitos da pesquisa, o *Coordenador/Coordenação PDE/NRE/PR*, quando se deparavam com questões de cunho sociopolítico, eram bastante, sintéticos pouco se acrescentava, de modo significativo de suas considerações.

A análise das questões se deu de uma forma dinâmica, buscando levantar entre as respostas dos três *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, congruência/consenso. Após

identificar a estrutura com base nos pontos congruentes/consenso, visualizaram-se os elementos potencializadores e os *elementos inovadores* do PDE/PR.

Desse modo, a investigação identificou como, agentes públicos, pensavam em relação à temática pertinente a uma educação socializadora, progressista, transformadora. Portanto, temas macros. A exposição dos temas macros, possibilitaram conhecer/compreender o perfil socioeducativo dos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*.

Esses saberes da práxis emergiram através dos determinantes reflexivos da práxis que influenciam/revelam a forma de pensar, de ter ideias, de comprometerem-se, suas crenças, seus ideais, sua visão política, sua visão ontológica, dentre outras. Nesse viés, elegeram-se alguns pilares, basilares, para decodificação dos códigos, palavras, que usadas para expressar a realidade, portanto, a palavra expressada representava, em contexto um significado do real das ações vividas por esses agentes públicos no exercício de suas funções para comunicar/discutir/interagir/refletir/innovar/transformar/dialetizar/analisar (dentre outras). Os temas macros ou pilares basilares: enfrentamento da violência; educação integral; diretrizes curriculares; avaliação externa; PDE/PR; SNE, PNE, ADE, hora atividade concentrada; dentre outras, tornaram-se elementos de análise.

Desse modo, após a sondagem do perfil socioeducativo dos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, em relação aos pilares basilares que expressam o perfil socioeducativo dos agentes/agências públicas, delimitaram-se os temas micros, mais específicos, ao objeto/sujeito da pesquisa. Os critérios, os indicadores, utilizados para avaliar à implementação do PDE/PR, foram: autonomia dos implementadores PDE/NRE/PR; concepção de gestão democrático-participativo; reconhecimento da abordagem da pedagogia histórico-crítica, a partir das DCEs; conhecimento dos documentos orientadores do PDE/PR; domínio teórico das teorias do ciclo de políticas; dentre outras. Em torno dessas proposições “operacionais/analíticas/empíricas” os elementos potencializadores, que simbolizaram o avanço da educação básica/ensino superior paranaense após a implementação do PDE/PR foi o estabelecimento de ações interativas no cumprimento do PIFC. Quais são os elementos mediadores sinalizados? Quais são os elementos inovadores sinalizados? (MINAYO, 2014, p.178).

Reafirma-se, que se utilizou da mesma lógica, explícita acima para definirem-se os parâmetros avanço, limite, possibilidade, na análise o PDE/PR: analisando-se o desenho formativo do PDE/PR, o PIFC; uso proativo das ferramentas tecnológicas: como o PDE/PR vem preparando os participantes para seu uso inovador. Quais os critérios que impedem/potencializam a expansão/disseminação a favor do uso criativo das TICs? Quais

critérios indicam a intensidade interativa/reflexiva que se materializou após a implementação do PDE/PR entre a IES/PR e IEB/PR?

O segundo momento, portanto, à entrevista. O formato definitivo da entrevista aprimorou-se após a análise dos dados obtidos com os questionários, utilizou-se como estratégia a réplica às respostas dadas no questionário (enviado *online*). Nesse ínterim, os dados analisados nos questionários tiveram à função de réplicas que foram compiladas e resultaram nos novos questionamentos das entrevistas.

As abordagens teórico-metodológica, dialógicas, possibilitaram identificar junto aos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* os achados sobre o PDE/PR a partir da resignificação de suas práxis.

Portanto, os elementos inovadores foram sinalizados e identificados como proposições analíticas, a partir da reflexão da práxis dos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*.

Reitera-se, que se utilizou para definição das proposições analíticas, os seguintes termos/parâmetros: avanços/limites/possibilidades, expressando conhecimentos sobre o alcance do PDE/PR com a realização das turmas PDE/PR no marco 2007 a 2015, considerando, os seus princípios orientadores, desde a formulação à implementação do PDE/PR. Nesse sentido, considerou-se a visão/percepção dos três *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, dos NRE de Pato Branco (NRE/PB/PR), NRE de Francisco Beltrão (NRE/FB/PR), NRE de Dois Vizinhos (NRE/DV/PR).

Reafirma-se, que os questionamentos foram encaminhados *on-line* respondidos e devolvidos *online*, e posteriormente tabulados e os dados analisados e, considerados achados importantes, contributo para elaboração das questões basilares da entrevista. A aplicação e análise do questionário/entrevista possibilitaram-nos compreender a importância do trabalho do *Coordenador/Coordenação PDE/NRE/PR* junto aos Professores PDE/PR. (MINAYO, 2014).

E, em relação às considerações sobre a implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola (PIPE), os entrevistados afirmaram que ao implementar o trabalho no interior da escola, o objetivo principal era a intervenção sobre a realidade, tendo portanto a IEB “como lócus privilegiado de aprendizagem”, para a visualização de possibilidades de mudanças.

Em suma, a ação interventiva com o PIPE/PDE/PR, elaborado/implementado pelo Professor PDE/PR no último semestre do curso de formação, com o aval da comunidade

escolar/conselho escolar. Ação que possibilitou perceber uma série de fatores que interferem diretamente no processo formativo do contexto escolar.

A ação interventiva junto à comunidade escolar, quando bem planejada, possibilita categorizar a ação coordenadora em três dimensões: articuladora, formadora, transformadora. Intervenção PDE/PR, através do PIPE/PDE/PR é uma ação que beneficiou os participantes do programa, quando articula potenciais formadores, tanto das IEB quanto das IES numa relação de interdependência, formadora quando valora a escola como locus genuíno de aprendizagem. (SEED, 2014).

Desse modo, a realização do percurso formativo PDE/PR, possibilitou que as inovações transformem a postura do Professor PDE/PR, consolidando as mudanças na práxis cotidiana, através do estudo, da pesquisa, da abertura e da disponibilidade para o novo.

Os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, ao assumirem o compromisso profissional com a implementação do programa/política PDE/PR, identifica-se, individual/social, tornando-se conscientemente, agentes/agências públicos, de transformação qualitativa da educação básica paranaense.

O recurso teórico-metodológico, adotado fundamentou-se na adoção de três dinâmicas reflexivas, que se comunicavam e interagem processualmente. O primeiro momento à investigação em fontes primárias, documentos oficiais, sobre o programa/política PDE/PR; o segundo momento à investigação em fontes secundárias sobre o *estado da arte* da política de formação continuada, PDE/PR; o terceiro momento consolidou-se com a investigação empírica junto aos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* dos três NREs, que fazem parte microrregião do sudoeste paranaense, que representam ao mesmo tempo, o aporte educativo, dessa mesorregião que pertence à mesorregião/Território do Sudoeste do Paraná.

2.1.3 Identidade Coordenador/Coordenação PDE/NRE/PR

O que se constatou após a tabulação dos dados nos questionários e nas entrevistas junto aos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*: NRE Pato Branco, NRE Francisco Beltrão, NRE Dois Vizinhos, é que não houve, em nenhum momento por parte da SEED/PR preocupação com uma formação específica preparatória para que assumisse a *Coordenação PDE/NRE/PR* e/ou da mesma forma, hoje, para os que assumem tal responsabilidade profissional.

Nesse sentido, quando se refere a garantir à formação específica do profissional que, assume a coordenação de uma política pública, complexa. Há uma necessidade real de munidos de conhecimentos, de recursos estratégicos na garantia de um desempenho competente na função/cargo para o qual foi designado a assumir. Em suma, compreender de forma clara, o desenho da política pública que vai implementar, na sequencia, apreender a analisar os resultados/impactos da política que se está implementando, tornando-se, um requisito indispensável.

Compreender a dimensão do processo de implementação de um programa e/ou política pública, perpassa pela categorização dos *elementos inovadores* oriundos da práxis interposto pelos próprios agentes/agências, e/ou pelos formuladores da política pública.

Nesse viés, o trabalho desenvolvido com os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* possibilitou compreender-se à dimensão sociopolítica do processo de implementação do PDE/PR. Nesse sentido, buscou-se, uma perspectiva de atuação consciente, com base no agir comunicativo, sobre o papel social que ocupavam, enquanto, agentes/agências públicos. Ações que perpassaram pelo levantamento/categorização dos determinantes sociopolítico dessa ação práxis, que culmina com a anotação dos *elementos inovadores*, potencializadores do PDE/PR.

A cada nova turma PDE/PR, há um esforço coletivo das *Coordenações/Coordenadores PDE/NRE/PR* para que se produzam novas orientações (sem deixar de referenciar o Documento Orientador do PDE/PR, denominado de Documento Síntese), sendo que, a nova versão incorpora às solicitações, sinalizadas nas reuniões de avaliação do PDE/PR com gestores da SEED/PR, SETI/PR, APP Sindicato, as *Coordenações/Coordenadores PDE/NRE/PR* e das IES (coordenadores regionais/locais).

Desse modo, percebe-se um esforço das *Coordenações/Coordenadores PDE/NRE/PR* com o objetivo de qualificar o processo de formação continuada. Em suma, um esforço diagnóstico/prognóstico de atender às necessidades percebidas nos ambientes formativos (SEED, 2014, p.1-14).

Reafirma-se, que as *Coordenações/Coordenadores PDE/NRE/PR* ao acompanharem a implementação do PIPE, contribuíram com a transformação das condições da realidade escolar, perceberam-se como agentes/agências públicos, comprometidos com seu contexto sociohistórico. (SEED, 2014, p.1-14).

Em síntese, o Professor PDE/PR, ao ingressar no programa, tem liberdade intelectual para determinar junto à sua comunidade escolar o objeto de sua pesquisa. Nessa

dinâmica o PDE/PR foi configurando-se como programa/política de formação continuada de professores em serviço. (SEED, 2014, p.1-14).

Com base, nesse contexto, as *Coordenações/Coordenadores PDE/NRE/PR* aproveitaram, a congruência pautada entre à possibilidade e realidade. E, caso não às encontre dadas, instigar-se-ão a materializá-las através do diálogo. (FREIRE, 1987).

Esse relato dissertativo, contou com a visão/percepção de pesquisadores clássicos e contemporâneos, que há seu tempo se debruça na produção de conhecimentos/novos conhecimentos a partir de seus aportes científicos, expressando a questão do seu *estado da arte*, e de sua dimensão filosófica, pedagógica, andragógica, sociológica, antropológica, psicológica, dentre outras. Portanto, possibilidades, usadas para ressignificar as categorias operacionais/analise/empíricas que definiram os caminhos teórico-metodológicos desse relato dissertativo.

Nesse viés, justifica-se, que a definição de uma abordagem progressista/transformadora de educação. No entanto, a partir dessa ação reflexiva, dialética, um pólo pode ficar mais visível que o outro, dependendo das forças que assumem o poder governamental para a tomada de decisões, e das forças que assumem o poder transformador do embate político. (SAVIANI, 2013).

Desse modo, o estudo propôs-se pensar/refletir sobre o trabalho na gestão que desenvolvem as *Coordenações PDE/NRE/PR* e, como vêm se constituindo a essa identidade profissional, na dimensão estadual/local. Portanto, é sabido que às experiências da práxis determinam através de suas relações cotidianas a sua identidade individual e social. (SETTON, 2002).

As constituições das identidades funcionam como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, concebido como um princípio mediador entre individuo e sociedade. Determinando-se a escola como instituição formadora e produtora de conhecimento, significa habilitar o pensar sobre o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo. (SETTON, 2002).

Dito de outro modo, o entendimento da síntese das múltiplas determinações sociais, permite que os sujeitos compreendam que as leis da educação, os programas/políticas, “expressam projetos políticos e de civilização carregados de sonhos, desejos, direitos, deveres, preconceitos, interesses públicos e privados e dessa forma, trazem em si as contradições presentes na sociedade. (CASTANHA, 2011).

Ocorreram avanços no âmbito da compreensão das políticas públicas, permitindo que os sujeitos históricos, os agentes públicos, *Coordenadores/Coordenações PDE/NE/PR*, se

instrumentalizassem para a constituição de indicadores. E, a partir da análise diagnóstico/prognóstico, conceber os resultados do processo de implementação de programas/políticas dos quais coordenam/gestor. A partir da instauração de práticas avaliativas, e/ou, de análise, cria-se a cultura avaliativa, que possibilita à ampliação no conceito, uso e interpretação da importância da avaliação das políticas públicas. (FARIA, 2005, p. 97-109; RAMOS & SCHABBACH, 2012, p.1271-1294).

A partir da integração dos três eixos que formam o PIFC/PDE/PR, visou-se a transformação qualitativa da educação básica paranaense investindo-se, na formação continuada dos professores participantes do programa/política PDE/PR, e, estendendo flechas de luz aos demais pares da rede estadual, através dos Grupos de Trabalho em Rede (GTR); grupo de apoio à implementação do PIPE. (PARANÁ, 2014, p.1-14).

Entendeu-se que em cada momento de análise de uma política pública potencializam-se, em múltiplas possibilidades de superação dos limites. Essas possibilidades potenciais são formuladas no processo de formulação. (PARANÁ, 2014).

No documento orientador da turma 2015, percebe-se a proposição de um novo enfoque curricular, portanto, o redesenho do PIFC, que passa a ser chamado Programa Integrado de Formação Continuada, PIFC, dando ênfase à questão do conhecimento ao currículo. (PARANÁ, 2015).

Portanto, evidenciando, aquilo que a categoria profissional vem defendendo desde a elaboração coletiva das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (DCEs), à defesa do currículo, como elemento central de qualquer discussão educativa. (PARANÁ, 2006).

Nessa mesma proposição de defesa das conquistas, salientam-se outros avanços para a educação básica paranaense, o uso dos recursos tecnológico, as TICs, para aprimorar/aperfeiçoar a dimensão didático-pedagógica, a exemplo o Registro de Classe *Online* (RCO), resultando na melhoria da qualificação dos processos pedagógico/administrativo. (SEED, PR, 2015).

Reitera-se, que através desse estudo investigativo junto às *Coordenações/Coordenadores PDE/NRE/PR* objetivou-se refletir sobre a seleção de indicadores que permitem monitorar, avaliar, diagnosticar, prognosticar o PDE/PR. Oferece-se subsídios aos *Coordenadores PDE/NRE/PR*, com base nos relatórios produzidos no final dessa pesquisa, na perspectiva de uma proposição da elaboração de um *redesenho do PIFC/PDE/PR*. Sendo que esses mesmos, agentes públicos, no relato de suas experiências contribuirão de maneira imprescindível, pois são esses os sujeitos que no cotidiano de suas

práxis buscam alternativas para solucionar os *limites do* exercício dessa nova função e, que da mesma forma vai constituindo sua identidade.

Nessa proposição, tem-se a possibilidade criação/oferecimento de uma proposição sobre novas possibilidades de avanço para o PIFC/PR, que se deu a partir da análise das vozes/percepções das Coordenações/Coordenadores PDE/NRE/PR e das sínteses dos estudos documentais.

Desse modo, a SEED/PR e a SETI/PR incentivam o uso frequente das TICs, na formação PDE/PR, portanto, é oportunizado por conta de vários recursos disponibilizados aos Professores PDE/PR, além do apoio técnico dos Centros de Tecnologia Educacional (CRTEs) com sede na SEED/NREs, vem sendo disponibilizado com mais propriedade a utilização da Plataforma Moodle, o SACIR, os Grupos de Trabalho em rede (GTRs), e do grande incentivo à produção de materiais didáticos que são armazenados em um banco de dados no portal: www.diaadia.educacao.pr.gov.br e disponibilizados a todos os professores da rede e do público em geral para consulta.

Em síntese, a análise do percurso da implementação da política pública PDE/PR, no marco 2007 a 2015, levou ao processo de definição dos indicadores, sinalizados a partir da compreensão das situações avanço/limite/possibilidade. Portanto, a partir da determinação dos parâmetros estruturantes possibilitou-se a indicação dos elementos inovadores, processo conceitual que possibilita pensar/potencializar ações à recontextualização da institucionalização da política pública o PDE/PR, sobretudo, considerando-se a natureza da realidade conjuntural emergente.

**Quadro 7: PDE/PR – Análise de Situações Avanço/Limite/Possibilidade
(Parâmetro/Indicadores/Elementos Inovadores)**

I. Situações-Avanço	Parâmetros	Indicadores de Avanço/ Elementos Inovadores
<p>- Política de Formação Continuada de Professores da Educação Básica paranaense em serviço, - <i>possibilitou o retorno à vida acadêmica.</i></p> <p>- Constituição de ações interativas, interventivas, e insertivas, - <i>pautadas na realidade das Instituições Escolares.</i></p> <p>- Produção de novos conhecimentos, - <i>valorando as DCEs elaborada de forma participativa e, sobretudo, a práxis do professorado paranaense.</i></p> <p>- Incentivo a proposição de ações colegiadas, - <i>ações interdisciplinares, contextualizadas, dentre outras, com as IES do Estado.</i></p>	<p>- Desempenho Didático-Pedagógico (desempenho profissional).</p> <p>- Valorização da competência acadêmica/institucional e, da promoção da interação entre as IES e IEB.</p> <p>- Inovação/Produção (resultado materializado do esforço conjunto/democrático participativo nas IEB).</p>	<p>- Tempo/espaço destinado para o estudo com apoio dos recursos necessários (tecnológicos, logísticos, humanos, dentre outros).</p> <p>- Autonomia didático-pedagógica para refletir sobre às realidades que permeiam as questões emergentes do país, estado, localidade e da instituição que atuamos, enquanto agentes públicos.</p> <p>- Criar produtos, que se tornem elementos/ferramentas para reduzir as crises/limites/problemas.</p> <p><u>Elementos inovadores:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Criação de ações formativas conjuntas, entre as IES e IEB.</i> 2. <i>Manutenção do Tempo/espaço destinado ao Estudo, potencializado com o PDE/PR.</i> 3. <i>Autonomia didático-pedagógica, que se insere, também, na produção.</i>
II. Situações-Limite	Parâmetros	Indicadores de limite
<p>- Descontinuidade do potencial formativo instigado com o PDE/PR, - <i>faltou à constituição uma diretriz formativa continuada após o</i></p>	<p>- Tratar a Política Pública PDE/PR, como investimento sociocultural.</p>	<p>- Elaboração de um Planejamento descentralizado (local/regional) de formação a partir do PIFC/PDE/PR com</p>

<p><i>PDE/PR, convocando dentre o coletivo de professores PDE/PR, em forma de chamada pública um repensar de elementos inovadores em prol da OTP (organização do trabalho pedagógico).</i></p> <p>- Fragmentação na socialização das informações sobre a realidade da educação básica paranaense, os limites (desafios/problemas) como premissa, - <i>à elaboração de análises/pareceres diagnósticos/prognósticos.</i></p> <p>Faltou à constituição de Estruturas Sistêmicas que viabilizassem a mudança conjuntural, a partir da adoção de ações planejadas com o coletivo com vistas <i>à socialização das análises/pareceres diagnósticos/prognósticos.</i></p> <p>A instauração de um ambiente antidemocrático impossibilitam a efetivação de uma diretriz teórico-metodológica, orientadora para ações efetivas com vistas a bons resultados qualitativos. exemplo: <i>descomprometimento com as determinações legais; falta de unidade didático-pedagógica tendo como diretriz DCEs do Paraná; o uso incorreto dos livros didáticos; uso inadequado de ferramentas tecnológicas/midiáticas, não garantindo o acesso tempo/espaço do período escolar; planejamento inadequado para resultados; a não garantia da criação/permanência de conselhos atuantes, bem como, a</i></p>	<p>- Avaliação Diagnóstica processual dos investimentos na educação, bem como, dos resultados.</p> <p>- Formação e acompanhamento dos resultados da práxis didático-pedagógica.</p> <p>- Materializar coletivamente as expectativas e os resultados esperados para a educação básica paranaense.</p>	<p>cronograma/reserva de tempo/espaço para qualificar as ações dos agentes públicos, de modo contínuo. Processo que se tornará em subsídio/elemento que valorará todo investimento público despendido com à política.</p> <p>- Autonomia produtiva supervisionada com vistas a resultados.</p> <p>- Produção final interdisciplinar e socializada.</p> <p><u>Elementos inovadores:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Identificar/consolidar os elementos inovadores na práxis.</i> 2. <i>Incentivar o Planejamento local/regional, a partir das DCE, PEE/PNE.</i> 3. <i>Supervisionar com vistas a produção/socialização de resultados, - com ênfase na continuidade/valoração das ações produtivas, em prol do desenvolvimento de novas ações.</i>
---	--	---

<p><i>não confecção de relatórios/pareceres orientadores das políticas públicas junto aos coletivos institucionais.</i></p>		
<p>III – Situações Possibilidade</p>	<p>Parâmetros</p>	<p>Indicador de possibilidades</p>
<p>- Aprender a identificar os Elementos Inovadores capazes de qualificar a Formação Continuada de Professores da educação básica, em serviço.</p> <p>- Aprender a identificar os Elementos Inovadores capazes de qualificar a Educação Básica Paranaense.</p> <p>- Aprender a identificar os Elementos Inovadores possibilitadores do Redesenho Formativo do PDE/PR.</p> <p>- Aprender de forma consciente de que a responsabilização é noção humanística, portanto, elemento ético. E de que às vezes precisamos fazer a denúncia, bem como, o anúncio.</p>	<p>- Instauração das possibilidades formativas inovadoras propostas pela LDBEN 9.394/96, instaurando-se a proposição de ações inovadoras, em prol da Formação Continuada, em Serviço, na modalidade semipresencial valorando à metodologia do ensino em EAD e, das ações disciplinares/multidisciplinares por Área de Conhecimento.</p> <p>- Implementar ações qualificadoras à compreensão formativa das concepções didático-pedagógicas nas Diretrizes Curriculares Estaduais, no Plano de Educação do Estado da Educação, bem como, entendimento sobre o funcionamento do Sistema Estadual da Educação, dentre outros.</p> <p>- Gestão democrática participativa.</p> <p>- Valorização do saber sociocultural dos agentes públicos.</p> <p>- Reelaboração contínua dos Planos de metas com ênfase nos resultados, qualificadores do processo.</p>	<p>- Inovação didático-pedagógica.</p> <p>- Disponibilidade de tempo/espço reconhecido para estudo.</p> <p>- Formação por área de conhecimento, sem deixar de valorar a formação disciplinar;</p> <p>- Potencial formativo oriundo da práxis do PIFC/PDE/PR para organização/reelaboração de novo Plano Formativo de ação/metasp/ resultados.</p> <p><u>Elementos inovadores:</u></p> <p>- Aprimorar as ações do GTR do PIFC/PDE/PR, para toda a rede estadual, <i>fortalecendo as ações dos pares institucionais locais/regionais.</i></p> <p>- Seguir as determinações legais, <i>trabalhar o Currículo Básico por área de conhecimento.</i></p> <p>- Definição Estrutural do Sistema Estadual de Educação, tendo como referência o Sistema Nacional de Educação, de modo, <i>a fazer cumprir o que está posto no Plano Estadual de Educação (PEE)</i>, que, por conseguinte, tem como referência o PNE.</p> <p>- Adoção de um banco de dados, para diagnosticar/prognosticar elementos inovadores, que contribuam com a</p>

		<p>qualificação/resultados das avaliações da aprendizagem/sistema, ou seja, a partir dos dados apurados diagnosticamente nas avaliações internas/externas, tendo como matriz as DCEs que tem como referência o DCN. Nesse ínterim, <i>elaborar de um plano de capacitação dos professores a partir dos indicadores emergidos das análise de situações avanço, situação limite e situação possibilidades potencializados</i>, nos parâmetros prognosticados com vista à qualificação da educação básica paranaense.</p>
--	--	--

Fonte: elaborado pela autora

Reiterando, os elementos inovadores resultantes da práxis avaliativa foram primeiro pensados/tratados, na dimensão diagnóstica, a partir da determinação dos parâmetros. Do mesmo modo, a determinação dos parâmetros possibilita a visualização de indicadores necessários à dimensão prognóstica, ou seja, possibilita o estabelecimento de metas, sobretudo, necessárias a qualificação de políticas públicas.

2.2 CONCLUSÃO ANALÍTICA: AVANÇOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DE NOVOS AVANÇOS

Os desafios educacionais, no mundo complexo em que vivemos, representam uma tomada de consciência das necessidades a serem assumidas e respondidas pela educação dentro de suas especificidades e limites. (GASPARIN, 2008, 120).

As perspectivas de realização do presente trabalho Dissertativo, envolveu três referências fundamentais: acadêmica, pessoal, social.

Quanto à relevância do estudo acadêmico, às aulas na Unochapecó, a pesquisa, a produção do texto dissertativo, o objeto foi revelando/materializando-se processo, à medida que a investigação ia respondendo a questão de pesquisa, elucidando o problema. Portanto, a expectativa de compreender o trabalho que os *Coordenadores/Coordenação PDE/NRE/PR*, vêm desenvolvendo pelos nos NREs de Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, PR, bem como, concebem, a sua trajetória no marco 2007 a 2015, em relação ao impacto de sua implementação, na percepção dos parâmetros de avanço, limite, possibilidades. A partir do levantamento dos parâmetros possibilidades, produziram-se de uma síntese conclusiva analítica sobre os avanços, limites, possibilidades de novos avanços do PDE/PR.

Em relação à relevância pessoal, almejou-se constituir momentos dialéticos, de elaborações de sínteses, de ampliação do conhecimento e compreensão do objeto estudo, o PDE/PR.

Em suma, por ter sido estudante egressa do programa PDE/PR, Turma 2008-2009, quis reassumir o compromisso de repensar a Educação Básica Paranaense, a partir da análise dos impactos do programa. Tive a grata satisfação de pesquisar um tema pelo qual tenho grande apreço, Formação Continuada de Professores, em Serviço. Nesse ínterim, rememoro que, a condição profissional de supervisora de ensino da educação básica paranaense, colocou-me próxima a temática que, envolve professores, dentre elas, formação continuada. Atuo também, na rede estadual com a Coordenação do Curso de Formação de Docentes, na modalidade ensino médio integrado à educação profissional.

Reitero que, a realização dessa pesquisa perpassou pela intenção, sociohistórica, de analisar e compreender que, elementos podem ser tomados, indicados, como possibilidade para a análise de novas possibilidades de avanço, a partir de uma breve incursão pela produção científica que, perpassa pela disciplina/campo de estudo, da temática formação continuada de professores; pelos pressupostos que perpassam nos documentos oficiais do PDE/PR; pela produção do estado da arte, do PDE/PR, e, pela síntese de máximas possibilidades da formação continuada PDE/PR na visão dos entrevistados.

Em suma, todos os elementos significativos, correlatos, da análise de cada dimensão/campo de análise, contribuíram para identificar os elementos inovadores do PDE/PR, e esses se constituíram, a partir de prognoses da análise, em elementos potencializadores – possibilidades de novos avanços.

Em relação à relevância social, afirmo que se cumpriu o intento de colaborar com a constituição de novos elementos que possam ser identificados/tomados para a análise da política pública, o PDE/PR. Objetivando-se, com isso, demonstrar as correlações, entre os elementos indicados em cada dimensão/campo de análise. Em síntese, a partir da identificação dos elementos elaborou-se uma análise propositiva prognóstica.

A partir desse delineamento, definiram-se pelos sujeitos da pesquisa, os Coordenadores/*Coordenação PDE/NRE/PR*, considerando-os conhecedores da sua práxis, conhecedores e participes do *locus* da estrutura do programa e, sobretudo, por trazerem novos elementos da práxis reapropriada do seu trabalho. Cumpriu-se a perspectiva, de que os Coordenadores PDE/NRE/PR, se tornassem, junto com a pesquisadora autores, também, sujeitos dessa produção que foi realizada em uma perspectiva “dialética, criadora, crítica, reflexiva, reiterativa”. (VÁZQUEZ, 2007, p.11-18).

E, sobretudo, pela possibilidade ímpar de socializar os dados da referida pesquisa na academia, em eventos e de oferecer as devolutivas aos sujeitos participantes da pesquisa e à SEED/PR-SETI/PR através de uma proposição conclusiva analítica, apresentando os avanços, limites e as possibilidades de novos avanços, para o PDE/PR.

Quadro 8: PLANO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DO PDE/PR

Abordagem teórico-metodológica	Parâmetros	Achados/Resultados
Pressupostos: 1. Concepção teórica do Materialismo histórico-dialético	Análise Diagnóstico- Prognóstica (Análise D-P)	Elementos Potencializadores (Análise D-P)
2. Pedagogia histórico-crítica 3. Psicologia histórico-cultural (Análise D-P)	Avanços	Indicadores: <i>Intervenção,</i> <i>Inserção, Interação,</i> <i>Impactos, Produção</i>
	Limites	
	Possibilidades	Elementos Inovadores
	Novas Possibilidades	Novos Elementos

Caracterizou-se, a partir de pressupostos sociohistórico, numa dinâmica de movimento dialético, rever a trajetória do programa PDE/PR, a partir de uma síntese dos elementos que são identificados pela triangulação das dimensões/campo de análise.

A abordagem teórico-metodológica definida perpassou por identidade/compreender as situações que caracterizam a identificação de situações-avanço. Seguindo o mesmo princípio, identificaram-se as situações-limites, as situações-possibilidades. Em suma, a análise constituiu-se a partir de uma síntese sociohistórica/cultural, considerando o contexto da educação básica brasileira.

Muitos dos parâmetros que expressam a sentença, das situações avanço, limites e possibilidades sinalizadas pelos pesquisadores do estado da arte e de um modo e outro apareceram na fala dos sujeitos da pesquisa.

2.2.1 Elementos Inovadores Sinalizados Como Avanços

a) O PDE é um programa inovador, de dimensões consideráveis, com propósitos formativos, qualitativos significativos para consolidação da qualidade educativa da educação básica estadual paranaense.

b) O professor PDE/PR tem garantido afastamento remunerado das suas atividades profissionais para a dedicação nas atividades formativas do programa: no primeiro ano cem por cento de sua jornada diária de trabalho na docência e no segundo ano vinte e cinco por cento de sua carga horária.

c) Interação entre os níveis de ensino IEB e IES.

d) O governo de Estado paranaense aplicou um montante considerável de recursos financeiros para a manutenção do programa PDE/PR.

e) O governo de Estado paranaense realizou Acordo financeiro com o Banco Mundial para oferecimento e manutenção do PDE/PR.

f) O governo de Estado paranaense reavaliou o Termo do Acordo com o Banco Mundial no sentido de rever e repensar algumas ações propostas no Programa Formação em Ação.

g) O governo de Estado paranaense instituiu a Escola de Governo, que promove cursos na área da gestão, execução, accountability, avaliação de ações e políticas públicas.

<http://www.escoladegestao.pr.gov.br/>

h) Construção do prédio para instalação do Centro de INTEGRAR – PDE/PR

i) Produção de materiais didático-pedagógicos com uso/recurso das Tecnologias da Informação e Comunicação – as TICs.

j) Criação dos GTRs – Grupo de Trabalho em Rede.

l) Investimentos de criação de aparatos para gestão do processo ensino aprendizagem, a exemplo: Registro de Classe Online, RCO/2012. O projeto piloto do RCO/2012, trouxe na justificativa de sua criação, as seguintes ações: acesso em tempo real sobre a situação escolar do aluno, da turma, e intercalado por outros sistemas, como o SERE/PR, por conseguinte, considerando os aspectos: evasão, ações preventivas, dentre outras. Ainda, em relação ao RCO/SEED/PR houve comentário/destaque dos entrevistados sobre essa novidade tecnológica para a organicidade do sistema educacional paranaense.

m) Programa PDE/PR encontra amparo legal, na Constituição Federal 1988; na LDBEN nº 9394/96; nas Leis dos PNEs – nº 10. 172/2001 e nº 13.005/2014; Lei Complementar 103/2004; Instrução 004/2008; Lei Complementar 125/2010; Lei nº 130/2010; Projeto Multissetorial Para o Desenvolvimento do Paraná, 2014; Relatório do Projeto Multissetorial Para o Desenvolvimento do Paraná 2015. (PARANÁ, 2014, 58-60; PARANÁ, 2015).

n) Infraestrutura financeira do PDE/PR, bolsas para os professores PDE/PR das IEB, Coordenadores/ Orientadores PDE/PR das IES que atendem ao programa.

o) Participação da Comunidade Civil e, representantes oficiais: APP Sindicato, CONAE, Conselho Estadual de Educação, dentre outros.

2.2.2 Elementos sinalizados como limites para a qualificação do PDE/PR

a) Um dos impasses do Programa/Política PDE/PR, - é que ele foi construído e consolidando-se ao longo do processo/movimento de sua formulação/implementação, (gênese/formulação 2003/2004 e implementação 2007 a 2015).

b) Nesse contexto, outro impasse que perpassou, é o fato que o PDE/PR, mesmo tornando-se uma Política de Estado (Lei 130/2010), para o atendimento da formação continuada em serviço dos professores e da melhoria da educação básica, continuou sendo repensado, atualizado, mas, que efetivamente, poucos dados sobre os aspectos impactos de sua implementação foram publicizados e/ou prognosticado com o apoio dos agentes públicos dos NREs (Coordenadores/Coordenação PDE/PR, CRTE/SEED/PR, Coordenações disciplinares, dentre outros).

c) Pouca abertura para participação/contribuição dos egressos do PDE/PR para oferecer elementos diagnóstico-prognósticos, fato que se torna um dos grandes limitadores para superação dos limites de percurso do programa (visão entrevistados).

d) Falta de um processo uma avaliação sistemática, capaz de diagnosticar se os pressupostos da Formação Continuada desenvolvidos pelas duas secretarias de estado, SEED/SETI/PR, vêm sendo atendidos e, se esses correspondem às reais necessidades de formação dos professores da rede pública estadual paranaense.

e) Não ocorreram encontros presenciais nos GTR (s), conforme previsto na fase inicial do Plano Interno de Formação Continuada (PIFC). Subtende-se que alguns encontros presenciais, aproximariam tutor e cursista e, que essa mediação seria benéfica reduzindo o numero de evasão. Em suma, esse esforço colaborativo mais efetivo contribuiria qualificando organização/planejamento do plano de atividade.

f) Atraso no repasse das bolsas tanto para os Coordenadores e Orientadores PDE/PR das IES, bem como, para os Professores PDE/PR das IEB tem constrangido os participantes do programa PDE/PR.

g) Suspensão das Turmas 2011 e 2015 causou instabilidade, pois, a expectativa gerada pela participação no programa é grande, levando os professores a realizarem conferências constantes em relação ao nível, classe, e, irem em busca de títulos, entre outros para concorrer a vaga.

h) Além do atraso nas bolsas, instabilidade, os momentos de paralisação das atividades trouxeram insegurança aos que estavam em processo de formação, bem como, aqueles que aguardavam pela participação. Ouviam-se rumores constantes de que o programa fosse suspenso, cancelado, dentre outros adjetivos.

i) Os *Coordenadores/Coordenação PDE/NRE/PR* locais/regional não receberam formação específica para exercerem a função, nas dimensões de gestão administrativa e didático-pedagógica. Principalmente para coordenar um desenho formativo tão complexo, que se propunha/propõe a formação integral do ser humano (pessoal/profissional).

j) O tempo direcionado no terceiro semestre do programa (2º ano) torna-se escasso para dar conta de toda demanda de atividades previstas no PIFC/PDE/PR.

2.2.3 Elementos Inovadores Sinalizados como Possibilidades de Qualificar o PDE/PR

Visualiza-se o PDE/PR como uma oportunidade de formação comprometida com a educação básica, mas percebem que todos precisam repensar suas ações para qualificar sua atuação frente a uma ação inovadora e que sinaliza avanços para a formação de todos.

E, em relação a Possibilidades (dimensão possibilidades-potencialidades), com base na análise do PDE/PR, sinalizaram-se os seguintes indicadores avaliativos de possibilidades:

1. Gestão democrática-participativa;

A política pública PDE/PR, continuou sendo repensada, atualizada, mas, que efetivamente, poucos dados sobre os aspectos impactos de sua implementação foram publicizados e/ou reavaliado com o apoio

Nessa perspectiva, insere-se a observação de que há necessidade de institucionalização da avaliação de programas/políticas públicas, permeando, nesse contexto, a necessidade de preparar os agentes públicos, através de formações que os prepare para a autonomia didática, autodeterminação, autogestão, auto-avaliação, mediação, colaboratividade, dentre outras. Nesse ínterim, de modo geral as políticas públicas, vêm ganhando destaque, na realidade contemporânea.

Em suma, assim que todos dominarem os fundamentos teóricos do PDE/PR ter-se-á clareza, entendimento dos propósitos e das concepções do PDE/PR, garantindo aos implementadores conhecimento sobre as DCEs, avaliação da aprendizagem, formação de professores, o programa PDE/PR.

3. Reconhecimento da função/cargo dos *Coordenadores/Coordenações PDE/IEB/PR*, sendo atribuído uma função institucional, a exemplo dos *Coordenadores/Coordenações PDE/IES/PR* locais, pois, em cada IES, existe um coordenador PDE/PR local.

4. Atribuir também ao Coordenador/Coordenação Geral/PDE/IES/PR a tarefa de pensar a formação dos *Coordenadores/Coordenações PDE/IEB/PR*, de forma estruturada com toda os envolvidos com o programa.

Valorar a participação dos professores egressos PDE/PR que tem perfil para a docência de professores, atribuindo-lhe pontuação na ficha de desempenho profissional.

2. Reconhecimento da função/cargo dos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, considerando que esses poderão implementar ações potenciais frente a gestão/execução programa, bem como atendendo a outras demandas do ciclo da vida de uma política.

3. Analisar o desempenho dos estudantes da educação básica, permitindo que os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* e, os egressos do PDE/PR produzam um banco de atividades avaliativas organizadas a partir das quatro grandes áreas do conhecimento tendo as tecnologias com aparato transversal desse eixo formativo. A saber: que nenhuma disciplina deixe de existir e/ou tenha prejuízo, ou ainda, de uma disciplina ser mais valorizada que a outra. Nesse viés, o que ocorre é que um coordenador articula na sua área e, depois busca

aproximação com as demais áreas, visando um trabalho interdisciplinar, transversal, contextualizado, dentre outros.

a) Devido ao alcance e à abrangência do Programa/Política PDE/PR, a sua tendência é de redimensionar o processo de capacitação em curso, desencadeando, portanto, uma reflexão teórica e prática, sobre a formação inicial e continuada realizada pelas IES. Compreensão e assimilação do Processo de avaliação diagnóstica/prognóstica. (BERGMANN, 2012, p. 40).

b) Grande abrangência do Programa PDE/PR. Envolvimento da rede estadual de educação básica paranaense.

c) Permitir reflexão teórica sobre a prática didático-pedagógica, possibilitando mudanças no cotidiano da escola.

d) Incentivar a continuidade de ações interativas das IES com as IEB – na utilização racional do Centro INTEGRAR – PDE/PR.

e) Constituir uma ação, em que os professores PDE com vistas à aposentadoria, possam continuar colaborando com suas experiências e conhecimentos para o aperfeiçoamento e aprimoramento das ações teórico-metodológicas junto aos professores iniciantes/inexperientes para com a docência (professores recém formados e/ou professores PSS). Ainda, uma possibilidade de que esses possam integrarem-se as equipes pedagógicas e disciplinares da SEED/PR, NREs, IEBs e, sobretudo, nos CRTEs (Coordenações Regionais de Tecnologia Educacional) como equipe multidisciplinar, entre outras.

Em suma, “a avaliação é um instrumento importante para melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação/resultados do Estado/governo.” (RAMOS & SCHABBACH, 2012, p.1272).

Por fim, o crescente interesse por temáticas que envolvem a análise e a gestão de desempenho estão relacionadas às mudanças recentes na sociedade brasileira. “Argumenta-se que a avaliação de desempenho, especialmente a auto-avaliação, deveria se tornar uma parte normal da administração pública.” (ALA-HARJA & HELGASON, 2000, p. 12).

E, o “intenso processo de inovação e experimentação em programas” de governos, denominadas de políticas públicas, assim como as várias oportunidades de participação dos vários segmentos representativos da sociedade brasileira, tornam-se “questões legítimas de investigação”. (ARRETCHE, 2003, p.1-9).

Nessa perspectiva, se considerou possível avaliar diagnosticamente o PDE/PR, emitir pareceres, devolutivas, prognósticos sobre *os insumos, os processos, os produtos e impactos*. “Toda política requer processos avaliativos para verificar sua eficácia, o Programa de Desenvolvimento da Educação, PDE/PR. instituído como, tal, vem desenvolvendo ações

avaliativas visando seu aprimoramento”. E, “em 2011, foi elaborado um plano de avaliação com o objetivo de analisá-lo quantitativa e qualitativamente.” (PARANÁ, 2014, p.56).

Nessa lógica, analisa-se como: *insumos*: investimentos despendidos até o momento com o PDE/PR (2007 a 2015). Os *processos*: como esforços utilizados para o bom andamento do programa/política PDE/PR, considerando as melhorias efetivas dessa formação para o bem-estar social de todos os envolvidos. Os *produtos*: os resultados desse formato de formação continuada em serviço de professores (capacitação em serviço, art. 61 da LDBEN 9.394/96). Os *impactos*: as transformações pelas quais tem passado e vem passando a educação no sentido de registrar as transformações ocorridas sejam elas como limites ou avanços. (CASSIOLATO & GUERESI, 2010, p.1-35; IPARDES, 2012, p.1-16).

Em síntese, para se avaliar uma política pública faz-se necessário o estabelecimento de alguns *indicadores de análise*, mesmo admitindo-se que esses têm alcance limitado. Tornam-se, portanto, normativas imprescindíveis que impulsionam processualmente os diagnósticos/prognósticos avaliativos com vista à melhoria do plano de ação existente. (JANNUZZI, 2001; ALA-HARJA & HELGASON, 2000, p. 12).

Para exemplificar, quando se almeja identificar o desenvolvimento social de uma Instituição de Educação Básica (IEB) onde os Projetos de Implementação Pedagógica Escolar (PIPEs) foram implementados com base no PIFC do PDE/PR, e/ou, como se encontra o desempenho social da educação paranaense após a implementação do PDE/PR, há necessidade de se constituir indicadores avaliativos. (PARANÁ, 2014).

Nesse sentido, “ênfata o uso de indicadores para as etapas: diagnóstico, formulação, implementação e avaliação”, análise diagnóstica/prognóstica, portanto, a saber: “indicadores para diagnósticos; indicadores para formulação; indicadores para implementação; indicadores para avaliação”. (PEREIRA & PINTO, 2012, p. 365-366).

Em relação à avaliação do PDE/PR pode-se optar por duas dimensões: um macro e/ou por etapas específicas dentro do ciclo, dimensão micro. Portanto, avaliar as etapas do ciclo com seus indicadores correspondentes (macro: etapa diagnóstica, formulação, implementação e de avaliação) e/ou uma etapa do ciclo todo com seus indicadores correspondentes (micro: etapa da avaliação).

Optou-se, nesse trabalho dissertativo: *Um Estudo do Programa/Política PDE/PR: anotações sobre os avanços, limites e possibilidades de sua implementação (2007 a 2015) na visão dos Coordenadores PDE/NRE/PR*, pela realização de uma análise contendo as etapas do diagnóstico, formulação, implementação, avaliação. Nesse sentido, refletir sobre as etapas:

a) diagnóstica: como se deu o início da proposição PDE/PR? Quais foram às necessidades para sua formulação como política de formação continuada de professores em serviço da rede estadual paranaense? Quais as condições materiais para sua implementação? Como se deu a gestão do Programa/Política PDE/PR? Quais recursos foram despendidos para sua materialização?

B) Formulação: quais critérios determinaram a proposição do PIFC do PDE/PR na formulação de seu PPP/PPC? Quantos formuladores envolveram-se na sua elaboração e posterior implementação? Quem financiou? Quais foram às proposições desse acordo/financiamento em relação a metas a cumprir?

C) Implementação: analisar-se-á o início do processo até sua implementação na IEB, materializando-se com a publicização do artigo final que se traduz em uma avaliação diagnóstica prognóstica do PDE/PR.

D) Avaliação: buscar-se-á através de uma avaliação diagnóstica/prognóstica apresentar um desenho/signo, uma devolutiva com indicadores, sobre o programa/política PDE/PR na visão/percepção dos Coordenadores PDE/PR.

Nesse sentido, à medida que se pretende avaliar os resultados de política e valorizar as ações ligadas à forma de gestão e/ou a consideração da percepção avaliativa diagnóstica/prognóstica dos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* (PEREIRA & PINTO, 2012, p. 367).

Em suma, os indicadores estabelecem um padrão normativo, por meio do que é possível construir em um diagnóstico para subsidiar a formulação e análise de políticas públicas. No entanto, há que se considerar que criar/aplicar/avaliar/analisar indicadores de educação não é tarefa das mais simples, pois, muitas vezes elas não se conseguem captar toda a complexidade dos fenômenos. No entanto, precisamos nos preocupar com a superação dos desafios, que a realidade emergente nos oferece e buscar de forma coletiva, instaura de fato uma gestão democrática, aonde cada um possa assumir a sua responsabilidade social (PEREIRA & PINTO, 2012, p. 365).

Nesse sentido, precisa-se aprender a trabalhar e a incorporar no processo de análise/avaliação de políticas educacionais as variáveis referentes ao processo. Cabe aos gestores públicos, portanto, procurar conhecer com detalhes a forma como os indicadores foram construídos, seu alcance e, principalmente suas limitações. Desse modo, comparar os resultados de vários indicadores, a fim de verificar qual ou quais deles refletem a sua realidade (PEREIRA & PINTO, 2012, p. 376).

Afirma-se, nessa lógica, que a produção analítica diagnóstica/prognóstica que permeou esse trabalho sobre o PDE/PR, tem com sustentação basilar a compreensão do Plano Integrado de Formação Continuada, o PIFC do PDE/PR, partindo dos princípios da produção do conhecimento de modo integral e transversal.

Reconhece-se, que concluir um trabalho dissertativo é uma tarefa árdua por conta da grande velocidade do avanço tecnológico, que nos impele a resultados assertivos. Por conta disso, torna-se urgente repensar a política de formação proposta pelo PDE/PR, não como algo específico, apenas do Estado do Paraná, mas, sim como uma produção merecedora de análise, considerando-se, nessa lógica, a importância do Programa do PDE/PR, como elemento preponderante à qualificação da formação continuada de professores, diante de tantos desafios emergentes que se colocam em nosso contexto socioeducativo.

III. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta. Financiamento federal e gestão local e políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia. **DEBATE – Ciências & Saúde Coletiva**. 2003.

BERGMANN, Simone Rebello. **O Processo de Formulação e Implementação do Programa de Desenvolvimento da Educacional (PDE): Reflexão sobre uma Política Pública de Formação Continuada de Professores no Estado do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Orientador Walter Lúcio de Alencar Praxedes, Maringá, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.0005/2014** – Plano Nacional de Educação. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.

CASTANHA, André Paulo. O USO DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL COMO FONTE ORIENTAÇÕES A PARTIR DO MARXISMO. **Revista HISTEDBR**. Campinas, 2011.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994

DUARTE, Newton. **A Pesquisa e a Formação de Intelectuais Críticos na Pós-graduação em Educação**. Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n.1, jan./jun. 2006.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo**. 3 ed. ver. – Campinas: Autores Associados, 2013.

DUARTE, Luzia Franco. VIRIATO, Edaguimar Orquizas. **Programa de Desenvolvimento Educacional no Paraná: questões históricas, políticas e pedagógicas**. Seminário de Pesquisa – PPE. Universidade Estadual de Maringá, 07 a 09 de Maio de 2012.

FARIAS, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da Avaliação de Políticas Públicas. **RBCS**. Vol.20. nº 59. Outubro/2005.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estudo da arte**. – Brasília: UNESCO, 2011.

HOCHULI, Elisângela Belniaki. PDE – **Programa de desenvolvimento da Educacional no Paraná**. Especialização em Políticas Públicas. UFPR. Curitiba, 2011.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25 ed. – São Paulo: Editora brasiliense, 1993.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1341-1362, Set./Dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em 04/10/2014.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura, e organização**. 10 ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. rev. e ampl. – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda; (Orgs.). **Temas de Pedagogia: Diálogos entre didática e currículo**. – São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola**. Capítulo 19. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Temas de Pedagogia: Diálogos entre didática e currículo**. – São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. – São Paulo: Cortez, 1996.

MATTEDI, Marcos Antônio. **Sociologia e conhecimento: introdução à abordagem sociológica do problema do conhecimento**. - Chapecó: Argos, 2006.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**. v. 30; n. 2; p. 289-300. – São Paulo, 2004.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciências e educação**. v. 9; n. 2; p. 191-211; 2003.

NOMA, Amélia Kimiko; KOEPEL, Eliana Claudia Navarro; CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. Trabalho e educação em documentos de políticas educacionais. **Revista HISTEDBR**. Campinas, 2010.

PARANÁ. **Documentos Síntese PDE**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. SEED: Curitiba, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 8ª edição. São Paulo, Cortez, 1999.

PEREIRA, Danielle Ramos de Miranda; PINTO, Marcelo de Rezende. A importância do entendimento dos indicadores na tomada de decisão de gestores públicos. **Revista do Serviço Público**. Brasília. Jul./Set. 2012.

RAMOS, Marília Patta. SCHABBACH. Leticia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública** – Rio de Janeiro. Set./Out. 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, Nadir. CARVALHO, Marília Pinto de. VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). **Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SAVIANI, DERMEVAL. Vicissitudes e Perspectivas do Direito à Educação no Brasil: Abordagem Histórica e Situação Atual. **Educ. Soc.**, Campinas, v.34, nº 124, p. 743-760, jul./set. 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

_____. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** SAVIANI, Dermeval. DUARTE, Newton (Org.). - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção polêmicas do nosso tempo).

_____. **Transformações Do Capitalismo, Do Mundo Do Trabalho e da Educação.** In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luiz. Capitalismo, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores associados, HISTEDBR, 2002.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação de professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v.31, n.112, p.981-1000, jul/set. 2010.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação.** Maio/Jun/Jul/Ago, 2002, nº 20. p.60-70.

SOUZA, Andreliza Cristina; CAMARGO, Daiana; BRANDALISE, Maria Ângela Teixeira. Avaliação de políticas públicas: uma proposta de avaliação sob o enfoque do ciclo de políticas. **3º Congresso Internacional de educação - UEPG.** Tema: Educação: saberes para o século XXI, de 09 a 11 de junho de 2011. UEPG – Ponta Grossa, PR.

TARDIF, MAURICE & LESSARD, CLAUDE. **O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UFRS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível Online: no seguinte endereço: <http://www.if.ufrgs.br/mpef/mef004/20021/Marcelo/epicentro.html>.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **A Filosofia da Práxis.** SP: Expressão Popular, 2005.

_____. **Filosofia da Práxis.** 1 ed. – Buenos Aires: Conselho Latino americano de Ciências Sociais; São Paulo: Expresso Popular, 2007.

ZANTEN, Agnès Van. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. **Perspectiva,** Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun. 2004. <http://ccd.ufsc.br/nuclcos/nup/perspectiva.html>

ZEICHNER, Kenneth M. tendências da pesquisa sobre formação de professores nos Estados Unidos. **Revista brasileira de educação.** n.9; 1998.

IV. ANEXO

A PESQUISA

A pesquisa empírica foi realizada com os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, envolvendo três NREs, situados nos municípios, de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e, Pato Branco a jurisdição estadual educacional, representada pelo NRE de Pato Branco/PR, NRE de Francisco Beltrão/PR e NRE de Dois Vizinhos/PR, representantes da SEED/PR no apoio gestão/execução das políticas educacionais. Pesquisa empírica, porque tem como finalidade valorizar as práticas dos agentes/agências públicas, que atendem ao PDE/PR, a abordagem que orienta o processo de produção desse trabalho é o materialismo histórico-dialético.

O contato inicial deu-se por e-mail, telefonemas, Whatsapp, pessoalmente através de visitas ao NRE de cada entrevistado. Os dados foram coletados e organizados no processo em que iam sendo coletados, no entanto, a pesquisadora passou por vários problemas de ordem pessoal que interferiram consideravelmente no cumprimento dos prazos estabelecidos, mas reconhece o esforço de todos em prol da concretização desse trabalho, e em especial a Deus pela sua infinita bondade e misericórdia, no cuidado daqueles que o amam.

Reitera-se, que a coleta de dados ocorreu em dois momentos, sendo o primeiro momento: aplicação de um questionário semi-estruturado, contando com a contribuição escrita, também, caracterizado como um estudo piloto; segundo momento: entrevista com questões elaboradas (a partir da análise dos dados coletados no primeiro momento), considerada contribuição verbalizada. Em suma, o estudo piloto possibilitou verificar a validade dos instrumentos/questionamentos da investigação elaborados.

Após a aplicação do questionário, constatou-se que, haveria necessidade de aperfeiçoar os questionamentos em busca do aprofundamento de algumas categorias. Desse modo, decidiu-se, pelo agendamento de entrevistas com os sujeitos da pesquisa/investigação. Reitera-se, o questionário semi-estruturado, foi enviado por e-mail aos entrevistados e, devolvido a pesquisadora por e-mail.

Nesse sentido, o estudo se deu com os três *Coordenadores PDE/NRE/PR*, dos três NREs, que representam o aporte educacional do Território do Sudoeste Paranaense.

Quadro 9: Características do Atendimento Educacional do Território do Sudoeste do PR

NRE	IEB	Quantidade municípios	Nomes dos municípios
Francisco Beltrão	113	20	Francisco Beltrão
Dois Vizinhos	43	07	Dois Vizinhos,
Pato Branco	89	15	Pato Branco,
Total: 03	215	37	Total: 03

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir de dados pesquisados no endereço: www.seed.pr.gov.br

A partir dessa exposição, o quadro acima representa: quantidade total de instituições de educação básica que cada NRE atende. Quantidade total de municípios jurisdicionados a cada NRE. E o nome do município sede do respectivo NRE. A partir desse delineamento logístico dos Núcleos Regionais de Educação, buscou-se apresentar algumas do perfil dos *Coordenadores/Coordenações do PDE/NRE/PR*.

Quadro 10: Características do Perfil dos Coordenadores/Coordenações/PDE/NRE/PR

NRE	Gênero	Participou PDE/PR	Formação Acadêmica	Tempo de atuação
Francisco Beltrão	Feminino	Não	DV – Física	08 anos
Dois Vizinhos	Feminino	Não	PB – Pedagoga	06 anos
Pato Branco	Feminino	Não	FB – Geografia	03 anos
Total: 03 NREs	Feminino	Não	Total	Média: 5.6

Fonte: Pesquisadora, com base nos dados o questionário aplicado com os sujeitos da pesquisa.

Em relação ao perfil dos sujeitos da pesquisa, suas formações acadêmicas são diversificadas, os três coordenadores entrevistados são do sexo feminino. O tempo de exercício profissional na SEED/PR é relativamente pequeno, mas como o programa, também, é atual, ambos tem a possibilidade de aperfeiçoarem-se. Constatou-se que as professoras vêm se mantendo na coordenação do PDE/PR, consolidando-se na função, consolidando para ambos, também um momento de aperfeiçoamento, aprimoramento, em suma condição relevante para consolidarem-se as aprendizagens. Ainda, registrou-se que a experiência dos *Coordenadores PDE/NRE/PR* perfaz um tempo/espço total de cinco anos e seis meses, para um marco de quase uma década, de aproximadamente oito anos da vigência do PDE/PR.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS SEMI-ESTRUTURADOS

Questão I

1.2.1 Quais atividades que desempenha na função de Coordenador do PDE/PR?

Os entrevistados responderam:

1. O Coordenador Regional do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE no NRE têm a função de **orientar** os professores quanto à logística do Programa, **docência** nos eventos regionais, tais como: os **Seminários Integradores** e a Aula Inaugural, acompanhamento na Implementação do Projeto na Escola e assessoria pedagógica. E outras funções como **ouvintes, confidentes, psicólogo**. (C1).
2. Representante do PDE/PR: Repassar **orientações** aos professores PDE, mediar contato entre a Universidade/Professor PDE e SEED/Professor PDE, receber a documentação de cada etapa do programa, **organizar e ministrar** os **Seminários Integradores**, colher assinatura dos professores que ingressam em uma nova turma do PDE, entre outras. (C2).
3. **Orienta, acompanha e auxilia** o Professor PDE em sua trajetória durante o Programa de Desenvolvimento Educacional; **Ministra e organiza** os eventos da SEED como Aula inaugural, **Seminários**, formação tecnológica; No SACIR o Representante PDE no NRE possui as seguintes atribuições: Acompanhar e solicitar do Professor PDE a atualização constante do SACIR; Verificar se a vinculação dos orientandos aos orientadores está correta e atualizada; Cadastrar os eventos ofertados pelo NRE aos Professores PDE; Lançar a frequência das atividades cadastradas e de responsabilidade do NRE; Consultar e conferir a postagem das produções: Projeto de Intervenção Pedagógica, Produção Didático-pedagógica e Artigo Final dos Professores PDE do seu respectivo NRE; Conferir no relatório detalhado do Professor PDE, o registro da carga horária das atividades; Contatar a Coordenação de Articulação Acadêmica CAA, informando os acontecimentos que por algum motivo, venham prejudicar o andamento das atividades. (C3). (grifos meus).

Análise das Respostas dadas à Questão I:

Observou-se que, a preocupação central dos entrevistados ao relatarem sobre as funções que desempenham, na Coordenação local/regional do PDE/PR, foi de salientar importância da estrutura organizacional do programa, a preocupação com o cumprimento das atividades e a atenção dispensada aos Professores PDE/PR, como sujeitos do processo, bem como, das ações que realizaram e, que julgam fundamentais para o bom desenvolvimento do programa. Nesse viés, observou-se pelos escritos e fala dos entrevistados que, procuraram a todo tempo manifestarem-se de forma comprometida, e coerente diante dos fatos pelos quais foram questionados.

A lógica interna da pesquisa perpassou pelo estabelecimento de um consenso, entre os achados nas produções de cada *Coordenador/Coordenação PDE/NRE/PR*. Os sujeitos da pesquisa percorreram pelas suas atribuições delegadas pelas funções que exercem, conforme

as normativas da Coordenação Estadual PDE/PR, que envolvem segundo, o enxerto das produções dos entrevistados, as funções de orientação, docência, acompanhamento. Dentre essas funções, destacam-se as atividades de: organizar Seminários Integradores, orientar no GTR, implementação do PIPE/PDE/PR, GTR, dentre outras.

Registrou-se, também, que os três *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, atendem a uma demanda local/regional, dentre os municípios jurisdicionados a cada NRE. Nessa trajetória, de representantes do PDE/PR no NRE/PR consolidam-se, como *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* e, essa identidade individual e coletiva vai se materializando, diante da estrutura do programa. Em suma, passam a ter clareza dos princípios, administrativo-pedagógico, que lhes são atribuídas à sua função, sobretudo, em cada uma das etapas no cumprimento do Plano Integrado de Formação Continuada, PIFC/PDE/PR.

Em relação à função de Orientação, segundo os entrevistados, orientar os professores PDE/PR para a realização das atividades que devem ser desenvolvidas, perpassa por dar conta também, das expectativas de desempenho que são geradas em cada atividade, desse modo, a interação psicológica torna-se preponderante, pois, segundo uma entrevistada os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, tornam-se mediadores de todo o processo: enfrentam as contradições do cotidiano, superam os limites, comemoram os avanços, e estabelecem novas possibilidades de avanços a partir de no processo irem colaborativamente levantando/anotando, os *elementos inovadores*, intrínsecas na formação.

A todo tempo a pesquisadora, conduziu os questionamentos, entrevista, numa proposição dialógica, valorando o conhecimento da práxis, em suma, a ação interpretativa e analítica que precisa ser comunicada, socializada.

Nesse sentido, mensurou-se apresentar às expectativas de desempenho, que estão intrínsecas no processo de acompanhamento, de monitoramento, de avaliação, dentre outros, dos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*. Visto que, o processo de diagnóstico e prognóstico sobre as dimensões do PDE/PR, está explicitado e fundamentado no Projeto Multissetorial do Paraná, - MOP-4, que tratou, também da avaliação do PDE/PR, numa dinâmica, didático-pedagógica de diagnóstico/prognóstico (PARANÁ, 2014).

Dialogamos com os *Coordenadores/Coordenações/PDE/NRE/PR*, agentes públicos, em serviço do estado do Paraná, sobre as intencionalidades da pesquisa. Nesse ínterim, fui recebida, prontamente em cada um dos três NREs. Em suma, todo ato humano é carregado de intencionalidade, de realizações, de produções. Nessa lógica, como o indivíduo pode superar sua concepção espontânea e irreflexiva da atividade prática e elevar-se a uma verdadeira

concepção filosófica da práxis. (VÁZQUEZ, 2007, p.36). Desse modo, almejou-se contribuir com algumas reflexões para a melhoria da educação básica paranaense e, sobretudo, poder contar com ações do PDE/PR.

Em relação à função de Docência: os *Coordenadores/ Coordenações/PDE/NRE/PR*, ministram cursos, seminários, encontros de orientação sobre assuntos referentes a todo o percurso da formação PDE/PR – apresentando o desenho do Plano Integrado de Formação Continuada, PIFC/PDE/PR: orientam/acompanham sobre a produção do material didático-pedagógico com/para a inserção e uso das TICs (GTR, SACIR, Plataforma Moodle), com apoio do DEB/NRE e do CRTE/NRE, orientam da interação da IEB com as IES.

Em relação à função de Acompanhamento: acompanhar o professor PDE/PR durante o marco dos dois anos do programa mediando o desempenho do professor PDE/PR, monitorando para saber se o Professor PDE/PR está ou não conseguindo cumprir os objetivos propostos do Plano Integrado de Formação Continuada, PIFC/PDE/PR.

Nessa lógica, delineou-se à *Coordenação/Coordenações PDE/NRE/PR* como uma instituição permeada por ações coletivas, colaborativas, portanto, constitui-se nessa sinergia um ambiente, um espaço social, que preconiza as questões sociohistóricas. O espaço da *Coordenação PDE/NRE/PR*, também, o espaço que recebe/envolve o *Coordenador PDE/NRE/PR*, Portanto, ambos *Coordenador e Coordenação PDE/NRE/PR*, tornam-se contributos, para análise anotação dos avanços/limites/possibilidades, em suma, um espaço de síntese das múltiplas, complexas, constantes, máximas possibilidades de qualificar socialmente, a formação PDE/PR e a Educação Básica paranaense.

Questão II

1.2.2: Como define as atribuições da função de orientação junto aos professores PDE/PR?

Os entrevistados responderam:

1. As atribuições da função do Coordenador Regional do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE perpassa pelo sentido de apoiar, ouvir, de envolver os professores nas atividades propostas pelo programa. Dar-lhes condições de orientação geral (administrativa e pedagógica) para que assumam certa autonomia didática e sejam capazes de superar as dificuldades iniciais referentes à interação junto as IES, pois à volta a vida acadêmica lhes causa preocupação, nesse sentido, digo que o representante do PDE no NRE tem que ter muita sensibilidade e buscar conhecer os professores, suas necessidades, potencialidades. C1
2. As atribuições dadas pela função de orientação com os professores PDE são importantes porque eles sentem-se apoiados para a realização das atividades propostas, e sempre que tem dúvidas de como realizar qualquer atividade nos procuram, ligam, encaminham e-mails. A maior dúvida surge quando precisam implementar o Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola no sentido de como

envolver a comunidade escolar. O PDE enquanto política pública de formação continuada caracteriza-se por princípios inovadores de formação no espaço escolar. Em síntese, à nossa função é garantir a realização do Plano Integrado de Formação Continuada. C2

3. O PDE é uma política pública que permite que os participantes do programa busquem uma formação de qualidade e a nossa função é de colaborar para que essa formação tenha qualidade. Atendendo as solicitações do professor PDE quanto as suas necessidades, principalmente na questão tecnologias, pois quando eles começam o curso tem muitas dúvidas. Sempre surgem dúvidas em relação ao cumprimento do Plano Integrado de Formação Continuada, pois ele é complexo, envolve muitas atividades e de forma diversificada, no entanto, se tivermos cuidado com as suas demandas e atendê-las logo que surgem estaremos cumprindo o nosso papel de orientação, acompanhamento, de docente, entre vários outros que vão surgindo. C3

Análise das Respostas dadas à Questão II

A visão/percepção dos entrevistados, sobre o trabalho que desenvolvem junto aos Professores PDE/PR, atribui sinônimos: recompensador, gratificante, pois, o seu processo formativo proporciona além das inúmeras possibilidades de aprendizagens, o contato interativo, colaborativo com o outro. “Sabe-se que a psicologia histórico-cultural concebe o sujeito como um ser biopsicossocial, o qual deve partir das interações estabelecidas. (SCALCON, 2002, p.127)”. Segundo os entrevistados, as atribuições do *Coordenador e Coordenação PDE/NRE/PR* percorrem várias dimensões, desde uma simples orientação: uma informação de como acessar o e-mail à acompanhar/orientar o professor PDE/PR, sobre a implementação do seu projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, PIPE/PDE/PR, bem como, instigá-los a interagir qualitativamente e quantitativamente com os participantes do Curso do GTR, sendo que o Professor PDE/PR, torna-se tutor de aprendizagem na modalidade em EAD, (quando expõe ao coletivo virtual o seu PIPE/PDE/PR e da sua Produção do Material Didático-Pedagógico e/ou o seu PMD-P/PIPE/PDE/PR).

Nesse sentido, relataram sobre a existência de um rol de atividades comuns a todos os *Coordenadores PDE/NRE/PR*, a saber: verificar os acessos do Professor PDE/PR no SACIR, e, solicitar a sua atualização constante; verificar se a frequência das orientações, orientandos e orientadores se está correta e atualizada; cadastrar os eventos ofertados pelo NRE/PR aos Professores PDE/PR, bem como, registro de conteúdos e frequência; consultar e conferir a postagem das produções: PIPE, Produção Material Didático-Pedagógico (PMD-P) e, o Artigo Final; conferir no relatório detalhado do Professor PDE/PR, o registro da carga horária das atividades; ministrar e organizar os eventos da SEED como: aula inaugural, seminários, formação tecnológica; orientar, acompanhar e auxiliar o Professor PDE/PR em

sua trajetória durante toda a sua participação do Programa de Desenvolvimento Educacional, dentre outras funções. Nesse ínterim, ainda, responder aos Anexos de acompanhamento das atividades do professor PDE/PR e encaminhar no final a SEED/PR. (SEED, 2014).

O *Coordenador e a Coordenação PDE/NRE/PR*, tornam-se agentes sociais da mediação, determinado pela zona de proximidade, levantando elementos essenciais, verdadeiros contributos para ação qualificadora que se almeja constituir em prol da formação continuada de professores em serviço e da educação básica.

Questão III

1.3.3: Quais dificuldades que enfrenta enquanto coordenador junto ao Professor PDE/PR?

Os entrevistados responderam:

1. As dificuldades que se enfrenta enquanto coordenação junto ao Professor PDE/PR, perpassa pelo pouco tempo que se tem destinado para acompanhar à implementação dos Projetos de Intervenção Pedagógica na Escola? Como disse eles tem dúvida sobre o que implementar e/ou socializar junto à sua instituição se Projeto ou à Produção Didática. Nesse quesito, há um esforço de clarear para o professor os objetivos de cada instrumento, mas mesmo assim percebe-se que pairam dúvidas, a qual se atribui ao tempo, pois o terceiro período se torna escasso para realização de tantas atividades. No entanto, se tem o apoio da *‘Coordenação Geral do PDE/IES/PR’*, sempre que solicitados não medem esforços para atender às nossas solicitações. Em relação, as dificuldades que se enfrenta do atendimento a toda logística interativa do PDE/PR: SEED/SUED, SETI/CES, IES/IEB. Nesse sentido, a comunicação de nossa coordenação se estabelece somente com a SEED/PR, e, essa é que comunica à nossa superintendência – SUED e, essa por sua vez comunica-se com a SETI que é outra secretaria, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, mas constitui-se numa parceira importante à implementação do PDE/PR, pois ela é responsável pelo estabelecimento das relações com as IES e demandas que envolvem às TICs. C1

2. Existe uma pauta considerável dificuldades que naturalmente se enfrenta para a realização de qualquer programa de formação continuada, a maior dificuldade está em relação às distâncias geográficas entre o NRE e os municípios que precisamos atender (onde residem e trabalham os professores PDE/PR), ainda outro agravante é à distância do NRE e a IES que nos atende “estando distante a 180 km da sede da IES”. Portanto, esse dado limita vai demandando em outros, pois ocorrem dificuldades de comunicação, e, quando isso ocorre os relacionamentos vão se tornando distantes, perdendo-se a qualidade interativa. Outro fator que vem sendo sinalizado pelos Professores PDE/PR é que “a universidade poderia pesquisar mais para trabalhar com os professores, pois segundo alguns relatos os conteúdos trabalhados ainda são os mesmos da formação acadêmica inicial”. “[...] o calendário acadêmico está bem estruturado, o que falta é planejamento de atividades para o público específico”. “[...] falta de apoio do professor orientador das IES; atraso no pagamento da bolsa-auxílio; desmotivações pessoais por parte de alguns professores PDE/PR; descaso com a escolha das temáticas do projeto de pesquisa de alguns professores PDE/PR. No quesito, dificuldades na logística interativa das instâncias do PDE/PR, percebem-se o mesmo problema à falha nas comunicações e, inexistência de tomada de decisões coletivas e/ou de processos avaliativos do programa que considerem os diagnósticos por nós produzidos.

Outra dificuldade geral que precisa ser analisada/considerada de forma coletiva é que os Projetos de Intervenção Pedagógica na Escola contam com pouquíssimo apoio das comunidades escolares, pensa-se “que a formação é para o professor e não considera a contribuição desta para a instituição de ensino”. C2

3. Em relação às dificuldades que se enfrenta tanto em relação ao professor PDE quanto as logísticas interativas do PDE/PR, percebe-se que elas giram em torno do pouco tempo que temos destinado à orientação dos professores PDE/PR e a visitação as IEB para estreitar laços com os responsáveis pela implementação na instituição de educação básica que é o diretor e o professor pedagogo, sendo que na maioria dos casos, constatou-se, que quem assume o acompanhamento da implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola (PIPE) é o professor pedagogo. Em síntese, essas faltas de acompanhamento impossibilitam um relacionamento interativo entre a Coordenação/Coordenador PDE/NRE/PR e as Coordenações/Coordenadores PDE/IEB/PR, bem como, com as Coordenações/Coordenadores PDE/IES/PR. Dessa forma não se tem o apoio/comprometido do professor PDE/PR com as instâncias para socialização dos resultados de sua investigação (Formação em Ação, Grupos de Estudos, Hora Atividade Concentrada, dentre outros eventos organizados pelo NRE). C3

Análise das Respostas dadas à Questão III

As dificuldades anotadas pelos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* como enfrentamento, situações-limites, perpassa pela necessidade que se tem de acompanhar à implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola (PIPE), pois, os agentes públicos, os entrevistados, apontam que a ação de intervenção na prática escolar não se efetiva/materializa com a qualidade social formulada e/ou almeja, nos pelas normativas do PDE/PR, um limite que anotam, perpassa pelo pouco tempo/espço destinado a orientação, falta das condições estruturais e processuais requeridas à constituição regular, a uma prática qualitativa das ações de acompanhamento do Professor PDE/PR.

Ao ouvir os entrevistados, percebeu-se que a função de acompanhar as ações implícitas no desenho do eixo integrador, PIFC/PDE/PR, que pressupõe a integralidade/transversalidade da formação e da produção de novos conhecimentos, vem ocorrendo de forma limitada. Em síntese, muitos motivos concorrem para esse limite: as paralisações, manifestos, protestos, greves, de 2013-2014; de 2014-2015; 2015-2016 causaram instabilidade de ordem pedagógica e financeira ao programa, visto que, professores orientadores PDE/PR e estudantes/professores PDE/PR tiveram um longo período de atraso em suas bolsas (professores PDE/PR: retorno das despesas com as despesas de viagem,

estadia, dentre outros; orientadores PDE/PR gratificação pelo trabalho de orientação e aulas nas disciplinas, dentre outras). No contexto, do estado do Paraná, observou-se o delineamento, das atividades propostas no PIFC/PDE/PR, e/ou da lista síntese das atividades PDE/PR, perpassaram exclusivamente pela ação mediadora a responsabilidade dos agentes públicos, Coordenadores/Coordenação PDE/NRE/PR em colaboração com as IES e as IEB.

Partindo do pressuposto, que os agentes e as instituições públicas comprometem-se com ações para a implementação/gestão/execução da política de bem-estar social, o PDE/PR. Instaurou-se, a síntese das máximas possibilidades de estendê-lo a toda educação básica, a partir da formulação da análise do impacto socioeducacional. Portanto, os envolvidos na práxis do PDE/PR, ao compreenderem o processo formativo, bem como, a identificar as mudanças estruturais e institucionais que vem ocorrendo individualmente e coletivamente em várias instâncias/dimensões de alcance do PDE/PR, sobretudo, perceberem a necessidade de estabelecer uma cultura dialógica, como uma possibilidade nova a ser instaurada.

Reitera-se a necessidade de se rever a distância que envolve a jurisdição para atendimento das demandas nos Núcleos Regionais de Educação, NREs. Falta de apoio das comunidades escolares em relação à implementação do PIPE/PDE/PR, a falta de colaboração perpassa pela falta de planejamento estratégico, desconhecimento.

A partir desse contexto, a premissa do apoio partiu pelo motivo de se constituírem as condições materiais para que a implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola (PIPE), se efetive. Portanto, os pressupostos orientadores do PDE/PDE/PR, definem-se pela institucionalização de um grupo de apoio a implementação do PIPE/PDE/PR, na IEB de lotação do professor PDE/PR, ou seja, apoio incondicional de seu grupo de implementadores no local onde a implementação do PIPE ocorrerá. O grupo de apoiadores, não se fortaleceu pelo motivo dos vários desencontros ocorridos, greves, paralisações, interrupção de atendimento por parte das IES pela falta dos repasses financeiros por parte do estado, resultando em, falta de continuidade das atividades, dentre outros. Fato relevante, a ser anotado é que os NREs continuaram, em todos os momentos de interrupção e da falta de diálogo entre as IES e Estado, atendendo os professores PDE/PR.

Instaura-se as máximas possibilidade dos professores PDE/PR, socializar os resultados de sua investigação, nos encontros de formação continuada: Formação em Ação, Hora Atividade Concentrada, Semana Pedagógica, dentre outros.

Questão IV

1.2.4: Na sua percepção: o que é desempenhar a função de um Coordenador-Orientador PDE/PR? Especificamente quais as possibilidades de atuação desse profissional no NRE?

Os entrevistados responderam:

1. O questionamento solicita sobre a percepção da função que desempenhamos, para o ser pessoa e, o ser profissional? É isso? Bem como, das possibilidades de atuação desse profissional no NRE? Com o trabalho que desenvolvemos com o PDE/PR nos aprimoramos com pessoa através das ricas oportunidades de encontro com os professores PDE/PR, nos tornamos seus orientadores, docentes, ouvintes, confidentes, psicólogos, enfim as oportunidades de interações são grandes basta que tanto o Coordenador PDE/NRE/PR como o Professor PDE/PR desenvolvam esforços interativos, no fim todos saem ganhando como pessoal e profissional. As possibilidades de atuação são normatizadas através de documento, no entanto, se o profissional quiser pode inovar aperfeiçoando a implementação de algumas atividades. Existe certa autonomia, relativa, dependendo muito se os técnicos do NRE, que atuam na coordenação do programa não estiverem envolvidos em várias outras coordenações, esse acúmulo de funções é real, que nos impedem muitas vezes de realizar visitas de acompanhamento, realizar devolutivas gerais sobre o desempenho do programa. Voltando, a última questão, em relação à logística interativa do PDE/PR, não há uma ligação interativa de forma direta do NRE com as IES, digo com os professores orientadores, o que há são orientações gerais e pontuais com a Coordenação/Coordenador/PDE/IES/PR. A coordenação geral comunica-se mais por telefonemas, e-mails e, sempre compartilhamos o repasse de documentos e fichas das quais precisamos auxiliar o Professor PDE/PR a preencher e após estando tudo correto, passamos a vistoriar/assinar com referência principal as atividades de intervenção didático-pedagógica na IEB do Professor PDE/PR. Mesmo assim, a interação maior se dá com as coordenações das IEB que apóiam efetivamente todas as formas à implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola (PIPE). Nesse viés, considera-se deficitária a interação do NRE/PR com as suas próprias IEBs, devido ao pouco tempo e, aos poucos colaboradores existentes, no setor da *Coordenação PDE/NRE/PR*. C1
2. A atuação da *Coordenação/Coordenador PDE/NRE/PR* deve mediar o contato entre o Professor PDE/PR e a IES e a SEED e Professor PDE/PR e a sua IEB. Todas as ações realizadas no desenvolvimento do programa PDE/PR, contribuem com a interação dos sujeitos envolvidos, resultando em aprendizagem significativa para todos. As possibilidades de atuação são inúmeras sempre visando o bem estar do Professor PDE/PR, pois com o passar do tempo adquire-se experiências em relação ao trabalho que precisamos realizar e muitas vezes assumimos o papel mais geral de coordenar a implementação de atividades administrativas e pedagógicas e outras vezes dependendo do cursista temos que orientar passo a passo a implementação de suas atividades, portanto, assumimos nestes casos o papel d orientador de aprendizagem. Em síntese, o problema maior é a descontinuidade das ações realizadas no PDE/PR, pois quando finaliza o curso deixam de implementar as ações inovadoras junto à comunidade propostas pelo PIFC. A possibilidade perpassa pelo incentivo para que os egressos do curso PDE/PR venham a querer contribuir significativamente com a melhoria da qualidade social das IEB disponibilizando-se para contribuir com as formações dos professores mais jovens inexperientes, continuar buscando mais formação e ampliando os espaços institucionais de participação. C2
3. A proposição formativa do PDE/PR potencializa os participantes ao crescimento pessoal e profissional de todos os que comprometessem com o

programa. As possibilidades de atuação do NRE são várias depende muito da forma como a Coordenação do PDE/NRE/PR estabelece o diálogo de aproximação com os professores PDE/PR, pois para eles tudo é novidade, pois, saem da rotina de suas cidades, deixam seus familiares e o ambiente de trabalho para estudar em um ambiente novo, que na maioria das vezes não está preparado para recebê-los e valorizar o potencial de conhecimento que possuem. Acredita-se na proposição do PDE/PR, promovendo a interação da educação básica e do ensino superior, no entanto, percebe-se que os professores da IES estão sobrecarregados de atividades e, que não dão conta de uma orientação qualitativa que faça com que os professores PDE/PR tenham desejo de produzir conhecimento sobre suas realidades, sendo que, se esse exercício fosse bem assumido traria vantagens significativas para o docente da IES que atua também na IES com formação inicial e continuada de professores, por várias vezes percebi apenas um cumprir de calendário. Portanto, urge a constituição de um tempo/espço coletivo para se reavaliar as práticas desenvolvidas no programa que venham a considerar às vozes dos técnicos dos NREs que atuam na coordenação regional do programa.

Análise das Respostas dadas à Questão IV

Em suma, não basta o Estado e/ou a SEED/PR oferecer um programa de formação continuada de professores, inovador, dinâmico, entre outros atributos, se não garantir a possibilidade dos envolvidos nos processos de implementação, participar dos momentos formativos, que os façam refletirem sobre suas ações.

Nesse viés, considerando, desde os fundamentos teórico-metodológico, expressos no desenho formativo ao conhecimento sobre os impactos da implementação, dentre outros. Em síntese, faz-se necessário capacitar a todos os agentes e instituições públicas, colaboradoras responsáveis pela implementação, gestão e execução do PDE/PR. Enfim de todo, programa ou qualquer política pública precisam ser conhecido/as dos seus implementadores, para isso a diretoria/secretaria precisa investir em formação continuada integral para que os possam contribuir com a qualificação do programa: emitindo pareceres analíticos, pareceres diagnósticos, pareceres prognósticos, dentre outros.

Em suma, do mesmo modo que o professor PDE/PR precisa conhecer o PIFC/PDE/PR e, do mesmo modo precisa se tornar público/conhecido da comunidade objeto alvo da implementação o PIPE/PDE/PR.

Ao analisar-se o posicionamento dos entrevistados, sobre as possibilidades interventivas de se qualificar a implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, PIPE/PDE/PR, teve-se como sugestão a necessidade de planejamento de ações conjuntas entre IES e IEB, a partir de: planejar momentos de para elaboração/implementação/análise das atividades a serem desenvolvidas e replanejamento com vistas à qualificação desse tempo/espço institucionalizado junto às comunidades de educação básica e comunidades de ensino superior.

Questão V

1.2.5 - Comente sobre a sua compreensão do PDE/PR, enquanto, Política Pública de formação continuada de professores?

Os entrevistados responderam:

1. O PDE é um *Programa de Formação Continuada, único do Estado do Paraná*, visa à *valorização do profissional da educação*. O objetivo do PDE é proporcionar aos professores da rede pública estadual *subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas*, e que resultem em *redimensionamento de sua prática*. O PDE enquanto política de formação continuada caracteriza-se por *princípios inovadores da formação no espaço escolar*. Os cursos ofertados durante os 4 semestres (2 anos) perpassam por 3 eixos: atividades de integração teórico-práticas, de aprofundamento teórico e didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico, sendo que as atividades entre os três eixos articulam-se entre si, ou seja, não são estanques. (C1).
2. O Programa de Desenvolvimento Educacional PDE *inovou* enquanto *Política Pública de Formação continuada*, pois em sua proposta *associa a teoria com a prática*, diferente dos programas de formação em que os professores somente participava de cursos ou palestras e depois retornavam para as escolas sem um projeto de intervenção. (C2).
3. A *formação continuada* foi colocada como *aprofundamento e avanço* nas formações dos profissionais da educação, o que exigiu o *desenvolvimento de políticas nacionais ou regionais*, na busca de melhorar a qualidade da educação no Paraná. (C3).

Análise das Respostas dadas à Questão V

Os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR* atribuem as seguintes características sobre o PDE/PR: é uma proposição de formação continuada inovadora no país; uma proposta de formação continuada que valoriza o profissional da educação numa perspectiva de formação integral e, que permite aprofundando as temáticas: teoria/prática/produção/inserção tecnológica/integração; promove a interação entre as instituições de educação básica, - IEB e instituições de ensino superior, - IES; inserção as TICs; permite a concretude do momento (tempo/espaço) para estudo, a partir do afastamento do professor PDE/PR da sua carga horária de trabalho; reconhecimento do PDE/PR enquanto política pública.

Em suma, o PDE/PR inovou como política pública de formação continuada de professores, pois, em sua proposta associa a teoria e prática, e possibilita ao professor PDE/PR após o retorno implementar o seu projeto de intervenção pedagógica na escola, (PIPE).

Questão VI

1.2.6 Refletindo sobre a sua área de atuação (formação acadêmica) acredita que a comunidade escolar e, os professores têm entendimento dos propósitos, das concepções do PDE/PR? Explique:

Os entrevistados responderam:

1. Penso que hoje, em 2015, onde estamos encerrando a sétima edição do PDE, ***há o entendimento por parte dos professores sobre o que é***, e quais as concepções teóricas e metodológicas que norteiam o Programa. No entanto, ***“confunde-se muito ainda sobre o que é que o professor PDE irá implementar, o Projeto ou a Produção Didático-Pedagógica?”*** (C1).
2. Nem todos. Nas atividades de implementação que acompanhei *in-loco*, percebi que a ***grande maioria tem entendimento da proposta***. Porém, um pequeno grupo, entende que a formação é para o professor e, ***não considera a contribuição desta para a instituição de ensino***. (C2).
3. Na grande maioria sim. (C3).

Análise das Respostas dadas à Questão VI

As respostas dos entrevistados permitiram visualizar, que existem alguns limites que precisam ser superados na tentativa de qualificar o programa PDE/PR, bem como, oferecer aos participantes uma preparação metodológica para enfrentar os desafios que podem estar prejudicando a implementação do projeto e a aplicação do material didático. Nesse contexto, identificar a origem das dúvidas e em que, frequência vêm recorrendo. As dúvidas levam a comunidade escolar manterem-se imparciais, portanto, tornam-se limites se não forem trabalhadas em ações coletivas, com a estrutura PDE/PR, responsável pela implementação, NRE, IES, IEB.

Em suma, as dúvidas se originam, pelo tempo limitado, que o professor PDE/PR, tem para realizar a exposição do PIPE/PDE/PR, da produção do material didático-pedagógico (PMD-P), dos instrumentos de intervenção.

No entanto, percebeu-se que, a questão pode ser resolvida de uma forma prática, pois, para ingressar no programa o candidato tem que apresentar o projeto intervenção pedagógica na escola, PIPE/PDE/PR e, este tem que ser aprovado pelo Conselho de Classe e, posteriormente socializado em na Semana Pedagógica, no segundo ano do programa que, coincide com o retorno de volta a escola. Em suma, a possibilidade para evitar esse limite, perpassa pela possibilidade em preparar melhor o grupo de apoio a implementação na escola.

Outra alternativa, é a institucionalização de um Coordenação de formação continuada na IEB, que atenderia também as ações do PDE/PR. A partir do momento em que se instituir esse profissional no ambiente escolar IEB, passará a articular-se com: o NRE, IES, com o Professor PDE/PR, dentre outros.

Como dizem os entrevistados há dúvidas que persistem em reiterar-se, perpassa pela atribuição de valor. No entanto, após anos de implementação do programa/política PDE/PR, visualizam-se alguns limites, resistências, lacunas, dúvidas. Portanto, faz-se necessário refletir sobre essas, situações-limites, que nos são apresentadas para análise.

Pontuam-se da seguinte forma:

1) A implementação do PIFC, que é o desenho formativo/matriz do PDE/PR, que envolve três eixos de ações integradas que, se transversalizam em pressupostos teórico-metodológicos com o objetivo de ressignificar a práxis pedagógica da IEB precisa ser acompanhada pelos *Coordenadores PDE/NRE/PR* com mais efetividade, bem como pelos Orientadores das IES.

2) A elaboração do PIPE/PDE/PR, que é o projeto para intervir no contexto da práxis dos professores, levando-os a repensar e reelaborar sua ação didático-pedagógica, valorando a produção de novos conhecimentos, precisa ser mantido e estendido a todos interessados.

Portanto, a implementação tanto do PIFC em sentido macro (plano do curso PDE/PR), quanto do PIPE (projeto de intervenção pedagógica na escola) em sentido específico, entende-se que a proposição do documento implica pensar/realizar ações para solucionar os limites apontados.

A partir da análise dos dados dos entrevistados foi possível perceber, que eles têm percepção de que há uma situação-limite na conjuntura sociopolítica do país, do estado brasileiro, estadual, municipal e, que as situações que precisam ser enfrentadas.

O segundo entrevistado disse que no geral a comunidade escolar sabe que o Professor PDE/PR precisa elaborar um Projeto para Implementação Pedagógica na Escola, PIPE/PDE/PR e, que percebe/reflete/visualiza sobre o valor dessa implementação, estendendo-a para toda comunidade escolar.

No entanto, a situação-limite, apresentada é que existe, ainda, um pequeno grupo que não sabem do PIPE/PDE/PR. E, existem algumas pessoas da comunidade escolar que não percebe/reflete/visualiza e/ou relaciona a implementação do PIPE/PDE/PR, com contribuições para a instituição escolar.

O terceiro entrevistado disse que na grande maioria os pares, da comunidade escolar têm entendimento dos propósitos e das concepções do PDE/PR para qualificar a educação

básica paranaense. A possibilidade é que ocorra ação que envolva conceitos avaliativos, e no processo os agentes públicos iriam se apropriando.

Em síntese, o PDE/PR enquanto política pública de formação de professores se identifica, enquanto política de formação continuada de professores em serviço, na dimensão local/micro; regional/meso; estadual/macro. Sendo que a possibilidade de analisar as visões/percepções dos Coordenadores PDE/NRE/PR potencializou-se a partir da materialização do Plano Integrado de Formação Continuada PIFC, a diretriz do PDE/PR.

Questão VII

1.2.7 Enquanto Coordenador PDE/NRE/PR, atuando no NREs, têm-se a seguinte posição:

Os entrevistados responderam:

1. Há necessidade dos orientadores das IES trabalharem desde o início da formação a elaboração/reelaboração de seu PIPE para que o professor PDE/PR possa sentir-se seguro diante de sua implementação e, que pudesse ser proposto encontros dos Coordenadores PDE/NRE/PR com os Professores Orientadores PDE/IES/PR, pois há esse grande distanciamento que impede que se troquem informações e/ou que se estabeleça uma linguagem comum sobre o mesmo assunto. C1, C2, C3
2. Investir mais na formação dos GTRs, com dois encontros presenciais (início/final), pois, essa formação on-line é possibilitada a quase totalidade dos professores rede estadual (aqueles que ainda não podem frequentar o PDE/PR), portanto, podem participar da formação e, ao participarem além de adquirem conhecimentos aprendem/contribuem com a implementação do Professor PDE/PR. C1, C2, C3
3. A dúvida, mais frequente, realmente sobre o que deveria implementar se o PIPE ou a Produção Didático-Pedagógica (PDP), porque o professor PDE/PR se tinha com pouco tempo para implementar muitas coisas, mas agora houve uma remodelagem no desenho formativo do PDE/PR, mas, agora se está se exigido do professor PDE/PR duas ações: que no início do PIPE ele apresente o seu objeto de estudo (com Parecer do Conselho Escolar), que participe das ações da escola: reuniões, formações, entre outras, tendo com isso presença maior nas atividades junto aos pares e de coletividade escolar. C1, C2, C3
4. A proposição da formação através do PDE/PR visa à formação integral do Professor PDE/PR, no entanto, toda a comunidade escolar pode beneficiar-se, pois, os GTRs são formatos com a ideia de envolver toda a massa de professores da rede como colaboradores/interventores junto às iniciativas do PIPE. Quanto há aumento qualitativo das aprendizagens dos discentes toda comunidade escolar passa a ganhar. Ainda, com as novas proposições sobre os arranjos na gestão e nos aspectos didáticos da organização escolar, beneficia a todos, inclusive os pares do professor PDE/PR que poderiam contribuir cada vez mais, se houvesse, no entanto, uma preocupação efetiva, próxima da SEED/SUED/PR, permitindo que os agentes públicos expressem suas necessidades em relação à organização da Hora Atividade Concentrada qualificando as ações que implementam a rotina organizativa da escola, e, no caso o Registro de Classe Online (RCO), ainda, que mais essas proposições possa vir a ser consideradas qualificando os momentos da hora atividade. C1, C2, C3

Análise das Respostas dadas à Questão VII

Em relação a essa questão, surgiram várias respostas, buscou-se após fazer análise compilá-las em quatro blocos. As respostas, são colocações assumidas pelos coordenadores *Coordenadores/Coordenação PDE/NRE/PR*, diante das várias demandas que precisam ser implementadas, pelos professores PDE/PR, mas acompanhadas por eles. Preocupam-se em seguir atentamente o cronograma de atividades programadas, com aulas, atividades de extensão universitária, participação junto a sua instituição de origem (IEB em que é lotado), dentre outras.

Desse modo, a partir da análise das respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa, encaminharam-se algumas sugestões: que possa ser organizado Encontros com os *Coordenadores PDE/NRE/PR* e, com os Professores Orientadores PDE/IES/PR; e em consequência, dessa pequena ação todos passariam a ganhar, visto que, os Coordenadores *PDE/NRE/PR* posteriormente, ao orientarem/interagirem com os coordenadores das IEB, conseguiriam repassar de forma mais concreta as intencionalidades de cada PIPE/PDE/PR, bem como, o que se espera em cada projeto (tipo de apoio que necessitam, tempo/espço para realizar a implementação, dentre outros). Em consequência desse delineamento, eliminar-se-ia o grande distanciamento que impede que ocorram trocas de informações e/ou que se estabeleça uma linguagem comum/significativa sobre o mesmo assunto.

Há necessidade dos orientadores das IES trabalharem desde o início da formação a elaboração/reelaboração do Projeto de Intervenção Pedagógico na Escola, PIPE/PDE/PR para que o professor PDE/PR venha sentir-se seguro diante de sua implementação. Para que esse limite seja superado, o professor orientador necessita tornar-se um mediador, junto ao seu orientando. Essa mediação inicial perpassa por construir inicialmente a estrutura do projeto de pesquisa e permitir que o professor PDE/PR faça algumas incursões, arrisque-se, desafie-se, pois, esse é o seu momento de criação. O professor orientador precisa conter a sua ansiedade, confiar no trabalho do seu orientando. No entanto, sempre que for necessário precisa colaborativamente, reencaminhar algumas ações para que, não se percam os propósitos, pois, tanto o orientador, quanto o orientando precisam dialogar, interagir, tratarem-se com ética e consideração. Em suma, buscando estarem em perfeita sinergia para que a temática seja um elo de motivação constante.

A SEED/SUED/PR e a SETI/CES/PR, precisam investir mais na formação dos Grupos de Trabalho em Rede, GTR, oferecendo dois encontros presenciais, um no início do

curso e outro no final, pois, hoje enfrentamos uma grande desistência nesses cursos, portanto, um limite a ser superado. A sugestão dada é que se as dinâmicas formativas forem dinamizadas, entre ações virtuais e presenciais, o interesse dos participantes será constante, evitando evasões.

Reitera-se que, para que as ações formativas se efetivem em ações coesas e seguras, com propósito de ressignificar às ações da práxis didático-pedagógica, faz-se necessário cumprir o pressuposto central, ápice, do PIFC/PDE/PR que é ter a escola como *lócus* de aprendizagem.

No entanto, para essa proposição possa efetivar-se se requer ter na Instituição de Educação Básica/PR, um professor Coordenador da Formação Continuada em Serviço, um coordenador por área de conhecimento, um coordenador disciplinar, sendo que, o coordenador da formação continuada atuará mais como mediador, entre as Disciplinas/Área do conhecimento.

Quadro 8: IEB/PR: Possibilidades de Avanços para a Formação Continuada PDE/PR

Funções/Cargo	Abordagem teórico-metodológica	Possibilidades de Avanço
Coordenador da Formação Continuada nas IEB	Pedagogia Histórico-Crítica Psicologia Histórico-Cultural Metodologia: Didática PHC Avaliação Diagnóstico-prognóstica Conselhos de Classes Documentos Orientadores: <ul style="list-style-type: none"> ● DCE/PR ● RE ● PAE (AI) ● PPP ● PPC ● AI (PAE) Planejamento Escolar: <ul style="list-style-type: none"> ● Anual ● Bimestral/Trimestral/Quinzenal. - Inclusão Digital - Readequação do RCO - Psicóloga Escolar ou Psicopedagoga ● Criação de perfil do aluno/turma ● Parecer Descritivo individual/turma (encaminhado ano/ano) ● Inclusão Escolar ● Adaptação Curricular 	Controle qualitativo das demandas administrativas/pedagógicas/ambientais da IEB I) - Programa Formação em Ação <ul style="list-style-type: none"> ● Componente 1: Oficinas ● Componente 2: PDE/PR II) – Programa Renova Escola <ul style="list-style-type: none"> ● Projeto a partir das necessidades da escola. ● Projeto investimento com aval do Conselho Escolar ● Publicização das renovações escolares III) Avaliação da Aprendizagem Escolar <ul style="list-style-type: none"> ● Inclusiva ● Acumulativa ● Paralela
Coordenador por Área de Conhecimento	Visto no Planejamento Anual <ul style="list-style-type: none"> ● Bimestral/Trimestral 	Visão/previsão do conhecimento a ser produzido no tempo/espaço quinzenal,

(quatro grandes áreas)		mensal, bimestral, semestral e anual.
Coordenador por Disciplina	Visto no Planejamento Quinzenal • Bimestral/Trimestral	Visão/previsão do conhecimento a ser produzido no tempo espaço quinzenal.

Fonte: Elaborado com base nos dados das Entrevistas

A proposição que se apresenta é para que a Instituição de Educação Básica (IEB), bem como, os Núcleos Regionais de Educação (NREs) desenvolvam ações de autonomia didático-pedagógica, para propor intervenções, interações, dentre outras, quando julgarem necessários, a partir de dados produzidos coletivamente sobre a práxis.

A formação continuada dos professores em serviço deve ser de responsabilidade dos coordenares da formação, por área de conhecimento e coordenadores disciplinares eleitos por seus pares, para que com o conhecimento intrínseco da prática pedagógica possam propor mudanças estratégicas visando à qualificação da educação básica de um modo geral.

O trabalho desenvolvido por esses agentes públicos precisa ser valorizado no Plano de Carreira dos profissionais da educação e, podem se candidatar professores que participaram da formação PDE/PR ou professores participantes de cursos de pós-graduação em instituição reconhecida. Em suma, esses profissionais assinarão um Termo de Compromisso para atuarem na função por um período de dois anos podendo ser reencaminhado na função caso o resultado de sua avaliação seja favorável a sua permanência (considerando os critérios de competência, pontualidade, assiduidade, dentre outros).

Os coordenadores deverão usar os recursos midiáticos em prol dessa função que ora se constitui, aperfeiçoando e criando estratégias de acompanhamento das atividades formativas, portanto, podendo beneficiar-se de convênios com universidades públicas, com o apoio logístico da SETI.

Utilizar os resultados das avaliações externas para aprimorar os resultados das avaliações internas do desempenho/aprendizagem dos estudantes. Em síntese, que a cultura da avaliação diagnóstica/prognóstica se torne o norte das ações didático-pedagógicas nas IEB do Paraná.

Quadro 9: NRE/PR: Possibilidades de Avanços para a Formação Continuada PDE/PR

Funções/Cargo	Abordagem teórico-metodológica	Possibilidades de Avanço
Coordenador da Formação Continuada	Pedagogia Histórico-Crítica Psicologia Histórico-Cultural	Controle qualitativo das demandas administrativas/pedagógicas/ambientais

<p>no NRE:</p> <p>Coordenador PDE/NRE/PR</p>	<p>Metodologia: Didática PHC Avaliação Diagnóstico-prognóstica Conselhos de Classes Documentos Orientadores: - DCE/PR - RE - PAE (AI) - PPP - PPC - AI (PAE)</p> <p>- Planejamento Escolar: ● Anual ● Bimestral/Trimestral/Quinzenal. - Inclusão Digital - Readequação do RCO - Psicóloga Escolar ou Psicopedagoga ● Criação de perfil do aluno/turma ● Parecer Descritivo individual/turma (encaminhado ano/ano) ● Inclusão Escolar ● Adaptação Curricular</p>	<p>do NRE</p> <p>I) - Programa Formação em Ação ● Componente 1: Oficinas ● Componente 2: PDE/PR</p> <p>II) – Programa Renova Escola ● Projeto a partir das necessidades da escola. ● Projeto investimento com aval do Conselho Escolar ● Publicização das renovações escolares</p> <p>III) Avaliação da Aprendizagem Escolar ● Inclusiva ● Acumulativa ● Paralela</p>
<p>Coordenador por Área de Conhecimento (quatro grandes áreas)</p>	<p>Visto no Planejamento Anual ● Bimestral/Trimestral</p>	<p>Visão/previsão do conhecimento a ser produzido no tempo/espaço anual</p>
<p>Coordenador por Disciplina</p>	<p>Visto no Planejamento Quinzenal ● Bimestral/Trimestral</p>	<p>Visão/previsão do conhecimento a ser produzido no tempo espaço quinzenal</p>

Fonte: Elaborado com base nos dados das Entrevistas

Questão VIII

1.2.8 As condições materiais: recursos de laboratórios de informática, de biblioteca, entre outros, das Instituições de Educação Básica (IEB), estão de acordo para o atendimento didático-pedagógico com a proposta do Plano PDE/PR?

Os entrevistados responderam:

1. Não entendi se a pergunta refere-se à aplicação do projeto ou para as aulas presenciais dos professores PDE, durante o primeiro ano. Na verdade, no momento em que o professor optar por uma linha de estudo em que vai desenvolver seu projeto, ele tem que analisar se a escola dispunha dos materiais em que ele irá utilizar. A escola não tem obrigação de comprar material específico citado em projetos de professores PDE, no entanto muitos diretores compram, nesse momento,

segue o bom senso de ambos. Em se tratando das aulas do PDE, por exemplo, *os cursos que envolvem os laboratórios de informática das escolas, os mesmos encontram-se deficitários.* (C1).

2. Sim. Quando o professor pensa na sua proposta para o PDE a orientação é que ele deve *considerar a realidade da sua instituição de ensino para elaborar seu projeto*, portanto ele considera todas as condições físicos-materiais e, pedagógicas para atingir o seu objetivo. Neste caso *não vejo isso como um problema para o sucesso da proposta apresentada pelo professor.* (C2).

3. Sim. (C3).

Análise das Respostas dadas à Questão VIII

Os entrevistados percebem que os laboratórios da IEB estão deficitários, falta profissional técnico/laboratorista e, que os equipamentos estão ultrapassados e, o acesso à internet é bastante limitado, dentre outros assuntos. No entanto, orientam-se os professores PDE/PR quando forem implementarem o seu PIPE/PDE/PR, considerar a realidade contextual em que se vive. Ainda, valorizam o uso didático das TICS.

Questão IX

3.2.9 Busca-se elencar indicadores qualitativos sobre o PDE/PR a partir do relato de experiência dos entrevistados em relação à qualidade da consistência dos cursos, junto às IES. Questiona-se: há aprofundamento dos temas trabalhados? E relação ao calendário, por ser bastante fechado, pode ocorrer de não proporcionar uma dinâmica significativa (flexibilidade acadêmica) para intensificar, aprofundar o conhecimento?

Os entrevistados responderam:

1. Acredito que a qualidade dos cursos ofertados principalmente pelas IES seja muito boa. Com relação ao Calendário de atividades do PDE/PR, o terceiro semestre fica com carga horária grande de trabalhos, é nesse momento que o professor volta para a sala de aula com 75% da carga horária normal da função docente e, com mais 64h de GTR, 64h de implementação e encontros de orientação nas IES. (C1).

2. O NRE no decorrer dos anos que atendo a demanda do PDE tem percebido que a universidade poderia pesquisar mais para trabalhar com professores, pois segundo alguns relatos, de professores PDE/PR, os conteúdos trabalhados ainda são os mesmos da formação acadêmica inicial oferecida na primeira turma em 2007. Em relação, ao 'PIFC', o calendário acadêmico está bem estruturado, o que falta é planejamento de atividades para o público alvo específico. (C2).

3. Sim, às IES trabalham aprofundamento teórico dos Fundamentos da Educação e Metodologias de Pesquisa. E cada área trabalha sua disciplina específica. Acredito que não. Não acompanhamos diretamente o trabalho das IES, mas, quando precisamos intervir eles são flexíveis. (C3).

Análise das Respostas dadas à Questão IX

Observou-se que, pela produção dos entrevistados (escrita/verbalizada), a partir desse questionamento, que uma das situações-limites perpassa pelo distanciamento do NRE/PR à Universidade, a IES. Para exemplificar, podemos argumentar/contextualizar a partir do seguinte fato: a) o distanciamento entre o NRE de Pato Branco, PR e a Unicentro/Guarapuava/PR que fica distante do NRE que atende mais de 180 km. Portanto, dificultando as iniciativas de interações mais frequentes entre as IES e IEB e, por conseguinte, também com o NRE. Nesse contexto, percebe-se a fragilidade/limites imposto pela distância a ser percorrida em Km pelos participantes do programa/política PDE/PR. Da mesma forma evidencia-se a dificuldade que o próprio NRE de Pato Branco tem de atender aos municípios a ele jurisdicionados em situações regulares, devido a própria distância mais distantes e propor qualquer iniciativa para implementar ações de qualidade no acompanhamento/monitoramento didático-pedagógico de sua função. Outro limite, apontado pelos três coordenadores perpassa pela dificuldade recursos, recursos humanos (falta de pessoal em número suficiente para dar conta qualitativamente das demandas dos NREs, tendo que um técnico-pedagógico assumir várias coordenações; falta de condições logísticas, transporte, alimentação, agendamentos, dentre outros) para que as visitas se concretizem de modo geral. Redução dos membros das equipes disciplinares/CRTE limita as ações do *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*.

Na tentativa de elencar indicadores qualitativos sobre o PDE/PR, optou-se pela elaboração de colher dados sobre a etapa/dimensão acompanhamento do impacto da implementação do PDE/PR, na perspectiva daqueles que se relacionam com o programa no quesito: implementação/gestão/execução.

Em suma, envolvendo-se com as questões de ordem administrativa/pedagógica do programa. Nesse contexto, os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, sujeitos públicos que interagem/mediam ações das duas secretarias de Estado: SEED/PR e a SETI/PR, ornando-se os sujeitos da pesquisa, passaram a reproduzir relatos a partir de suas experiências, portanto, de suas práxis, e de uma práxis que se permitiu ser criadora, reflexiva, crítica, reiterativa, sobretudo, humana. (VÁZQUEZ, 2007, p. 27-59).

Os entrevistados a opinarem em relação à qualidade da consistência dos cursos, oferecido junto às IES, manifestaram-se, tendo como referencial a possibilidade inovadora que o programa potencializou (discussão teórico-metodológica sobre o currículo, a produção de conhecimentos, dentre outros), nesse viés, expressaram que, de modo geral os cursos

oferecidos pelas IES aos professores PDE/PR, são bons, mas que, no entanto, percebem limites, dentre eles: que os conteúdos às vezes ficam distantes da realidade daquela turma em específico, a proposição formativa do Plano Integrado de Formação Continuada, PIFC/PDE/PR é boa, mas, a demanda de atividades a cumprir em todos os eixos formativos compromete a qualidade, ficando limitado o aprofundamento e/ou integração/transversalidade dos temas trabalhados. E, em relação ao calendário de desenvolvimento do PIFC/PDE/PR, é bem estruturado e, por ser bastante fechado, ocorre às vezes de não proporcionar uma dinâmica significativa (flexibilidade acadêmica) para intensificar, aprofundar o conhecimento.

Partindo da reflexão, definida, tendo como parâmetro de análise, a proposição caracterizar os avanços, limites e as possibilidades empreendidos pelo PDE/PR no marco 2007 a 2015, as considerações/reflexões sobre a implementação da modalidade formativa, PDE/PR, surge como uma “síntese das máximas possibilidades de formação dos seres humanos”, considerando sua integralidade pessoal/profissional, anota-se: cria-se a possibilidade do professor da educação básica, retornar a vida acadêmica, rever sua abordagem teórico-metodológica, dialogar com mestre e doutores da universidade pública, trocar experiências/conhecimento com os colegas da rede, professor pesquisador, produtor de conhecimento/material didático-pedagógico, ter a IEB como lócus privilegiado para renovação de suas aprendizagens, inserção às TICs, dentre outras.

Em suma, a partir do levantamento de todos esses, elementos inovadores, potencializados pela participação no curso PDE/PR, recriar novas possibilidades para qualificar-se e continuar qualificando a educação básica. Os entrevistados apontam novos elementos potencializadores, a saber: que os professores orientadores das IES conquistem tempo/espço para poder acompanhar a implementação do PIPE/PDE/PR; que os *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, possam interagir com os professores orientadores das IES, com as equipes diretivas das IEB, qualificando o acompanhamento, implementação e as análises presentes/futuras do programa. Instaurar instâncias coletivas de replanejamento do PIFC/PDE/PR (presença das IES, IEB, APP Sindicato, Coordenadores de Disciplina/área do conhecimento do NRE, CRTE, dentre outros).

Questão X

1.2.10 Sobre os fatores que interferem de forma negativa no interesse do professor PDE, pode estar relacionado com a forma de organização estrutural do curso? A que você atribui à diminuição na qualidade motivacional do professor PDE/PR ao longo do tempo?

Os entrevistados responderam:

1. Não vejo que os professores PDE ao ingressarem ao Programa entrem desmotivados. Talvez, pela carga horária intensa de cursos durante os dois anos de Programa (960 h), haja um desgaste físico e mental, natural de quem se dedica integralmente aos estudos. (C1).
2. Falta de apoio do orientador; Atraso no pagamento da bolsa-auxílio; Falta de planejamento das atividades realizadas nos cursos na IES; Desmotivação pessoal; Descaso com a proposta de formação continuada por alguns professores PDE. (C2).
3. Não sei. Como acompanhei apenas duas turmas fica difícil responder, mas, acredito que alguns professores PDE precisam ser mais comprometidos com o programa. (C3).

Análise das Respostas dadas à Questão X

Observa-se que as situações-limites que envolvem a gestão do PDE/PR, em relação a despreparo de alguns poucos professores que atuam na função de orientação, prejudica o desempenho do professor, bem como o despreparo com as aulas.

Outro fator que vem prejudicando refere-se ao atraso no repasse das bolsas dos professores das IES, prejudicando a qualidade do atendimento. Da mesma forma observa-se que alguns participantes do PDE/PR professores da rede não assumem o compromisso de dedicar-se as atividades propostas pela formação prejudicando, também a imagem dos ambientes/espços de formação.

Quando do início do Curso PDE/PR, em 2007, 2008, ingressaram vários professores com tempo próximo a aposentadoria, mas, hoje um determinante da falta de interesse, pois, estão próximos a aposentadoria.

Questão XI

1.2.11 Os Projetos de Intervenção pedagógica atendem às dimensões do Plano Integrado de Formação Continuada (PIFC) PDE/PR e/ou vem atendendo as realidades escolares?

Os entrevistados responderam:

1. Sim, o projeto perpassa os três eixos do Plano Integrado de Formação continuada: aprofundamento teórico, teórico-práticas e suporte tecnológico. Quanto à relevância e pertinência dos Projetos. (C1).
2. Sim. Pois, é orientado considerar a sua realidade para elaborar o projeto de intervenção pedagógica na escola. (C2).
3. Na sua grande maioria sim. Precisa também um maior comprometimento de alguns Orientadores, no sentido de evitar o plágio e acompanhar mais o trabalho dos professores. (C3).

Análise das Respostas dadas à Questão XI

Percebe-se uma anotação constante, que vem instigando os orientadores PDE/IES/PR para que realizarem um trabalho mais voltado as propostas pedagógicas do programa, sobretudo que estejam sempre abertos ao diálogo.

Questão XII

1.2.12 Como se deu a integração entre as IES e IEB durante o processo de formação e implementação do PDE/PR em seu NRE?

Os entrevistados responderam:

1. Hoje se analisa boa, a relação entre Universidade e professores da Educação Básica. (C1).
2. A distância entre a Universidade e o NRE prejudica/dificulta a integração entre a IES e IEB. Portanto, esta ação integrativa entre as IES e IEB dificilmente acontece. (C2).
3. Não tenho conhecimento. (C3).

Questão XIII

1.2.13 Fala-se de ações integrativas entre a IEB e a IES, mas elas acontecem com grande dificuldade, pois, em municípios longes os professores orientadores não aparecem. No entanto, a relação entre os orientadores das IES e os professores PDE/PR participantes do programa é boa.

Questão XIV

1.2.14 Você participou de algum processo de avaliação do PDE/PR? Você recebeu alguma informação e/ou devolutiva sobre dados de avaliação do PDE/PR?

Os entrevistados responderam:

1. O PDE não realizou nenhuma avaliação com relação aos professores egressos do Programa. Único instrumento de avaliação de que participamos é com relação ao processo de implementação, onde Equipe Pedagógica e NRE analisam a relevância e pertinência do Projeto do Projeto à realidade escolar. (C1).
2. Somente o levantamento realizado pelas escolas, quando entregam o Anexo II, avaliando o trabalho do professor PDE. (C2).
3. Sem resposta. (C3).

Nenhuma avaliação externa foi realizada até o momento sobre o PDE/PR, o que ocorreu foram alguns encontros de avaliação interna para redimensionar algumas ações do programa.

Questão XV

1.2.15 Quais os principais avanços, limites e possibilidades você identifica em relação ao PDE/PR?

Os entrevistados responderam:**1) - Principais avanços**

- A) Valorização do profissional da educação com vistas a Progressão na carreira; Retorno à Universidade; dedicação exclusiva aos estudos; Redimensionamento da prática pedagógica; Professor é Autor do seu próprio material; Seminários Integradores e Aula Inaugural descentralizados por NRE. (C1, C2, C3).
- B) O principal avanço é o formato inovador, que proporciona ao Professor dedicação exclusiva para participar da formação, bem como um repensar e um replanejar da sua prática. (C1, C2, C3).
- C) Uma melhor qualificação profissional e oportunidade do professor voltar a ter contato com as Universidades. (C1, C2, C3).

2) - Principais Limites

- A) Professores que sempre trabalharam 40h (20h efetivo e 20h extraordinárias), quando é afastado para o PDE a remuneração é sobre o cargo efetivo. Acúmulo de funções do Coordenador Regional do PDE nos NREs. (C1, C2, C3).
- D) B) Considerando a realidade do NRE de Pato Branco, o principal limite na formação continuada é a distância entre Universidade e locais de implementação; Outro limite é a descontinuidade das atividades pelo professor PDE, muitos elaboram a proposta, implementam e depois não retomam mais. (C1, C2, C3).
- E) C) Os professores na maioria das vezes não socializam seus projetos quando solicitados pelo NRE. (C1, C2, C3).

3) - Principais Possibilidades:

- A) Está em estudo para as próximas turmas (2017 em diante), melhorias/aperfeiçoamento ao programa. (C1, C2, C3).
- B) Uma melhor qualificação profissional e oportunidade do professor voltar a ter contato com as Universidades. (C1, C2, C3).

Optou-se pela adoção da categoria analítica, considerando a compreensão dos sujeitos da pesquisa, os Coordenadores PDE/NRE/PR, sobre os questionamentos propostos diante, de situações oportunizam a emissão de sua percepção, parecer. Nessa lógica, considerando situações-avanços, situações-limites, situações-possibilidades, elaborou-se a síntese, acima, a partir dos dados oferecidos pelos agentes públicos, sobre avanços/limites/possibilidades do PDE/PR.

Questão XVI

1.2.16 Esse espaço é destinado às suas considerações e/ou observações sobre o PDE/PR, entre outras contribuições.

Os entrevistados responderam:

1. Apesar de não termos um grupo homogêneo de comprometimento com o PDE, como em toda formação tem aqueles que aproveitam e outros que apenas passam pelo Programa, acredito na proposta, pois nas atividades que tenho acompanhado, apesar de todos os desafios, os professores tem demonstrado que podem fazer a diferença, o que falta é uma continuidade das propostas do PDE. (C1).
2. É uma ótima oportunidade de crescimento profissional para todos os professores que entram no programa. Acredito que precisa um melhor acompanhamento tanto do NRE e dos Orientadores durante a implementação dos trabalhos, para podermos analisar juntos os pontos positivos e negativos de cada trabalho apresentado e saber o que realmente precisamos melhorar. (C2).
3. Não respondeu. (C3).

Considera-se, que para se analisar uma política pública, faz-se necessário o estabelecimento de alguns indicadores de análise, mesmo admitindo-se que esses têm alcance limitado. Esses indicadores tornam-se orientações imprescindíveis, que impulsionam processualmente os diagnósticos com vista à melhoria do plano de ação existente, no caso, o PDE/PR (ARRETCHE, 2003, p.7-9).

Nesse contexto, levantaram-se proposições, reconhecendo-se que é possível produzir dados operacionais, analíticos e práticos, sobre o desempenho de uma política em implementação, desde que os sujeitos implementadores da política possam ser consultados. Em suma, os dados avaliativos podem contribuir para o desenvolvimento social dos Sistemas de Educação Básica. Em síntese, há uma necessidade urgente de se fomentar a produção de dados que expressem impactos e os resultados sobre o desempenho social da educação paranaense após a implementação do PDE/PR.

No entanto, de modo analítico, talvez, seja possível constituir alguns elementos reflexivos/diagnósticos sobre o PDE/PR, a partir, desse trabalho dissertativo. Dialogar sobre a

dimensão dos impactos interativos potencializados na implementação do PIFC do PDE/PR e, sobretudo, do alto valor intelectual, de ressonância socioeducativo produzido pelas IEB e IES que precisam ser compreendidas/resgatadas como compromisso sociopolítico.

Nesse ínterim, fomentar o compromisso sociopolítico em prol da formação dos professores e da qualificação do sistema de educação paranaense. Da mesma forma, produzir indicadores operativos/analíticos/práxis, sobre o PDE/PR. E, sobretudo, garantir ao mesmo tempo a constituição da identidade institucional dos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*. Aproveitando, o momento final, para agradecer imensamente aos *Coordenadores/Coordenações PDE/NRE/PR*, que aceitaram compartilhar de suas experiências, de suas práxis ao dialogar sobre o PDE/PR. Do mesmo modo, agradecer a SEED/PR e a SETI, pelo apoio indispensável, permitindo a realização das pesquisas junto aos NREs de Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.